



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação - CPL

EDITAL

PARTE A

LICITAÇÃO Nº 25/CPL/2022
PROCESSO N.º 6829/2022
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL
JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL

ESTIMATIVA ORÇAMENTÁRIA: R\$ 932.400,00 (novecentos e trinta e dois mil, quatrocentos reais)

ORIGEM DOS RECURSOS: 0100

PROGRAMA DE TRABALHO: 11.01.04.123.0006.2026

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.00.00.00.00

SECRETARIA/ÓRGÃO REQUISITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS.

ENTREGA DE ENVELOPES: ATÉ DIA 12 DE DEZEMBRO DE 2022 ÀS 09HS

REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO: 12 DE DEZEMBRO DE 2022 ÀS 09HS.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MANUTENÇÃO CORRETIVA E EVOLUTIVA NOS PROGRAMAS, FONTES DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE PARACAMBI. (SISTEMA DE GESTÃO).

DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL: O Edital com as especificações da referida licitação, encontra-se a disposição dos interessados à Rua Juiz Emílio Carmo – 50 – Centro - Paracambi/RJ, na sala da CPL, no horário de 10:00 às 16:00 horas, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados, mediante entrega de 2 (duas) resmas de papel A4 e identificação do interessado.

O Edital também poderá ser obtido, gratuitamente, no site oficial da Prefeitura no endereço eletrônico www.paracambi.rj.gov.br

Informações referentes ao certame poderão ser obtidas por meio do telefone (21) 2683-9103 – 2683-9115 ou e-mail: comprasmp2paracambi@gmail.com

PRAZO PARA EXECUÇÃO: 12 MESES

Este Edital está dividido nas partes A, B e anexos abaixo descritos:

Parte A - Informações específicas sobre o Edital;

Parte B - Procedimentos da licitação;

Anexos:

Parte A	-	Informações Específicas sobre o Edital
Parte B	-	Procedimentos da Licitação
Anexo 1	-	Formulário Oficial de Proposta
Anexo 2	-	Modelo de Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação
Anexo 3	-	Modelo de Declaração
Anexo 4	-	Modelo de Carta de Credenciamento
Anexo 5	-	Declaração de Beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006
Anexo 6	-	Termo de Referência
Anexo 7	-	Minuta de Contrato

Agente responsável pela elaboração do edital



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

O Município de Paracambi, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação, mediante o Pregoeiro **Vania Abbes de Almeida** e equipe de apoio **Gilcea Bitencourt Rodrigues, Charles de Deus Silva, Ticiane dos Santos Sarubi e Luciane Maria Gomes Alfeld Cruz** designados pela Portaria nº **236/2022 de 16 de agosto de 2022** torna público, para conhecimento dos interessados, que estará realizando a licitação nº **25.2022** na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL**, de conformidade com as disposições Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 5.267/2021 e 4.481/2017, subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666/1993 bem como as condições a seguir estabelecidas:

1 - CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO PREGÃO

1.1- Os envelopes contendo a documentação e proposta serão recebidos na Rua: Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro - Paracambi/RJ, na sala da CPL, na sala da CPL até o dia **12 DE DEZEMBRO DE 2022 ÀS 09HS** A sessão pública será realizada na sala de reuniões da CPL, situada à Rua: Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro - Paracambi/RJ, no dia **12 DE DEZEMBRO DE 2022 ÀS 09HS**, horário de Brasília - DF.

1.2 - Somente poderão participar da sessão pública, as pessoas jurídicas que apresentarem propostas até o dia e hora dispostos no item 1.1.

1.3 - Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data acima mencionada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, mediante comunicação pelo Pregoeiro responsável.

1.4 - **SECRETARIA/ÓRGÃO REQUISITANTE:** SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS.

2 - OBJETO

2.1 – A presente licitação tem como **OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MANUTENÇÃO CORRETIVA E EVOLUTIVA NOS PROGRAMAS, FONTES DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE PARACAMBI. (SISTEMA DE GESTÃO)**, descritos e especificados no **ANEXO 6** – Termo de Referência.

3 – DA ESTIMATIVA DE PREÇO

3.1. O preço global para a execução do objeto desta Licitação foi estimado pela Administração em **R\$932.400,00 (novecentos e trinta e dois mil, quatrocentos reais)**, conforme Anexo 1.1 deste edital.

4 - IMPUGNAÇÕES E QUESTIONAMENTOS AO ATO CONVOCATÓRIO

4.1 - As retificações do edital, por iniciativa oficial ou provocadas por eventuais impugnações, obrigarão a todos os licitantes, devendo ser publicadas no Diário Oficial e no site oficial da Prefeitura e, a critério do Município, comunicados aos adquirentes do edital, via telefax, telegrama, e-mail ou entrega pessoal, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a modificação não alterar a formulação das propostas.

4.2 - Os questionamentos ao ato convocatório do convite serão recebidos até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para o recebimento dos envelopes na parte A deste edital, e deverão ser formalizados por escrito, encaminhados à Comissão Permanente de Licitação, situada à Rua : Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro - Paracambi/RJ, no horário de 10:00 às 16:00 horas, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados.

4.3 - Os questionamentos serão disponibilizados a todos os interessados, imediatamente, e serão respondidos pela Comissão de Licitação por escrito.

4.4 – Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para abertura dos envelopes de habilitação. A licitante deve impugnar o edital com pelo menos 2 (dois) dias úteis de antecedência da data de abertura dos envelopes com as propostas de preços, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113 da Lei Federal nº 8.666/1993.

4.5 - Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o 2º (segundo) dia útil que anteceder a abertura dos envelopes com as propostas de preços.



PARTICIPAÇÃO

5.1 – Poderão participar do presente Pregão Presencial, as pessoas jurídicas que atenderem a todas as exigências quanto à documentação constantes deste Edital e de seus Anexos.

5.2 - A pessoa jurídica participante deste certame deverá estar em pleno cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

5.3 - É vedada a participação de licitantes punidos com a sanção prescrita no inciso IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/1993, seja qual for o Órgão ou Entidade que tenha aplicado a reprimenda, em qualquer esfera da Administração Pública.

5.4 - É vedada a participação de licitantes punidos pela Administração Municipal com a sanção prescrita no inciso III do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/1993.

5.5 - Não será permitida a participação em consórcio.

5.6 - Não será permitida a participação de sociedades cooperativas em razão da natureza do objeto do presente certame.

5.7 – Não será permitida a participação de mais de uma empresa sob o controle acionário de um mesmo grupo de pessoas, físicas ou jurídicas.

5.8 – Não será permitida a participação de pessoas jurídicas que tenham em seu quadro funcional servidor público lotado em órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

5.9 – Não será permitida a participação de pessoas jurídicas que tenham entre seus sócios qualquer pessoa ligada ao Prefeito, ao Vice-Prefeito, aos vereadores e aos servidores municipais, bem como as pessoas ligadas a qualquer deles por matrimônio, ou parentesco afim ou consanguíneo, até o segundo grau, ou por adoção.

5.10 – Não poderão participar da presente licitação as pessoas jurídicas arroladas no artigo 9º da Lei Federal nº 8.666/1993.

6 - CREDENCIAMENTO

6.1 - Para manifestar-se nas fases do procedimento licitatório, o representante único da empresa participante, deverá identificar-se com cédula de identidade e documentação apropriada, observando o que segue:

a) Quando se tratar de titular, diretor ou sócio gerente da empresa, será exigida a apresentação de documento devidamente autenticado, comprobatório de sua capacidade para representá-la. Essa comprovação deverá ser feita mediante a apresentação dos atos constitutivos, estatuto ou contrato social e alterações posteriores, se houver, devidamente registrado no registro público competente, acompanhado da ata de assembleia, indicando os atuais responsáveis pela administração, salvo se já constarem no contrato social apresentado.

b) Quando se tratar de representante designado pela empresa será exigido procuração via instrumento público ou carta de credenciamento (**Anexo 04**), a ser entregue fora de qualquer envelope, dirigida ao Pregoeiro com referência ao presente edital, em original ou cópia devidamente autenticada e com reconhecimento de firma em cartório, com dados de identificação do representante, devendo constar, expressamente, poderes para participar de todos os atos do procedimento licitatório, inclusive para formular ofertas e lances de preços, bem como para praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente, acompanhada dos atos constitutivos, estatuto ou contrato social e alterações posteriores, se houver, devidamente registrado no registro público competente, acompanhado da ata de assembleia, indicando os atuais responsáveis pela administração, salvo se já constarem no contrato social apresentado.

6.1.1 - A não apresentação do credenciamento, nos termos exigidos neste edital, impedirá a oferta de lances verbais e a manifestação da intenção de interpor recursos por parte do representante da licitante, não havendo impedimento para participação da licitação.

6.1.2 – É vedado que um mesmo agente represente mais de um licitante na sessão pública de lances.



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação - CPL

Deverá ser apresentada pelo licitante, juntamente com o credenciamento, a declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação fora de qualquer envelope, inclusive para as empresas que encaminharem a documentação e proposta por via postal.

6.2.1 – O Pregoeiro abrirá oportunidade para os licitantes que tenham mandato para firmarem por escrito a declaração que cumpre plenamente os requisitos no momento da abertura do certame.

6.2.2 – O Pregoeiro abrirá oportunidade para os licitantes que não apresentarem a declaração mencionada no item 6.2 de manifestarem verbalmente em atendimento às exigências editalícias, o que ficará registrado na ata da sessão.

6.3 – A microempresa ou empresa de pequeno porte, além de apresentar a declaração do item 6.2, deverá apresentar declaração conforme **Anexo 05**, declarando que é beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006, e que está excluída das vedações impostas no § 4º, do art. 3º do respectivo diploma legal, não sendo a ausência desta declaração impeditiva da participação da licitante, mas apenas deixará de gozar do benefício.

6.3.1 – O microempreendedor individual, além de apresentar a declaração do item 6.2, para fins de habilitação, deverá apresentar declaração conforme **Anexo 05** declarando que é beneficiário da Lei Complementar nº 123/2006, e que está excluído das vedações impostas no § 4º, do art. 3º do respectivo diploma legal, não sendo a ausência desta declaração impeditiva da participação da licitante, mas apenas deixará de gozar do benefício.

6.4 – Os documentos necessários para credenciamento deverão ser autenticados até o dia útil que anteceda a entrega dos envelopes, mediante apresentação do original para conferência, na CPL, situada na Rua: Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro - Paracambi/RJ, no horário de 10:00 às 16:00 horas.

6.5 – O Pregoeiro poderá pedir, a qualquer tempo, a exibição do original dos documentos.

7 - FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA

7.1 - No horário, data e local estabelecidos neste Edital as licitantes proponentes deverão apresentar sua documentação e proposta, em envelopes separados, fechados, colados ou lacrados, rubricados no fecho, contendo além da respectiva razão social e endereços, os seguintes dizeres:

Apresentação do envelope de proposta

ENVELOPE "A"- PROPOSTA DE PREÇOS
LICITAÇÃO N.º
PREGÃO PRESENCIAL
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

Apresentação do envelope de documentação:

ENVELOPE "B"- DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
LICITAÇÃO N.º
PREGÃO PRESENCIAL
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

8 - DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

8.1. - A efetiva participação no Pregão Presencial dar-se-á por meio de entrega dos envelopes de documentação de habilitação e proposta de preços, até o dia e o horário previsto no item 1.1.

8.1.1 - Após a hora estabelecida como limite para a entrega dos envelopes contendo a documentação e a proposta comercial das licitantes, nenhum outro envelope será recebido, tampouco será permitida a sua troca.

8.2 - A proposta de preços deverá ser apresentada em envelope fechado, em 02 vias (original e cópia).

8.3 - A proposta de preços, deverá:

a) conter indicação do preço por item e total ofertado;

b) conter preço final do objeto para cada item e o preço por item ofertado na presente licitação;



estar datilografada/digitada e assinada por seu representante legal, devendo ser aposto o nome do signatário e sua qualidade na empresa;

d) prazo de validade mínima de 60 (sessenta) dias a contar da data da entrega das propostas.

8.4- A proposta de preços poderá ser apresentada em papel timbrado da licitante com todas especificações, desde que esteja igual ao formulário oficial de proposta (**Anexo 1**).

8.5 - O licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances oferecidos durante a sessão pública.

8.6 - Incumbirá ao licitante acompanhar a sessão pública do Pregão Presencial, ficando responsável por quaisquer prejuízos diante da inobservância de qualquer ato ocorrido no certame.

8.7 - Os itens de propostas que eventualmente contemplem produtos que não correspondam às especificações contidas no (**Anexo 06**) deste Edital serão desconsiderados.

8.8 - Nas propostas serão consideradas obrigatoriamente:

a) preço unitário e total para cada item em moeda corrente nacional, em algarismo com no máximo duas casas decimais;

b) inclusão de todas as despesas que influam nos custos, tais como: despesas com custo, transporte, seguro e frete, tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais), obrigações sociais, trabalhistas, fiscais, frete, encargos comerciais ou de qualquer natureza e todos os ônus diretos;

c) prazo de validade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias, a contar da data da entrega das propostas;

d) prazo máximo para início da prestação dos serviços, a contar da ordem de início exarada pela Administração.

8.8.1 – Caso os valores da proposta apresentada contenham mais de duas casas decimais, será considerado apenas o valor constante nas duas primeiras casas, desconsiderando-se os demais.

8.9 – As propostas de preço serão conferidas pelo Pregoeiro, que poderá corrigir erros aritméticos nos cálculos e somatórios, observadas as seguintes condições:

a) onde houver discrepância entre os valores em algarismos e por extenso prevalecerão os valores por extenso;

b) onde houver discrepância entre os preços parciais e o valor total prevalecerão os preços parciais, refazendo-se o somatório;

c) onde houver discrepância entre unitário e preço multiplicado pela quantidade prevalecerá o preço unitário;

d) em se tratando de manifesto erro de digitação, como no caso de equívoco quanto às casas decimais, poderá o mesmo ser corrigido, independentemente dos critérios definidos acima;

e) em se tratando de omissão de um item de valor irrisório para o total cotado, poderá se considerar o mesmo incluído no preço total sem qualquer acréscimo.

8.9.1 – A correção dos preços nas condições previstas neste Edital poderá ser objeto de objeção pelo proponente que, ao apresentá-la, ensejará a desclassificação da proposta.

8.10 – Serão desclassificadas, também, as propostas que apresentem uma das seguintes situações:

a) não estejam devidamente assinadas;

b) contenham reservas ou condições limitadoras à observância dos termos deste Edital e seus anexos;

c) contenham omissões em relação a dados exigidos por este edital imprescindíveis para a avaliação da melhor proposta, inclusive para confirmar sua viabilidade;

d) apresente preço manifestamente inexequível;

e) possuam preço global ou unitário acima do valor estimado para esta licitação;



f) que apresentem preços irrisórios ou de valor zero incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, conforme previsto no § 3º, do artigo 44, da Lei Federal nº 8.666/1993;

g) não observar o disposto nos itens 7.1, 8.3 e 8.4 deste Edital.

8.10.1 – No caso do Pregoeiro considerar o preço de algum licitante inexequível, concederá ao respectivo o prazo de 2 (dois) dias úteis para que demonstre a viabilidade do proposto mediante documentação comprovando que os custos dos serviços que pretende prestar são coerentes com os do mercado.

8.11 – Não sendo assinado o contrato dentro do prazo de validade da proposta vencedora, esta poderá ser prorrogada por até 30 (trinta) dias, se o proponente, consultado pela Administração, assim concordar.

9 – ABERTURA DA SESSÃO, PROCEDIMENTOS DO PREGÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

9.1 – No dia, hora e local designados no edital, será realizada sessão pública para abertura dos envelopes de propostas e da documentação de habilitação, devendo o interessado ou seu representante legal proceder ao respectivo credenciamento, comprovando possuir os necessários poderes para formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame.

9.2 – Os envelopes, recebidos em sua totalidade, serão rubricados pelo Pregoeiro e pelos representantes credenciados das licitantes presentes ao certame;

9.3 – No caso excepcional de a sessão do pregão vir a ser suspensa antes de cumpridas todas as suas fases, os envelopes ainda não abertos, devidamente rubricados em local próprio, ficarão sob a guarda do Pregoeiro, e serão exibidos, ainda lacrados e com as rubricas, aos participantes na sessão marcada para o prosseguimento dos trabalhos.

9.4 - Aberta à sessão, os interessados ou seus representantes legais entregarão ao Pregoeiro, declaração manifestando o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital e em envelopes separados, a proposta de preços e a documentação de habilitação.

9.5 – O Pregoeiro procederá à abertura dos envelopes contendo as propostas de preços e classificará a de menor preço e todas aquelas que tenham apresentado valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento), àquela de menor preço.

9.6 – Havendo empate entre duas ou mais propostas comerciais escritas, após obedecido o disposto no parágrafo 2º, do art. 3º, da Lei Federal nº 8.666/1993, será realizado sorteio para definição da ordem de oferecimento dos lances verbais.

9.7 - Quando não forem verificadas, pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas no item 9.5, o Pregoeiro classificará as melhores propostas até o máximo de 3 (três), quaisquer que sejam os preços oferecidos.

9.8 – Em seguida, será dado início à etapa de apresentação de lances verbais pelos proponentes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, a partir do autor da proposta de maior preço, seguindo-se os demais classificados, em ordem decrescente de valor.

9.9 – O Pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor.

9.10 – A etapa de lances da sessão pública será encerrada preferencialmente no mesmo dia, sendo facultada ao Pregoeiro a prorrogação.

9.10.1 – O Pregoeiro poderá, motivadamente, estabelecer limite de tempo e de valor dos lances, mediante prévia comunicação aos licitantes e expressa menção na ata da sessão.

9.10.2 – O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pelo Pregoeiro, os licitantes qualificados manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

9.11 – Após a hora estabelecida como limite para a entrega dos envelopes contendo a documentação e a proposta comercial das licitantes, nenhum outro envelope será recebido, tampouco será permitida a sua troca.



A desistência de apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante para efeito de ordenação das propostas.

10 – JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

10.1 – Para julgamento do presente Pregão, será adotado como critério de julgamento, **MENOR PREÇO GLOBAL**.

10.2 – No caso de empate inicial, antes da fase de lances, entre duas ou mais propostas, e após obedecido o disposto no § 2º do art. 3º da Lei Federal nº 8.666/1993, a classificação se fará, obrigatoriamente, por sorteio, em ato público, para qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

10.3 – Entende-se por empate aquela situação em que as propostas apresentadas pelos licitantes sujeitos ao regime diferenciado disposto na Lei Complementar nº 123/2006 sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta melhor classificada.

10.4 – Sendo verificada a ocorrência de empate entre licitante microempresa, empresa de pequeno porte, microempreendedor individual e outros licitantes, será assegurado como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, nos termos do art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006.

10.5 – Para efeito do disposto no subitem 10.4, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

10.5.1 – O licitante sujeito ao regime diferenciado da Lei Complementar nº 123/2006 melhor classificado, será convocado para, em querendo, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão, situação em que será o objeto adjudicado em seu favor.

10.5.2 – Não ocorrendo a contratação de licitante sujeito ao regime diferenciado da Lei Complementar nº 123/2006 que se apresente na situação descrita no subitem 10.5.1, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem no intervalo estabelecido no subitem 10.3, na ordem classificatória, para exercício do mesmo direito.

10.5.3 – No caso de equivalência dos valores apresentados pelos licitantes sujeitos ao regime diferenciado disposto na Lei Complementar nº 123/06 que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 10.3 deste edital, será realizado sorteio entre eles para que se identifique aquele que primeiro poderá apresentar a melhor oferta.

10.6 – Na hipótese de não contratação nos termos previstos no subitem 10.4 deste Edital, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

10.7 – A condição prevista no subitem 10.4 deste Edital somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por licitante sujeito ao regime diferenciado da Lei Complementar nº 123/2006.

10.8 – Os licitantes só poderão oferecer lances inferiores aos lances por eles ofertados anteriormente.

10.9 – Os lances deverão ser ofertados em referência ao valor total, obedecido o critério de aceitabilidade de preço, constante no subitem 10.17 do edital.

10.10 – Será aceita a oferta de lance em valor superior ou no mesmo valor de lance anteriormente ofertado por outro licitante, sendo que, nesse último caso, prevalecerá, para fins de classificação, aquele oferecido em primeiro lugar.

10.11 – O Pregoeiro, ao término dos lances, procederá à licitante de segundo menor valor, a possibilidade de redução do preço anterior ofertado, registrando o segundo menor preço mais vantajoso para Administração Pública, caso a licitante vencedora venha a ser desclassificada.

10.12 – A desistência dos lances já ofertados sujeitará o licitante às penalidades previstas neste Edital.

10.13 – Caso não se realizem lances verbais, será verificada pelo Pregoeiro a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, garantido ao Pregoeiro negociar diretamente com o proponente para que seja obtido melhor preço, bem como decidir sobre a sua aceitação.

10.14 – Quando não houver oferta de lances, em caso de empate, o critério de desempate será, em primeiro lugar, a preferência disposta no art. 3º, parágrafo 2º, da Lei Federal nº 8.666/1993; em segundo lugar, o de sorteio,



realizado em sessão pública, para qual serão convidados todos os licitantes, na forma do previsto no § 2º, do artigo 45, da Lei Federal nº 8.666/1993.

10.15 – Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, o Pregoeiro procederá à abertura do invólucro contendo os documentos de habilitação do licitante que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições fixadas no edital.

10.16 – De acordo com o inciso XVI, do artigo 4º, da Lei Federal nº 10.520/2002, se a oferta não for aceitável ou se o licitante desatender as exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, segundo o critério do menor preço e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor, garantido ao Pregoeiro negociar diretamente com o proponente escolhido em atendimento ao inciso XVII, do art. 4º da Lei Federal nº 10.520/2002.

10.17 – O critério de aceitabilidade das propostas de preços pelo Município será o valor **Global** da estimativa orçamentária, sendo desclassificada qualquer proposta de preços acima do referido critério.

10.18 – Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital acerca da habilitação, a licitante será declarada vencedora do pregão e será convocada para subscrever o contrato.

10.19 – Na hipótese de recusa em assinar o referido instrumento, poderá, a critério da Administração, ser aplicada a penalidade de suspensão temporária do direito de participar em licitação e de impedimento de contratar com o Município pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízos das multas previstas em edital e das demais cominações legais, conforme art. 7º, da Lei Federal nº 10.520/2002.

11 - HABILITAÇÃO

11.1 – Os documentos do envelope “B” – documentos de habilitação – poderão ser apresentados em original ou em cópias devidamente autenticadas, na forma do art. 32, da Lei Federal nº 8.666/1993.

11.1.1 – Não serão aceitos protocolos como substitutos de quaisquer das documentações exigidas neste Edital.

11.1.2 – No caso dos documentos a serem autenticados por servidores da CPL, os mesmos poderão ser entregues na sala da CPL para sua autenticação, até o dia útil que anteceda a entrega dos envelopes.

11.2 - A habilitação do licitante vencedor será verificada mediante apresentação dos seguintes documentos:

11.2.1 - Habilitação jurídica

a) Cédula de identidade e CPF dos sócios ou dos diretores;

b) Registro comercial, no caso de empresário pessoa física;

c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

f) A sociedade simples que não adotar um dos tipos regulados nos artigos 1.039 a 1.092, do Código Civil, deverá mencionar, no contrato social, por força do art. 997, inciso VI, do mesmo diploma legal, as pessoas naturais incumbidas da administração.

11.2.2 - Regularidade fiscal e trabalhista

a) prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

b) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;



c) prova de regularidade fiscal perante à Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, que será realizada da seguinte forma:

c.1) Fazenda Federal: apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas “a” a “d”, do parágrafo único, do art. 11, da Lei Federal nº 8.212/1991;

c.2) Fazenda Estadual: apresentação de Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, perante o Fisco estadual, pertinente ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, bem como de Certidão perante a Dívida Ativa estadual, podendo ser apresentada Certidão Conjunta em que constem ambas as informações; ou, ainda, Certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, não esteja sujeito à inscrição estadual;

c.3) Fazenda Municipal: apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, não esteja sujeito à inscrição municipal;

c.3.1) os licitantes que possuam inscrição, ainda que eventual, no cadastro imobiliário do Município de Paracambi, deverão apresentar a certidão expedida pelo Município de Paracambi, sem prejuízo do atendimento do item c.3;

d) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;

e) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT.

f) Comprovação de Regularidade Profissional do Contador responsável da elaboração do Balanço do exercício a ser apresentado, emitido pelo CONSELHO DE CONTABILIDADE da Regional correspondente.

11.2.2.1 – Na hipótese de cuidar-se de microempresa ou de empresa de pequeno porte, na forma da lei, a documentação somente será exigida para efeito de assinatura do contrato, caso se sagre vencedora na licitação.

11.2.2.2 - Em sendo declarada vencedora do certame microempresa ou empresa de pequeno porte com débitos fiscais e trabalhistas, ficará assegurado, a partir de então, o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativas.

11.2.2.3 - O prazo acima poderá ser prorrogado por igual período, a critério exclusivo da Administração Pública.

11.2.2.4 - A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no art. 81, da Lei Federal nº 8.666/1993.

11.2.3 – Qualificação econômico-financeira:

a) Certidões Negativas de Falência e Recuperação Judicial ou Extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da empresa. Para as empresas sediadas no Município do Rio de Janeiro, a prova será feita mediante apresentação de certidões expedidas pelos 1º, 2º, 3º e 4º ofícios do Registro de Distribuição. As empresas sediadas em outras Comarcas do Estado do Rio de Janeiro ou em outros Estados deverão apresentar Certidão Negativa de Falências de todos os ofícios do Registro de Distribuição de sua jurisdição e declaração passada pelo fórum local ou Juízo distribuidor, indicando quantos cartórios ou ofícios de registros competem àquelas distribuições;

a.1) Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso seja comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente.

b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, que comprovem a boa situação financeira da empresa, caracterizada pelos índices: Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) ou Liquidez Corrente (LC), não sendo permitido a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrado a mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, calculados e assinados por contabilista habilitado para tal e pelo responsável pela licitante, através das seguintes fórmulas:



ILG \geq 1, obtido pela aplicação da seguinte fórmula:

$$ILG = \frac{AC + ANC}{PC + PNC}$$

Onde:

AC: ativo circulante

ANC: ativo não circulante

PC: passivo circulante

PNC: passivo não circulante

b.2) Índice de solvência geral (ISG)

ISG \geq 1, obtido pela aplicação da seguinte fórmula:

$$ISG = \frac{AT}{PC + PNC}$$

Onde:

AT: Ativo total

PC: Passivo circulante

PNC: Passivo não circulante

b.3) Índice de liquidez corrente (ILC)

ILC \geq 1, obtido pela aplicação da seguinte fórmula:

$$ILC = \frac{AC}{PC}$$

Onde:

AC: Ativo circulante

PC: Passivo circulante

b.4) Na hipótese de o licitante apresentar resultado menor que 1 (um) em qualquer um dos índices, a licitante poderá comprovar ter patrimônio líquido positivo mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor efetivo da proposta vencedora.

b.5) A apresentação das demonstrações contábeis é obrigatória para análise econômico – financeira de todas as empresas, independente do porte, classificação ou enquadramento para fins tributários.

8.2.3.1 - As sociedades constituídas a menos de um ano poderão participar da licitação apresentando o balanço de abertura, assinado por contabilista habilitado e pelo representante da sociedade no lugar do documento previsto na alínea “b” acima.

11.2.4 – Da Qualificação Técnica:

a) Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, através de atestado (s) fornecido (s) por pessoa (s) física e/ou jurídica (s) de direito público ou privado.

11.2.5 – Declaração complementar, conforme **Anexo 3**, consignando que:

a) assegura ter pleno conhecimento da legislação pertinente à contratação em pauta e demais condições previstas no Edital e seus anexos;

b) atesta o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei Federal nº 8.666/1993, acrescido pela Lei Federal nº 9.854/1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos salvo na condições de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos de idade nos termos da legislação aplicável;

c) não existem fatos supervenientes impeditivos da habilitação nesta licitação;



- d) não possui em seu quadro funcional nenhum servidor público ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;
- e) garante o prazo de validade da presente proposta por 60 (sessenta) dias corridos a partir da data da apresentação da proposta;
- f) os sócios da empresa não são pessoas ligadas a integrantes do poder Municipal (Prefeita, Vice-Prefeito, Vereadores ou servidores municipais) por laço de matrimônio ou parentesco afim ou consanguíneo até o segundo grau, ou por adoção;
- g) Não está com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública, suspenso ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas;
- h) Não está arrolada no artigo 9º, da Lei Federal nº 8.666/1993.

11.2.6 – Nos casos em que a validade da certidão apresentada não estiver expressa no documento, será considerado o prazo máximo de 90 (noventa) dias contados da data de emissão, sendo que a certidão de ICMS para Contribuinte terá validade de 180 (cento e oitenta) dias e para Não Contribuinte terá a validade de 12 (doze) meses.

11.3 – Na hipótese de cuidar-se de microempresa, empresa de pequeno porte, e microempreendedor individual que observem o art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, não obstante a obrigatoriedade de apresentação de toda a documentação de habilitação, a comprovação da regularidade fiscal somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.

11.3.1. Será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data em que a licitante for declarada vencedora do certame para a regularização da documentação, realizando o pagamento ou o parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito de negativa. O prazo a que se refere este subitem poderá, a critério do Município, ser prorrogado por igual período, consoante artigo 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 147/2014.

12 - RECURSOS ADMINISTRATIVOS

12.1 - Após declarado o vencedor, caberá recurso nos casos previstos na Lei Federal nº 10.520/2002, devendo a licitante manifestar imediata e motivadamente sua intenção de interpor recurso, explicitando sucintamente suas razões, após o término da sessão de lances.

12.1.1 - A intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que o licitante pretende que sejam revistos pelo Pregoeiro.

12.2 - Qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedida o prazo de 3 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso sendo endereçadas o Pregoeiro, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos, devendo ser protocolada no horário de 10:00h às 16:00h na sala da CPL, situada na Rua: Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro - Paracambi/RJ, exclusivamente por escrito.

12.3 - A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo Pregoeiro ao vencedor.

12.4 - O recurso contra decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo.

12.5 - O Pregoeiro analisará o recurso para fins de reconsideração, fazendo subir à apreciação da autoridade superior em caso de manutenção da decisão.

12.6 - O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.7 - Não serão conhecidos os recursos interpostos após os respectivos prazos legais, bem como os encaminhados por fax, correios ou que não tenham sido devidamente protocolados na sala da CPL, no horário de 10:00h às 16:00h.



Decairá do direito de impugnar perante a Administração, os termos do Edital, aquele que os aceitando sem objeção, venha apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que a viciaram, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso, de acordo com o disposto no art. 41, § 2º da Lei Federal nº 8.666/1993.

13 - ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1 - A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pelo Pregoeiro sempre que não houver recurso.

13.1.1 - No caso de haver interposição de recurso, caberá a autoridade competente a adjudicação do objeto.

13.2 - A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo Pregoeiro, ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.

14 - DO RECEBIMENTO

14.1 - O objeto do contrato será recebido pela efetiva entrega do objeto contratual, observada a seguinte forma:

a) provisoriamente, após parecer circunstanciado da comissão de fiscalização do contrato, que deverá ser elaborado no prazo de 10 (dez) dias contados da entrega do objeto;

b) definitivamente, após parecer circunstanciado da comissão de fiscalização do contrato, após decorrido o prazo de 30 (trinta) dias de observação e vistoria, contados a partir do último recebimento provisório, desde que comprovado o exato cumprimento das obrigações contratuais.

14.2 - Caso seja verificado defeito ou desconformidade do objeto contratual, o fato será comunicado à contratada, que deverá promover o reparo no prazo fixado no comunicado, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

15 - PRAZO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

15.1 - O prazo para o fornecimento do objeto será de até **12 (doze) meses**, sujeito a alterações a depender da necessidade da Administração, e nos termos dos artigos 57 e 65 Lei 8.666/1993.

16 - DA FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

16.1 - Homologada a licitação, o licitante vencedor será convocado para, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, assinar o contrato.

16.2 - O não comparecimento no prazo no item anterior acarretará a perda da expectativa do direito de contratar, sem prejuízo da imputação das sanções previstas na Lei Federal nº 10.520/2002 e, subsidiariamente, nos artigos 81 a 88 da Lei Federal nº 8.666/1993.

16.3 - Na hipótese de não apresentação no prazo fixado no item 16.1, o Pregoeiro examinará as propostas subsequentes, na ordem de classificação, até que haja a apuração de uma que atenda o edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

16.4 - Nas situações previstas no subitem anterior, o Pregoeiro deverá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

16.5 - Não sendo assinado o contrato dentro do prazo de validade da proposta vencedora, esta poderá ser prorrogada por até 60 (sessenta) dias, se o proponente, consultado pela Administração, assim concordar.

17 - DA FISCALIZAÇÃO

17.1 - A fiscalização do cumprimento do objeto da presente licitação ficará a cargo do Órgão Requisitante.

17.2 - Os atos da fiscalização realizados pelo Município não eximirão a empresa a ser contratada de qualquer responsabilidade decorrentes da execução do contrato.

18 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

18.1 - A inexecução do objeto, total ou parcial, execução imperfeita, mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração, sujeita a licitante vencedora, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa, as seguintes penalidades:



a) advertência;

b) multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor da parcela em atraso;

c) multa de 5% (cinco por cento) incidirá sobre o valor total do contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento);

d) multa de 20% (vinte por cento) do valor total em caso de rescisão por culpa da CONTRATADA;

e) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo máximo de 02 (dois) anos;

f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade prevista no subitem anterior, que será concedida sempre que a empresa ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea "e", observado quando for o caso, o disposto no art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.

18.1.1 - A imposição de multa até o valor de 250 UFIR/RJ é de competência do Secretário(a) Municipal Titular da Pasta ou autoridade equiparada, assegurados a ampla defesa e o contraditório. A aplicação das demais sanções será da competência do Chefe do Poder Executivo, conforme Decreto Municipal nº 5.267/2021.

18.1.2 - A penalidade de advertência poderá ser aplicada pela comissão de fiscalização, nos moldes do Decreto Municipal nº 5.267/2021.

18.1.3 - A empresa será notificada sobre a anotação da infração e terá 5 (cinco) dias úteis para apresentar sua defesa, contados da data do recebimento da notificação sendo o prazo ampliado para 10 (dez) dias na hipótese prevista na alínea "f" do caput deste item.

18.1.4 - Cada uma das sanções previstas nas alíneas "a", "e" e "f" do subitem 18.1 poderão ser aplicadas juntamente com as constantes na letra "b", "c" e "d".

18.1.5 - Os valores das multas serão deduzidos da garantia prestada, mas caso essa não tenha se verificado ou sendo insuficiente, será promovido desconto correspondente sobre o primeiro documento de cobrança apresentado pela contratada após aplicação da sanção, permanecendo o desconto sobre os pagamentos sucessivos até completa quitação.

18.1.6 - A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

18.1.7 - A aplicação das sanções prevista neste item observará o disposto no Decreto Municipal nº 5.267/2021.

18.1.8 - O prazo do impedimento, da suspensão ou da declaração de inidoneidade será fixado de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida, observado o princípio da proporcionalidade e os limites dispostos no art. 7º, da Lei Federal nº 10.520/2002 e no art. 87, III, da Lei Federal nº 8.666/1993.

19 - RESCISÃO

19.1 - A rescisão das obrigações decorrentes do presente Pregão se processará de acordo com o que estabelecem os artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666/1993.

20 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

20.1 - O Município fará o pagamento, por meio de depósito em conta bancária a ser indicada pela contratada e aceita pelo Município.

20.2 - Para fins de pagamento, prevalecerá o valor correspondente à entrega efetiva do objeto da licitação, nos exatos termos exigidos pelas diretrizes fixadas no Termo de Referência.

20.3 - Eventuais discrepâncias no objeto entregue poderão acarretar glosa no valor da solicitação de pagamento.



O pagamento se realizará mediante encaminhamento de pedido próprio observado o disposto no Decreto Municipal nº 5.267/2021.

20.5 - O prazo de pagamento é de até 30 (trinta) dias, contados da data final do período do adimplemento da obrigação, devendo a contratada promover a entrada do pedido de pagamento, obedecidos o disposto no art. 40, XIV, "a", da Lei Federal nº 8.666/1993.

20.6 - Caso se faça necessária à representação de qualquer fatura por culpa da contratada, o prazo de 30 (trinta) dias, ficará suspenso, voltando a contar de onde parou a partir da data da respectiva reapresentação.

20.7 - Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à contratada, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo **IGPM** e serão acrescido de 0,33% (trinta e três milésimos por cento) por dia de atraso, a título de compensação financeira, a serem calculados sobre parcela de vida.

20.8 – Os pagamentos realizados pelo Município em prazo inferior ao estabelecido serão realizados mediante desconto de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de antecipação.

20.9 - No caso de atraso de pagamento por motivo atribuível ao Município, será devido o pagamento de 0,1% (um décimo por cento) ao mês, caso inexistir justificativa adequada para a ocorrência do atraso.

21 - ESTIMATIVA DE PREÇOS

21.1 - O preço global para a execução do objeto desta licitação foi estimado pela Administração Municipal em **R\$932.400,00 (novecentos e trinta e dois mil, quatrocentos reais)**, conforme especificações do Termo de Referência.

21.2. Os preços que vierem a ser contratualmente pactuados serão irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses a contar da data base utilizada para formulação da proposta. Os eventuais reajustes seguintes que sejam necessários só poderão ocorrer, mediante expresse requerimento do contratado, com periodicidade anual e deverão utilizar o índice _____ (índice de reajuste).

21.3. A revisão dos valores poderá ser realizada a qualquer tempo, em virtude de eventos supervenientes, a fim de assegurar a manutenção do equilíbrio econômico – financeiro, desde que devidamente justificada nos termos do art.65 da Lei Federal nº8.666/93.

22 - DA GARANTIA

A **CONTRATADA** deverá oferecer garantia do **OBJETO**, conforme prevê o Termo de Referência - **ANEXO 6**.

23 - DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1 - No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas ou aqueles relacionados aos documentos de habilitação, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

23.2 - A apresentação da proposta de preços implica na aceitação plena e total das condições deste Pregão, sujeitando-se o licitante às sanções previstas na Lei Federal nº 10.520/2002 e na Lei Federal nº 8.666/1993.

23.3 - Quaisquer elementos, informações e esclarecimentos relativos a esta licitação serão prestados pelo Pregoeiro Oficial e membros da Equipe de Apoio, Servidores da CPL, situada Rua: Juiz Emilio Carmo, 50 – Centro - Paracambi/RJ, tel.: (21) 2683-9103 – 2683-9115, no horário de 10:00 às 16:00 horas.

23.4 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, que decidirá com base na legislação em vigor.

23.5 - O Município não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade do contratado para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.

23.6 - Não havendo expediente na CPL, na data marcada, o certame licitatório realizar-se-á no primeiro dia útil subsequente na mesma hora e local.



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação - CPL

Nos casos em que houver necessidade de autenticação dos documentos por servidor lotado na CPL, descritos no item 9.2, os mesmos poderão ser entregues na sala da CPL para sua autenticação, até o dia útil que anteceda a entrega dos envelopes, no balcão de atendimento da CPL.

23.8 - Na contagem dos prazos estabelecidos no procedimento licitatório, serão observados no art. 110 e seu parágrafo da Lei Federal nº 8.666/1993.

23.9 - A presente licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada no todo ou em parte por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiro, de acordo com o art. 49 da Lei Federal nº 8.666/1993, assegurado o direito de prévia defesa sobre os motivos apresentados para a prática do ato de revogação ou anulação.

23.10 - As despesas com a execução do objeto da presente licitação, durante o exercício de **2021**, correrão à conta das dotações orçamentárias abaixo classificadas:

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.00.00.00.00
PROGRAMA DE TRABALHO: 11.01.04.123.0006.2026
ORIGEM DE RECURSO: 0100

23.10.1 - As despesas previstas para o exercício seguinte correrão à conta da dotação orçamentária própria, sempre precedida do empenho.

23.11 - Integram este Edital os seguintes Documentos:

Este Edital está dividido nas partes A, B e anexos abaixo descritos:

Parte A - Informações específicas sobre o Edital;

Parte B - Procedimentos da licitação;

Anexos:

Parte A	-	Informações Específicas sobre o Edital
Parte B	-	Procedimentos da Licitação
Anexo 1	-	Formulário Oficial de Proposta
Anexo 2	-	Modelo de Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação
Anexo 3	-	Modelo de Declaração
Anexo 4	-	Modelo de Carta de Credenciamento
Anexo 5	-	Declaração de Beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006
Anexo 6	-	Termo de Referência
Anexo 7	-	Minuta de Contrato

Paracambi, ____ de _____ de 2022.

Agente responsável pela elaboração do edital



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação - CPL

ANEXO 1
FORMULÁRIO OFICIAL DE PROPOSTA

LICITAÇÃO Nº ____/CPL/2022
PROCESSO N.º 6829/2022
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL
JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MANUTENÇÃO CORRETIVA E EVOLUTIVA NOS PROGRAMAS, FONTES DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE PARACAMBI. (SISTEMA DE GESTÃO).

EMPRESA:
INSCRIÇÃO ESTADUAL:
CNPJ:
ENDEREÇO:
TELEFONE:
BANCO/AGÊNCIA:
CONTA BANCÁRIA:

EMAIL:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	MARCA	V.UNITÁRIO R\$	V.TOTAL R\$
01	Contratação de Empresa especializada em serviços de informática, para: objeto 01: manutenção corretiva e evolutiva nos programas fontes de propriedade do município (Sistemas de Gestão) composto pelos módulos protocolo, compras, financeiro, tributário, recursos humanos, pessoal, folha de pagamento, nota fiscal de Prestação de Serviço Eletrônica, simples nacional, declaração das instituições financeiras, fiscalização, portal da transparência municipal gestão de processos de fiscalização e de informações para a apuração do imposto sobre serviços de qualquer natureza ISSQN, portal transparência em conformidade com a Lei 101/2000 (com redação dada pela LC 131/2009). desenvolvimento em linguagem de programação PHP/C#, ambiente operacional Linux, mantendo os mesmos padrões e metodologia de programação ora utilizados, sendo orientação a objetos (OO) e normatização do banco de dados Postgres, este na quinta forma normal conforme preceitos de BD, mantendo os mesmos padrões e critérios já utilizados e ainda utilizado o framework de desenvolvimento do município, com disponibilização de dados em formato adequado para importar/alimentar o SIGFIS do TCR/RJ e suas deliberações, SIOPEe SIOPS, sendo de propriedade do município as derivações e melhoramentos do programa produzidos durante a vigência do contrato .	UNID.	12			
R\$						

PRAZO PARA EXECUÇÃO: 12 MESES.



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação - CPL

ANEXO 1.1
ESTIMATIVA ORÇAMENTÁRIA

LICITAÇÃO Nº ____/CPL/2022
PROCESSO N. 6829/2022
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL
JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MANUTENÇÃO CORRETIVA E EVOLUTIVA NOS PROGRAMAS, FONTES DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE PARACAMBI. (SISTEMA DE GESTÃO).

EMPRESA:
INSCRIÇÃO ESTADUAL:
CNPJ:
ENDEREÇO:
TELEFONE:
BANCO/AGÊNCIA:
CONTA BANCÁRIA:

EMAIL:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	MARCA	V.UNITÁRIO R\$	V.TOTAL R\$
01	Contratação de Empresa especializada em serviços de informática, para: objeto 01: manutenção corretiva e evolutiva nos programas fontes de propriedade do município (Sistemas de Gestão) composto pelos módulos protocolo, compras, financeiro, tributário, recursos humanos, pessoal, folha de pagamento, nota fiscal de Prestação de Serviço Eletrônica, simples nacional, declaração das instituições financeiras, fiscalização, portal da transparência municipal gestão de processos de fiscalização e de informações para a apuração do imposto sobre serviços de qualquer natureza ISSQN, portal transparência em conformidade com a Lei 101/2000 (com redação dada pela LC 131/2009). desenvolvimento em linguagem de programação PHP/C#, ambiente operacional Linux, mantendo os mesmos padrões e metodologia de programação ora utilizados, sendo orientação a objetos (OO) e normatização do banco de dados Postgres, este na quinta forma normal conforme preceitos de BD, mantendo os mesmos padrões e critérios já utilizados e ainda utilizado o framework de desenvolvimento do município, com disponibilização de dados em formato adequado para importar/alimentar o SIGFIS do TCR/RJ e suas deliberações, SIOPE e SIOPS, sendo de propriedade do município as derivações e melhoramentos do programa produzidos durante a vigência do contrato.	UNID.	12		77.700,00	932.400,00
TOTAL R\$: 932.400,00 (NOVECIENTOS E TRINTA E DOIS MIL, QUATROCENTOS REAIS)						932.400,00

PREÇOS COLETADOS JUNTO AO MERCADO - CGM



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação - CPL

ANEXO 2

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

A (nome da empresa), CNPJ nº _____, sediada a Rua _____, DECLARA para os devidos fins que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, referente à licitação na modalidade Pregão Presencial nº ____/CPL/2022.

Por ser verdade, subscrevo-me.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa devidamente identificado

Observação: A Carta de Credenciamento em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.



ANEXO 3
MODELO DE DECLARAÇÃO

Razão Social:

Prezados Senhores,

Em atenção ao Pregão Presencial nº /CPL/ nossa empresa declara que:

- Assegura ter pleno conhecimento da legislação pertinente à contratação em pauta e demais condições previstas no Edital e seus anexos;
- Atesta o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei n.º 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesesseis anos salvo nas condições de aprendiz a partir de quatorze anos de idade nos termos da legislação aplicável;
- Não existem fatos supervenientes impeditivos da habilitação nesta licitação;
- Não possui nenhum servidor público municipal em seu quadro funcional;
- Garante o prazo de validade da presente proposta por 60 (sessenta) dias corridos a partir da data da apresentação da proposta;
- Os sócios da empresa não são pessoas ligadas a integrantes do poder Municipal (Prefeita, Vice-Prefeito, Vereadores ou Servidores Municipais) por laço de matrimônio ou parentesco afim ou consanguíneo até o segundo grau, ou por adoção, nos termos do Art.94 da Lei Orgânica Municipal;
- Não está com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública, suspenso ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas;
- Não está arrolada no artigo 9º, da Lei Federal n.º. 8.666/93.
- Não se encontra cumprindo as penalidades previstas nos incisos III ou IV do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa devidamente identificado

Observação: A Declaração em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação - CPL

ANEXO 4

MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

À
Comissão Permanente de Licitação

Ref.:PREGÃO PRESENCIAL Nº **/CPL/ 2022**

Prezados Senhores,

Credenciamos o/a Sr (a), nacionalidade, cédula de identidade nº, emitido pelo, para, em nome da(nome da empresa), participar do Pregão Presencial sob referência, podendo, para tanto, juntar e apresentar documentos, apresentar propostas, assinar atos e termos, requerer e deliberar, apresentar recursos, renunciar a direitos, inclusive recursos, e tudo o mais que se fizer necessário, de acordo com o Edital.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa devidamente identificado

Observação: A Carta de Credenciamento em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.



ANEXO 5
DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO BENEFICIÁRIA
DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123 DE 2006.

PREGÃO Nº ____/CPL/2022.

Prezados Senhores,

_____, com sede na _____, inscrita no CNPJ nº _____, vem, por intermédio do representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da carteira de Identidade nº _____ e do CPF/MF nº _____, DECLARAR, sob as penas da Lei, que é _____ (MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL), que cumpre os requisitos legais para efeito de qualificação como ME/EPP/MEI e que não se enquadra em nenhuma das hipóteses elencadas no parágrafo 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir dos direitos de que tratam os artigos 42 a 45 da mencionada Lei, não havendo fato superveniente impeditivo da participação no presente certame.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa devidamente identificado

Observação: A Declaração em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.

OBSERVAÇÃO: Esta declaração deverá ser entregue ao Pregoeiro, após abertura da Sessão, antes e separadamente dos invólucros (Proposta de Preço e Documentos de Habilitação) exigidos nesta licitação, pelas Licitantes que pretenderem se beneficiar nesta licitação do regime diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123 de 2006.

Nota: A falsidade desta DECLARAÇÃO, objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123/06, caracterizará crime de que trata o Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das penalidades previstas neste Edital.



ANEXO 6

TERMO REFERÊNCIA 607/2022

1 – ÓRGÃO REQUISITANTE: *Secretaria Municipal de Finanças.*

2 - DO OBJETO

2.1 O presente instrumento tem como objeto a contratação especializada em manutenção de sistemas, para operar no atual código-fonte do software de propriedade da Prefeitura Municipal de Paracambi - RJ, incluindo serviços de suporte técnico, manutenção corretiva, legal e evolutiva, bem como serviços de data center, conforme requisitos constantes neste Termo de Referência.

3 - JUSTIFICATIVA DO PEDIDO

3.1 : Considerando a necessidade de constantes atualizações em suas fontes e funcionalidades, devido às mudanças frequentes exigidas pelos órgãos públicos fiscalizadores, como TCE/RJ, TCU (no caso de convênios), MINISTÉRIO DO TRABALHO, MINISTÉRIO PÚBLICO, ÓRGÃOS DO GOVERNO FEDERAL, dentre outros, para o cumprimento do dever de transparência, especialmente das disposições da Lei Complementar 101/2000 e Lei 4.320/64. Cada vez mais são solicitados variados tipos de relatórios, envio de dados, dentre outros.

Considerando a necessidade de treinamento e aperfeiçoamentos dos usuários do SISTEMA DE GESTÃO e eventuais correções de erros provocadas por algum lançamento equivocado.

Considerando as especificidades das fontes do sistema de propriedade do Município, onde os mesmos nos oferecem várias vantagens em relação aos demais programas disponíveis no mercado. Como nunca tivemos o sistema bloqueado por dificuldades financeiras ocorridas no Município, nunca sofremos perda de dados por ataque de hackers, pequeno custo dos equipamentos utilizados para a instalação do sistema, acesso remoto seguro através da rede mundial de computadores. Faz-se necessário a contratação de empresa especializada em desenvolvimento em linguagem de programação PHP/C#, ambiente operacional Linux, mantendo os mesmos padrões e metodologia de programação ora utilizados, sendo Orientação a Objetos (OO) e normatização do banco de dados Postgres, este na quinta forma normal conforme preceitos de BD, mantendo os mesmos padrões e critérios já utilizados e ainda utilizado o “framework” de desenvolvimento da prefeitura.

Os programas fontes são de propriedade do Município sendo que a manutenção destes obriga a empresa prestadora a não divulgar ou sob qualquer forma ou título utilizar os programas que venham a ser desenvolvidos e os atuais, cuja propriedade é exclusiva do Município e de seus desenvolvedores originais, ou seja, não caracteriza a transferência dos mesmos a empresa, e ainda, a empresa, exceto seus desenvolvedores originais, não poderá vender, ceder, alugar, emprestar a terceiros (pessoa física ou jurídica) o sistema como um todo ou partes dele.

Esclarece-se que o Município não dispõe de equipe técnica adequada e capacitada para dar o devido suporte na criação e desenvolvimento de sistemas e na resolução de problemas operacionais. Ademais, os softwares disponibilizados como gratuitos pelo Governo Federal possuem empresas privadas que cobram para disponibilizar suporte técnico. Cabe ainda mencionar que os produtos e serviços relacionados às tecnologias da informação – TI mais eficientes são desenvolvidos na iniciativa privada e por ela são explorados seus direitos econômicos. Tanto é assim que grandes órgãos públicos com estrutura operacional e financeira para desenvolver sistemas de gestão próprios, não se dedicam a tal feito, e buscam no mercado produtos que solucionem suas necessidades na área.

4 - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Para elaboração deste documento, foram observados às seguintes normas de regência:

4.1 Lei Federal nº 8.666/1993: Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;



4.2 Lei Federal nº 10.520/2002: Institui no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.

4.3 Decreto Municipal nº 4.673/2018: Regulamenta sobre a utilização dos recursos de informática, e dá outras providências.

4.4. Decreto Municipal nº 5.267/2021: Regulamenta as fases preparatória e externa das licitações e contratações, no âmbito do município de Paracambi.

5 – DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

Nº	Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	444128	<i>CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE INFORMÁTICA, PARA: Objeto 01: Manutenção corretiva e evolutiva nos programas fontes de propriedade do Município (Sistemas de Gestão) composto pelos módulos PROTOCOLO, COMPRAS, FINANCEIRO, TRIBUTÁRIO, RECURSOS HUMANOS, PESSOAL, FOLHA DE PAGAMENTO, NOTA FISCAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ELETRÔNICA, SIMPLES NACIONAL, DECLARAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS, FISCALIZAÇÃO, PORTAL DA TRANSPARÊNCIA MUNICIPAL Gestão de Processos de Fiscalização e de Informações para a apuração do IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA ISSQN, Portal Transparência em conformidade com a Lei 101/2000 (com redação dada pela LC 131/2009). desenvolvimento em linguagem de programação PHP/C#, ambiente operacional Linux, mantendo os mesmos padrões e metodologia de programação ora utilizados, sendo Orientação a Objetos (OO) e normatização do banco de dados Postgres, este na quinta forma normal conforme preceitos de BD, mantendo os mesmos padrões e critérios já utilizados e ainda utilizado o framework de desenvolvimento do Município, com disponibilização de dados em formato adequado para importar/alimentar o SIGFIS do TCE/RJ e suas Deliberações, SIOPE e SIOPS, sendo de propriedade do Município as derivações e melhoramentos do programa produzidos durante a vigência do contrato</i>	Unidade	12		
TOTAL						

5.1. DESCRITIVO DOS MÓDULOS A SEREM ATENDIDOS

5.1.1. Gestão Administrativa

5.1.1.1. Módulo Administração

5.1.1.1.1. Funcionalidade Sistema

5.1.1.1.1.1. Ação Alterar Status

5.1.1.1.1.2. Ação Alterar Mensagem

5.1.1.1.1.3. Ação Alterar Responsável por Módulo



5.1.1.1.1.4. Ação Incluir Entidade em Gestão RH

5.1.1.1.1.5. Ação Gera Exercício Seguinte

5.1.1.1.1.6. Ação Executa Virada de Ano

5.1.1.1.2. Funcionalidade Impressora

5.1.1.1.2.1. Ação Incluir Impressora

5.1.1.1.2.2. Ação Alterar Impressora

5.1.1.1.2.3. Ação Excluir Impressora

5.1.1.1.2.4. Ação Consultar Impressora

5.1.1.1.3. Funcionalidade Usuários

5.1.1.1.3.1. Ação Incluir Usuário

5.1.1.1.3.2. Ação Alterar Usuário

5.1.1.1.3.3. Ação Consultar Usuário

5.1.1.1.3.4. Ação Alterar Senha

5.1.1.1.3.5. Ação Definir Permissão por Ação

5.1.1.1.3.6. Ação Definir Impressora

5.1.1.1.4. Funcionalidade Configuração

5.1.1.1.4.1. Ação Alterar Configuração

5.1.1.1.5. Funcionalidade Órgão

5.1.1.1.5.1. Ação Alterar Órgão

5.1.1.1.5.2. Ação Excluir Órgão

5.1.1.1.6. Funcionalidade Unidade

5.1.1.1.6.1. Ação Incluir Unidade

5.1.1.1.6.2. Ação Alterar Unidade

5.1.1.1.6.3. Ação Excluir Unidade

5.1.1.1.7. Funcionalidade Departamento

5.1.1.1.7.1. Ação Incluir Departamento

5.1.1.1.7.2. Ação Alterar Departamento

5.1.1.1.7.3. Ação Excluir Departamento

5.1.1.1.8. Funcionalidade Setor

5.1.1.1.8.1. Ação Incluir Setor

5.1.1.1.8.2. Ação Alterar Setor

5.1.1.1.8.3. Ação Excluir Setor

5.1.1.1.9. Funcionalidade Local

5.1.1.1.9.1. Ação Incluir Local

5.1.1.1.9.2. Ação Alterar Local

5.1.1.1.9.3. Ação Excluir Local

5.1.1.1.10. Funcionalidade Documento Dinâmico

5.1.1.1.10.1. Ação Formatar Documento

5.1.1.1.10.2. Ação Alterar Atributo

5.1.1.1.10.3. Ação Excluir Atributo



- 5.1.1.1.11. Funcionalidade Gerador de Cálculo
 - 5.1.1.1.11.1. Ação Incluir Função
 - 5.1.1.1.11.2. Ação Alterar Função
 - 5.1.1.1.11.3. Ação Excluir Função
 - 5.1.1.1.11.4. Ação Gerar Função de Acesso
 - 5.1.1.1.11.5. Ação Copiar Função
 - 5.1.1.1.11.6. Ação Exportar Função
 - 5.1.1.1.11.7. Ação Alterar Proprietário da Função
 - 5.1.1.1.11.8. Ação Configurar Gerador
- 5.1.1.1.12. Funcionalidade Modelo de Documentos
 - 5.1.1.1.12.1. Ação Incluir Tipo de Documento
 - 5.1.1.1.12.2. Ação Alterar Tipo de Documento
 - 5.1.1.1.12.3. Ação Excluir Tipo de Documento
 - 5.1.1.1.12.4. Ação Definir Documento
 - 5.1.1.1.12.5. Ação Definir Modelo de Documento
- 5.1.1.1.13. Funcionalidade Assinaturas
 - 5.1.1.1.13.1. Ação Incluir Assinaturas
- 5.1.1.1.14. Funcionalidade Relatório
 - 5.1.1.1.14.1. Ação Relatório de Usuário
 - 5.1.1.1.14.2. Ação Relatório de Permissão
 - 5.1.1.1.14.3. Ação Relatório de Organograma
 - 5.1.1.1.14.4. Ação Relatório de Locais
- 5.1.1.2. Módulo CGM
 - 5.1.1.2.1. Funcionalidade Atributo
 - 5.1.1.2.1.1. Ação Incluir Atributo
 - 5.1.1.2.1.2. Ação Alterar Atributo
 - 5.1.1.2.1.3. Ação Excluir Atributo
 - 5.1.1.2.2. Funcionalidade Manutenção
 - 5.1.1.2.2.1. Ação Incluir CGM
 - 5.1.1.2.2.2. Ação Incluir CGM Interno
 - 5.1.1.2.2.3. Ação Alterar CGM
 - 5.1.1.2.2.4. Ação Excluir CGM
 - 5.1.1.2.2.5. Ação Consultar CGM
 - 5.1.1.2.3. Funcionalidade Relatório
 - 5.1.1.2.3.1. Ação Relatório de CGM
 - 5.1.1.2.3.2. Ação Relatório de CGM Analítico
 - 5.1.1.2.4. Funcionalidade Duplicidades
 - 5.1.1.2.4.1. Ação Eliminar Duplos do CGM
 - 5.1.1.2.5. Funcionalidade Consultas
- 5.1.1.3. Módulo CSE



- 5.1.1.3.1. Funcionalidade Instituição Educacional
 - 5.1.1.3.1.1. Ação Alterar Instituição
 - 5.1.1.3.1.2. Ação Excluir Instituição
- 5.1.1.3.2. Funcionalidade Instituição de Saúde
 - 5.1.1.3.2.1. Ação Incluir Instituição
 - 5.1.1.3.2.2. Ação Alterar Instituição
 - 5.1.1.3.2.3. Ação Excluir Instituição
- 5.1.1.3.3. Funcionalidade Empresa
 - 5.1.1.3.3.1. Ação Incluir Empresa
 - 5.1.1.3.3.2. Ação Alterar Empresa
 - 5.1.1.3.3.3. Ação Excluir Empresa
- 5.1.1.3.4. Funcionalidade Classificação de Tratamento
 - 5.1.1.3.4.1. Ação Incluir Classificação
 - 5.1.1.3.4.2. Ação Alterar Classificação
 - 5.1.1.3.4.3. Ação Excluir Classificação
- 5.1.1.3.5. Funcionalidade Tipo de Tratamento
 - 5.1.1.3.5.1. Ação Incluir Tipo
 - 5.1.1.3.5.2. Ação Alterar Tipo
 - 5.1.1.3.5.3. Ação Excluir Tipo
- 5.1.3.6. Funcionalidade Tipo de Exame
 - 5.1.1.3.6.1. Ação Incluir Tipo
 - 5.1.1.3.6.2. Ação Alterar Tipo
 - 5.1.1.3.6.3. Ação Excluir Tipo
- 5.1.1.3.7. Funcionalidade Tipo de Deficiência
 - 5.1.1.3.7.1. Ação Incluir Tipo
 - 5.1.1.3.7.2. Ação Alterar Tipo
 - 5.1.1.3.7.3. Ação Excluir Tipo
- 5.1.1.3.8. Funcionalidade Questão de Censo
 - 5.1.1.3.8.1. Ação Incluir Questão
 - 5.1.1.3.8.2. Ação Alterar Questão
 - 5.1.1.3.8.3. Ação Excluir Questão
- 5.1.1.3.9. Funcionalidade Programa Social
 - 5.1.1.3.9.1. Ação Incluir Programa
 - 5.1.1.3.9.2. Ação Alterar Programa
 - 5.1.1.3.9.3. Ação Excluir Programa
- 5.1.1.3.10. Funcionalidade Domicílio
 - 5.1.1.3.10.1. Ação Incluir Domicílio
 - 5.1.1.3.10.2. Ação Alterar Domicílio
 - 5.1.1.3.10.3. Ação Consultar Domicílio



- 5.1.1.3.11. Funcionalidade Cidadão
 - 5.1.1.3.11.1. Ação Incluir Cidadão
 - 5.1.1.3.11.2. Ação Alterar Cidadão
 - 5.1.1.3.11.3. Ação Consultar Cidadão
- 5.1.1.3.12. Funcionalidade Prescrição
 - 5.1.1.3.12.1. Ação Incluir Prescrição
 - 5.1.1.3.12.2. Ação Alterar Prescrição
 - 5.1.1.3.12.3. Ação Consultar Prescrição
- 5.1.1.3.13. Funcionalidade Relatório
 - 5.1.1.3.13.1. Ação Relatório de Cidadão
 - 5.1.1.3.13.2. Ação Relatório de Exame
- 5.1.1.3.14. Funcionalidade FUNCRIANÇA
 - 5.1.1.3.14.1. Ação Incluir Cadastro de Entidades
 - 5.1.1.3.14.2. Ação Alterar Cadastro de Entidades
 - 5.1.1.3.14.3. Ação Excluir Cadastro de Entidades
 - 5.1.1.3.14.4. Ação Consultar Cadastro de Entidades
 - 5.1.1.3.14.5. Ação Relatório de Doações
- 5.1.1.4. Módulo Protocolo
 - 5.1.1.4.1. Funcionalidade Configuração
 - 5.1.1.4.1.1. Ação Alterar Configuração
 - 5.1.1.4.2. Funcionalidade Histórico de Arquivamento
 - 5.1.1.4.2.1. Ação Alterar Histórico
 - 5.1.1.4.2.2. Ação Excluir Histórico
 - 5.1.1.4.3. Funcionalidade Atributo de Assunto
 - 5.1.1.4.3.1. Ação Incluir Atributo
 - 5.1.1.4.3.2. Ação Alterar Atributo
 - 5.1.1.4.3.3. Ação Excluir Atributo
 - 5.1.1.4.4. Funcionalidade Documento de Processo
 - 5.1.1.4.4.1. Ação Incluir Documento
 - 5.1.1.4.4.2. Ação Alterar Documento
 - 5.1.1.4.4.3. Ação Excluir Documento
 - 5.1.1.4.5. Funcionalidade Classificação de Assunto
 - 5.1.1.4.5.1. Ação Incluir Classificação
 - 5.1.1.4.5.2. Ação Alterar Classificação
 - 5.1.1.4.5.3. Ação Excluir Classificação
 - 5.1.1.4.6. Funcionalidade Despacho Padrão
 - 5.1.1.4.6.1. Ação Incluir
 - 5.1.1.4.6.2. Ação Alterar Assunto



- 5.1.1.4.6.3. Ação Excluir Assunto
- 5.1.1.4.7. Funcionalidade Trâmite de Processo
 - 5.1.1.4.7.1. Ação Incluir Trâmite
 - 5.1.1.4.7.2. Ação Alterar Trâmite
 - 5.1.1.4.7.3. Ação Excluir Trâmite
 - 5.1.1.4.7.4. Ação Consultar Trâmite
- 5.1.1.4.8. Funcionalidade Processo
 - 5.1.1.4.8.1. Ação Incluir Processo
 - 5.1.1.4.8.2. Ação Alterar Processo
 - 5.1.1.4.8.3. Ação Consultar Processo
 - 5.1.1.4.8.4. Ação Receber Processo
 - 5.1.1.4.8.5. Ação Receber Processo em Lote
 - 5.1.1.4.8.6. Ação Encaminhar Processo em Lote
 - 5.1.1.4.8.7. Ação Encaminhar Processo
 - 5.1.1.4.8.8. Ação Encaminhar Processo Off-Line
 - 5.1.1.4.8.9. Ação Cancelar Encaminhamento
 - 5.1.1.4.8.10. Ação Despachar Processo
 - 5.1.1.4.8.11. Ação Despachar Processo em Lote
 - 5.1.1.4.8.12. Ação Desarquivar Processo
 - 5.1.1.4.8.13. Ação Apensar Processo
 - 5.1.1.4.8.14. Ação Desapensar Processo
 - 5.1.1.4.8.15. Ação Consultar Listagem
 - 5.1.1.4.8.16. Ação Implantar Processo
- 5.1.1.4.9. Funcionalidade Relatório
 - 5.1.1.4.9.1. Ação Relatório de Assunto
 - 5.1.1.4.9.2. Ação Relatório de Processo
 - 5.1.1.4.9.3. Ação Relatório de Fluxo de Processo
 - 5.1.1.4.9.4. Ação Relatório de Trâmites de Processo
 - 5.1.1.4.9.5. Ação Relatório Planilha de Processo
- 5.1.1.5. Módulo Normas
 - 5.1.1.5.1. Funcionalidade Tipo de Norma
 - 5.1.1.5.1.1. Ação Incluir Tipo de Norma
 - 5.1.1.5.1.2. Ação Alterar Tipo de Norma
 - 5.1.1.5.1.3. Ação Excluir Tipo de Norma
 - 5.1.1.5.2. Funcionalidade Norma
 - 5.1.1.5.2.1. Ação Incluir Norma
 - 5.1.1.5.2.2. Ação Alterar Norma
 - 5.1.1.5.2.3. Ação Excluir Norma



- 5.1.1.5.2.4. Ação Consultar Norma
- 5.1.1.5.3. Funcionalidade Relatórios
 - 5.1.1.5.3.1. Ação Relatório de Normas
 - 5.1.1.5.3.2. Ação Alterar Classificação
 - 5.1.1.5.3.3. Ação Excluir Classificação
- 5.1.1.6. Módulo Organograma
 - 5.1.1.6.1. Funcionalidade Organograma
 - 5.1.1.6.1.1. Ação Incluir Organograma
 - 5.1.1.6.1.2. Ação Alterar organograma
 - 5.1.1.6.1.3. Ação Excluir Organograma
 - 5.1.1.6.1.4. Ação Visualizar Organograma
 - 5.1.1.6.2. Funcionalidade Órgãos
 - 5.1.1.6.2.1. Ação Incluir Órgão
 - 5.1.1.6.2.2. Ação Consultar Órgão
 - 5.1.1.6.2.3. Ação Alterar Órgão
 - 5.1.1.6.2.4. Ação Excluir Órgão
 - 5.1.1.6.2.5. Ação Inativar órgão
 - 5.1.1.6.3. Funcionalidade Local
 - 5.1.1.6.3.1. Ação Incluir Local
 - 5.1.1.6.3.2. Ação Alterar Local
 - 5.1.1.6.3.3. Ação Excluir Local
 - 5.1.1.6.4. Funcionalidade Relatório
 - 5.1.1.6.4.1. Ação Relatório de Local
 - 5.1.1.6.4.2. Ação Relatório de Órgão
 - 5.1.1.6.4.3. Ação Relatório Organograma
- 5.1.1.7. Módulo Jurídico
 - 5.1.1.7.1. Funcionalidade Processos
 - 5.1.1.7.1.1. Ação Incluir Processo
 - 5.1.1.7.1.2. Ação Manutenção de Processo
 - 5.1.1.7.1.3. Ação Excluir Processo
 - 5.1.1.7.1.4. Ação Consultar Processo
 - 5.1.1.7.2. Funcionalidade Audiências
 - 5.1.1.7.2.1. Ação Incluir Audiência
 - 5.1.1.7.2.2. Ação Alterar Audiência
 - 5.1.1.7.2.3. Ação Excluir Audiência
 - 5.1.1.7.3. Funcionalidade Arquivos
 - 5.1.1.7.3.1. Ação Incluir Arquivos
 - 5.1.1.7.3.2. Ação Alterar Arquivos
 - 5.1.1.7.3.3. Ação Excluir Arquivos
 - 5.1.1.7.4. Funcionalidade Despesas Judiciais



- 5.1.1.7.4.1. Ação Incluir Despesas Judiciais
- 5.1.1.7.4.2. Ação Alterar Despesas Judiciais
- 5.1.1.7.4.3. Ação Excluir Despesas Judiciais
- 5.1.1.7.5. Funcionalidade Movimentações
 - 5.1.1.7.5.1. Ação Incluir Movimentação
 - 5.1.1.7.5.2. Ação Alterar Movimentação
 - 5.1.1.7.5.3. Ação Excluir Movimentação
- 5.1.1.7.6. Funcionalidade Audiências e Prazos
 - 5.1.1.7.6.1. Ação Incluir Audiências e Prazos
 - 5.1.1.7.6.2. Ação Alterar Audiências e Prazos
 - 5.1.1.7.6.3. Ação Excluir Audiências e Prazos
 - 5.1.1.7.6.4. Ação Agenda Geral
 - 5.1.1.7.6.5. Ação Agenda Privada
- 5.1.1.7.7. Funcionalidade Relatórios
 - 5.1.1.7.7.1. Ação Relatório de Processos
- 5.1.1.8. Módulo Habitação
 - 5.1.1.8.1. Funcionalidade Cadastro Habitacional
 - 5.1.1.8.1.1. Ação Incluir
 - 5.1.1.8.1.2. Ação Alterar
 - 5.1.1.8.1.3. Ação Excluir
 - 5.1.1.8.1.4. Ação Consultar
 - 5.1.1.8.2. Funcionalidade Cadastro de Regularização Fundiária
 - 5.1.1.8.2.1. Ação Incluir
 - 5.1.1.8.2.2. Ação Alterar
 - 5.1.1.8.2.3. Ação Excluir
 - 5.1.1.8.2.4. Ação Consultar
 - 5.1.1.8.3. Funcionalidade Cadastro de Empreendimento
 - 5.1.1.8.3.1. Ação Incluir
 - 5.1.1.8.3.2. Ação Excluir
 - 5.1.1.8.4. Funcionalidade Relatórios
 - 5.1.1.8.4.1. Ação Critério Habitacional
 - 5.1.1.8.4.2. Ação Relatório Planilha Cadastro Habitacional
 - 5.1.1.8.4.3. Ação Relatório Planilha Regularização Fundiária

5.1.2. Gestão Financeira

- 5.1.2.1. Módulo Orçamento
 - 5.1.2.1.1. Funcionalidade Configuração
 - 5.1.2.1.1.1. Ação Alterar Configuração
 - 5.1.2.1.1.2. Ação Incluir Responsável Técnico
 - 5.1.2.1.1.3. Ação Alterar Responsável Técnico



- 5.1.2.1.1.4. Ação Excluir Responsável Técnico
- 5.1.2.1.1.5. Ação Incluir Classificação de Recurso
- 5.1.2.1.1.6. Ação Alterar Classificação de Recurso
- 5.1.2.1.1.7. Ação Excluir Classificação de Recurso
- 5.1.2.1.2. Funcionalidade Classificação Institucional
 - 5.1.2.1.2.1. Ação Incluir Entidade
 - 5.1.2.1.2.2. Ação Alterar Entidade
 - 5.1.2.1.2.3. Ação Incluir Órgão Orçamentário
 - 5.1.2.1.2.4. Ação Excluir Órgão Orçamentário
 - 5.1.2.1.2.5. Ação Incluir Unidade Orçamentária
 - 5.1.2.1.2.6. Ação Alterar Unidade Orçamentária
 - 5.1.2.1.2.7. Ação Excluir Unidade Orçamentária
- 5.1.2.1.3. Funcionalidade Classificação Funcional - Programática
 - 5.1.2.1.3.1. Ação Incluir Função
 - 5.1.2.1.3.2. Ação Alterar Função
 - 5.1.2.1.3.3. Ação Excluir Função
 - 5.1.2.1.3.4. Ação Incluir Subfunção
 - 5.1.2.1.3.5. Ação Alterar Subfunção
 - 5.1.2.1.3.6. Ação Excluir Subfunção
 - 5.1.2.1.3.7. Ação Incluir Programa
 - 5.1.2.1.3.8. Ação Alterar Programa
 - 5.1.2.1.3.9. Ação Excluir Programa
 - 5.1.2.1.3.10. Ação Incluir PAO
 - 5.1.2.1.3.11. Ação Alterar PAO
 - 5.1.2.1.3.12. Ação Excluir PAO
- 5.1.2.1.4. Funcionalidade Classificação Econômica
 - 5.1.2.1.4.1. Ação Incluir Classificação da Receita
 - 5.1.2.1.4.2. Ação Alterar Classificação da Receita
 - 5.1.2.1.4.3. Ação Excluir Classificação da Receita
 - 5.1.2.1.4.4. Ação Incluir Rubrica de Despesa
 - 5.1.2.1.4.5. Ação Alterar Rubrica de Despesa
 - 5.1.2.1.4.6. Ação Excluir Rubrica de Despesa
- 5.1.2.1.5. Funcionalidade Recurso
 - 5.1.2.1.5.1. Ação Incluir Recurso
 - 5.1.2.1.5.2. Ação Alterar Recurso
 - 5.1.2.1.5.3. Ação Excluir Recurso
- 5.1.2.1.6. Funcionalidade Fonte de Recurso
 - 5.1.2.1.6.1. Ação Incluir Fonte de Recurso
 - 5.1.2.1.6.2. Ação Alterar Fonte de Recurso
 - 5.1.2.1.6.3. Ação Excluir Fonte de Recurso



- 5.1.2.1.7. Funcionalidade Código de Aplicação
 - 5.1.2.1.7.1. Ação Incluir Código de Aplicação
 - 5.1.2.1.7.2. Ação Alterar Código de Aplicação
 - 5.1.2.1.7.3. Ação Excluir Código de Aplicação
- 5.1.2.1.8. Funcionalidade Elaboração do Orçamento
 - 5.1.2.1.8.1. Ação Incluir Receita
 - 5.1.2.1.8.2. Ação Alterar Receita
 - 5.1.2.1.8.3. Ação Excluir Receita
 - 5.1.2.1.8.4. Ação Incluir Despesa
 - 5.1.2.1.8.5. Ação Alterar Despesa
 - 5.1.2.1.8.6. Ação Excluir Despesa
 - 5.1.2.1.8.7. Ação Lançar Metas de Arrecadação da Receita
 - 5.1.2.1.8.8. Ação Lançar Metas de Arrecadação da Receita Automaticamente
 - 5.1.2.1.8.9. Ação Lançar Metas de Execução da Despesa
 - 5.1.2.1.8.10. Ação Gera Orçamento para Exercício Seguinte
- 5.1.2.1.9. Funcionalidade Relatórios
 - 5.1.2.1.9.1. Ação Anexo 1 - Demonstrativo da Receita e da Despesa Segundo Categorias Econômicas
 - 5.1.2.1.9.2. Ação Anexo 2 Receita - Resumo Geral da Receita
 - 5.1.2.1.9.3. Ação Anexo 2 Despesa - Natureza da Despesa
 - 5.1.2.1.9.4. Ação Anexo 3 - Relatório das Fontes da Receita
 - 5.1.2.1.9.5. Ação Anexo 4 - Relatório dos Elementos de Despesa
 - 5.1.2.1.9.6. Ação Anexo 6 - Programa de Trabalho
 - 5.1.2.1.9.7. Ação Anexo 7 - Programa de Trabalho do Governo
 - 5.1.2.1.9.8. Ação Anexo 8 - Demonstrativo da Despesa por Função, Subfunção e Programas
 - 5.1.2.1.9.9. Ação Anexo 9 - Demonstrativo da Despesa por Função
 - 5.1.2.1.9.10. Ação Anexo Detalhamento
 - 5.1.2.1.9.11. Ação Relação da Despesa
 - 5.1.2.1.9.12. Ação Relação da Receita
 - 5.1.2.1.9.13. Ação Demonstrativo Orçamento
 - 5.1.2.1.9.14. Ação Balancete da Receita
 - 5.1.2.1.9.15. Ação Balancete da Despesa
 - 5.1.2.1.9.16. Ação Consolidado por Elemento de Despesa
 - 5.1.2.1.9.17. Ação Reserva de Saldos
 - 5.1.2.1.9.18. Ação Suplementações
 - 5.1.2.1.9.19. Ação Razão da Despesa
 - 5.1.2.1.9.20. Ação Razão da Receita
 - 5.1.2.1.9.21. Ação Disponibilidade por Recurso
 - 5.1.2.1.9.22. Ação Metas de Execução da Despesa
 - 5.1.2.1.9.23. Ação Metas de Arrecadação da Receita
- 5.1.2.1.10. Funcionalidade Relatórios Auxiliares



- 5.1.2.1.10.1. Ação Relação de Entidades
- 5.1.2.1.10.2. Ação Relação de Órgãos
- 5.1.2.1.10.3. Ação Relação de Unidades
- 5.1.2.1.10.4. Ação Relação de Funções
- 5.1.2.1.10.5. Ação Relação de Subfunções
- 5.1.2.1.10.6. Ação Relação de Programas
- 5.1.2.1.10.7. Ação Relação de Projetos, Atividades e Operações Especiais
- 5.1.2.1.10.8. Ação Relação de Recursos
- 5.1.2.1.11. Funcionalidade LDO / LOA
- 5.1.2.1.11.1. Ação Anexo I - Previsão da Receita e da Despesa
- 5.1.2.1.11.2. Ação Anexo II/IV - Demo da RCL/Demo Riscos Fiscais e Provid
- 5.1.2.1.11.3. Ação Anexo III - Metas Fiscais
- 5.1.2.1.12. Funcionalidade RREO
- 5.1.2.1.12.1. Ação Balanço Orçamentário
- 5.1.2.1.12.2. Ação Execução das Despesas por Função/Subfunção - Demonstrativo
- 5.1.2.1.12.3. Ação Receita Corrente Líquida - Demonstrativo
- 5.1.2.1.12.4. Ação Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS - Demonstrativo
- 5.1.2.1.12.5. Ação Resultado Nominal - Demonstrativo
- 5.1.2.1.12.6. Ação Resultado Primário - Demonstrativo
- 5.1.2.1.12.7. Ação Restos a Pagar por Poder e Órgão - Demonstrativo
- 5.1.2.1.12.8. Ação Restos a Pagar por Despesa - Demonstrativo
- 5.1.2.1.12.9. Ação Restos a Pagar por Função - Demonstrativo
- 5.1.2.1.12.10. Ação Restos a Pagar por Recurso - Demonstrativo
- 5.1.2.1.12.11. Ação Receitas e Despesas com MDE - Demonstrativo
- 5.1.2.1.12.12. Ação Receita de Impostos Líquida e Despesas Próprias Saúde - Demonstrativo
- 5.1.2.1.12.13. Ação Rec de Operações de Crédito e Desp de Capital - Demonstrativo
- 5.1.2.1.12.14. Ação Projeção Atuarial do RPPS dos Servidores Públicos – Demonstrativo
- 5.1.2.1.13. Funcionalidade RGF
- 5.1.2.1.13.1. Ação Anexo 1 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal
- 5.1.2.1.13.2. Ação Anexo 2 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida
- 5.1.2.1.13.3. Ação Anexo 3 - Demo. Garantias e Contragarantias de Valores
- 5.1.2.1.13.4. Ação Anexo 4 - Demonstrativo das Operações de Crédito
- 5.1.2.1.13.5. Ação Anexo 5 - Demo. da Disp de Caixa e dos Restos a Pagar
- 5.1.2.1.13.6. Ação Anexo 7 - Demonstrativo Simplificado do RGF
- 5.1.2.1.14. Funcionalidade STN
- 5.1.2.1.14.1. Ação Balanço Orçamentário - Sub Quadro Execução RPs Quadro dos Dados Contábeis Consolidados Municipais
- 5.1.2.1.14.2. Ação Balanço Orçamentário - Despesas por Função Quadro dos Dados Contábeis Consolidados Municipais
- 5.1.2.1.14.3. Ação Balanço Orçamentário - Despesas por Função - RPs Quadro dos Dados Contábeis consolidados Municipais



5.1.2.1.14.4. Ação Balanço Orçamentário - Despesas Orçamentárias Quadro dos Dados Contábeis Consolidados Municipais

5.1.2.1.15. Funcionalidade BIRD - IFR

5.1.2.1.15.1. Ação Origens e Aplicações

5.1.2.1.15.2. Ação Investimentos do Projeto

5.1.2.1.15.3. Ação IFR 1-A 1-B

5.1.2.1.16) Funcionalidade Alteração Orçamentária

5.1.2.1.16.1) Ação Créd. Suplementar por Redução

5.1.2.1.16.2) Ação Créd. Suplementar por Operação Crédito

5.1.2.1.16.3) Ação Créd. Suplementar Auxílios e Convênios

5.1.2.1.16.4) Ação Créd. Suplementar Excesso Arrecadação

5.1.2.1.16.5) Ação Créd. Suplementar por Superavit

5.1.2.1.16.6) Ação Créd. Especial por Redução

5.1.2.1.16.7) Ação Créd. Especial por Operação de Crédito

5.1.2.1.16.8) Ação Créd. Especial por Auxílio e Convênios

5.1.2.1.16.9) Ação Créd. Especial Excesso de Arrecadação

5.1.2.1.16.10) Ação Créd. Especial por Superavit

5.1.2.1.16.11) Ação Créd. Extraordinário

5.1.2.1.16.12) Ação Transferência de Recursos - Remanejamento

5.1.2.1.16.13) Ação Transferência de Recursos - Transposição

5.1.2.1.16.14) Ação Transferência de Recursos - Transferência

5.1.2.1.16.15) Ação Anulação Externa

5.1.2.1.16.16) Ação Anulação de Suplementação

5.1.2.1.16.17) Ação Consulta de Suplementações

5.1.2.1.16.18) Ação Reabrir Créd. Extraordinário

5.1.2.1.16.19) Ação Reabrir Créd. Especial

5.1.2.1.17) Funcionalidade Reserva de Saldos

5.1.2.1.17.1) Ação Incluir Reserva de Saldos

5.1.2.1.17.2) Ação Anular Reserva de Saldos

5.1.2.1.17.3) Ação Consultar Reserva de Saldos

5.1.2.1.17.4) Ação Alterar Reserva de Saldos

5.1.2.1.17.5) Ação Programar Reserva de Saldos

5.1.2.1.17.6) Ação Reserva de Contingenciamento

5.1.2.1.17.7) Ação Reemitir Reserva de Saldos

5.1.2.1.18) Funcionalidade Dotação

5.1.2.1.18.1) Ação Consulta de Saldos de Dotação

5.1.2.1.19) Funcionalidade Relatórios Gerenciais

5.1.2.1.19.1) Ação Extrato de Recursos

5.1.2.1.19.2) Ação Execução Receita Despesa (RMGS001)

5.1.2.1.19.3) Ação Receita Proveniente de Impostos (RMGS002)



5.1.2.1.20) Funcionalidade Relatórios SP

5.1.2.1.20.1) Ação Impostos e Transferências de Impostos

5.1.2.1.20.2) Ação Receitas Próprias de MDE e dos Recursos do FUNDEB Demonstrativo

5.1.2.1.20.3) Ação Receitas e Despesas do Ensino

5.1.2.1.20.4) Ação Resumo Consolidado

5.1.2.1.21) Funcionalidade Relatórios TCE/RJ

5.1.2.1.21.1) Ação Quadros A.1 e A.2 Lei Orçamentária Anual e Específicas

5.1.2.1.21.2) Ação Quadros C.1, C.2 e C.3 Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE

5.1.2.1.21.3) Ação Quadro D.1 Despesas Realizadas com o FUNDEB

5.1.2.1.21.4) Ação Quadros E.1 e E.2 Despesas Realizadas em ASPS

5.1.2.1.21.5) Ação Quadros F.1 e F.2 Despesas Custeadas com Recursos dos Royalties

5.1.2.2 Módulo Contabilidade

5.1.2.2.1 Funcionalidade Configuração

5.1.2.2.1.1 Ação Alterar Configuração

5.1.2.2.1.2 Ação Configurar Desdobramento da Receita

5.1.2.2.1.3 Ação Mês de Processamento

5.1.2.2.2 Funcionalidade Plano de Contas

5.1.2.2.2.1 Ação Incluir Conta

5.1.2.2.2.2 Ação Alterar Conta

5.1.2.2.2.3 Ação Excluir Conta

5.1.2.2.2.4 Ação Consultar Conta

5.1.2.2.2.5 Ação Reclassificar Conta

5.1.2.2.2.6 Ação Consultar Plano Padrão

5.1.2.2.2.7 Ação Carregar Plano Padrão

5.1.2.2.2.8 Ação Exportar Para Próximo Exercício

5.1.2.2.3 Funcionalidade Histórico Padrão

5.1.2.2.3.1 Ação Incluir Histórico

5.1.2.2.3.2 Ação Alterar Histórico

5.1.2.2.3.3 Ação Excluir Histórico

5.1.2.2.4 Funcionalidade Lançamento Contábil

5.1.2.2.4.1 Ação Incluir Lançamento

5.1.2.2.4.2 Ação Alterar Lançamento

5.1.2.2.4.3 Ação Excluir Lançamento

5.1.2.2.4.4 Ação Implantação de Saldo

5.1.2.2.5 Funcionalidade Arrecadação da Receita

5.1.2.2.5.1 Ação Arrecadar Receita



- 5.1.2.2.5.2 Ação Arrecadar Receita via Boletim
- 5.1.2.2.5.3 Ação Anular Arrecadação
- 5.1.2.2.5.4 Ação Estornar Boletim
- 5.1.2.2.6 Funcionalidade Relatórios
 - 5.1.2.2.6.1 Ação Emissão do Plano
 - 5.1.2.2.6.2 Ação Relatório de Histórico Padrão
 - 5.1.2.2.6.3 Ação Relatório de Lançamento
 - 5.1.2.2.6.4 Ação Relatório de Banco/Recurso
 - 5.1.2.2.6.5 Ação Balancete de Verificação
 - 5.1.2.2.6.6 Ação Diário Geral
 - 5.1.2.2.6.7 Ação Diário de Banco
 - 5.1.2.2.6.8 Ação Relatório Plano/Recurso
 - 5.1.2.2.6.9 Ação Relatório Plano/Almoxarifado
 - 5.1.2.2.6.10 Ação Razão
 - 5.1.2.2.6.11 Ação Razão do Credor
 - 5.1.2.2.6.12 Ação Anexo 10 - Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada
 - 5.1.2.2.6.13 Ação Anexo 11 - Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada
 - 5.1.2.2.6.14 Ação Anexo 12 - Balanço Orçamentário
 - 5.1.2.2.6.15 Ação Anexo 13 - Balanço Financeiro
 - 5.1.2.2.6.16 Ação Anexo 14 - Balanço Patrimonial
 - 5.1.2.2.6.17 Ação Anexo 15 - Demonstração das Variações Patrimoniais
 - 5.1.2.2.6.18 Ação Anexo 16 - Demonstrativo da Dívida Fundada Interna
 - 5.1.2.2.6.19 Ação Anexo 17 - Demonstrativo da Dívida Flutuante
 - 5.1.2.2.6.20 Ação Anexo 18 - Demonstração dos Fluxos de Caixa
 - 5.1.2.2.6.21 Ação Demonst. Rec/Desp Extra Orçamentária
 - 5.1.2.2.6.22 Ação Consistência Contábil
 - 5.1.2.2.6.23 Ação Comparativo Entre Planos de Contas
 - 5.1.2.2.6.24 Ação Anexo 10 Por Recurso - Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada
- 5.1.2.2.7 Funcionalidade Encerramento
 - 5.1.2.2.7.1 Ação Definir Contas para Inscrição de RP
 - 5.1.2.2.7.2 Ação Gerar Restos a Pagar
 - 5.1.2.2.7.3 Ação Efetuar Lançamentos Contábeis de Encerramento
 - 5.1.2.2.7.4 Ação Excluir Lançamentos Contábeis de Encerramento
 - 5.1.2.2.7.5 Ação Saldos de Balanço
- 5.1.2.2.8 Funcionalidade Contabilização de Contratos
 - 5.1.2.2.8.1 Ação Vinculação Contrato/Plano
 - 5.1.2.2.8.2 Ação Incluir Configuração
 - 5.1.2.2.8.3 Ação Alterar Configuração
 - 5.1.2.2.8.4 Ação Excluir Configuração



- 5.1.2.2.8.5 Ação Configurar Tipo de Contrato
- 5.1.2.2.9 Funcionalidade Contabilização de Almoxarifado
 - 5.1.2.2.9.1 Ação Incluir Vinculação Despesa/Plano de Almoxarifado
 - 5.1.2.2.9.2 Ação Alterar Vinculação Despesa/Plano de Almoxarifado
 - 5.1.2.2.9.3 Ação Excluir Vinculação Despesa/Plano de Almoxarifado
 - 5.1.2.2.9.4 Ação Incluir Vinculação Despesa/Item de Almoxarifado
 - 5.1.2.2.9.5 Ação Alterar Vinculação Despesa/Item de Almoxarifado
 - 5.1.2.2.9.6 Ação Excluir Vinculação Despesa/Item de Almoxarifado
- 5.1.2.2.10 Funcionalidade Contabilização da Despesa
 - 5.1.2.2.10.1 Ação Incluir Vinculação Despesa/Plano
 - 5.1.2.2.10.2 Ação Alterar Vinculação Despesa/Plano
 - 5.1.2.2.10.3 Ação Excluir Vinculação Despesa/Plano
- 5.1.2.2.11 Funcionalidade Contabilização da Receita
 - 5.1.2.2.11.1 Ação Incluir Vinculação Receita/Plano
 - 5.1.2.2.11.2 Ação Alterar Vinculação Receita/Plano
 - 5.1.2.2.11.3 Ação Excluir Vinculação Receita/Plano
- 5.1.2.2.12 Funcionalidade Contabilização da Despesa RPPS
 - 5.1.2.2.12.1 Ação Incluir Vinculação Despesa/Plano RPPS
 - 5.1.2.2.12.2 Ação Alterar Vinculação Despesa/Plano RPPS
 - 5.1.2.2.12.3 Ação Excluir Vinculação Despesa/Plano RPPS
- 5.1.2.2.13 Funcionalidade Contabilização de Obras
 - 5.1.2.2.13.1 Ação Vinculação Obra/Plano
- 5.1.2.2.14 Funcionalidade Contabilização de Adiantamentos
 - 5.1.2.2.14.1 Ação Vinculação Adiantamento/Plano
- 5.1.2.2.15 Funcionalidade Relatórios TCE/RJ
 - 5.1.2.2.15.1 Ação Deliberação 199/1996
 - 5.1.2.2.15.2 Ação Deliberação 277/2017 – (incluir)
 - 5.1.2.2.15.3 Ação Deliberação 278/2017 DESPESAS COM PESSOAL
 - 5.1.2.2.15.4 Ação Deliberação 199/1996 - Modelo 3 DEMONSTRATIVO GERAL DA RECEITA CORRENTE E REPASSES DO EXECUTIVO MUNICIPAL
 - 5.1.2.2.15.5 Ação Deliberação 199/1996 - Modelo 4 ATIVO DOS ÓRGÃOS DA ADM DIRETA, INCLUÍDA CMV, ENTIDADES DA ADM INDIRETA E FUNDOS
 - 5.1.2.2.15.6 Ação Deliberação 199/1996 - Modelo 5 PASSIVO DOS ÓRGÃOS DA ADM DIRETA, INCLUÍDA CMV, ENTIDADES DA ADM INDIRETA E FUND
 - 5.1.2.2.15.7 Ação Deliberação 199/1996 - Modelo 6 PUBLICAÇÃO DE PAUTA ESPECIAL
 - 5.1.2.2.15.8 Ação Deliberação 200/1996 - Modelo 1 RELAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS
 - 5.1.2.2.15.9 Ação Deliberação 200/1996 - Modelo 2 DEMONSTRATIVO DOS ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS
 - 5.1.2.2.15.10 Ação Deliberação 200/1996 - Modelo 3 DEMONSTRATIVO DAS SUBVENÇÕES E AUXÍLIOS



5.1.2.2.15.11 Ação Deliberação 200/1996 - Modelo 4 DEMONSTRATIVO DAS RESPONSABILIDADES NÃO REGULARIZADAS

5.1.2.2.15.12 Ação Deliberação 200/1996 - Modelo 5 RELAÇÃO DE RESTOS A PAGAR

5.1.2.2.15.13 Ação Deliberação 200/1996 - Modelo 6 CONCILIAÇÃO BANCÁRIA

5.1.2.2.15.14 Ação Deliberação 200/1996 - Modelo 7 TERMO DE VERIFICAÇÃO DOS VALORES EXISTENTES NA TESOUREARIA

5.1.2.2.15.15 Ação Deliberação 200/1996 - Modelo 8 RELATÓRIO DO RESPONSÁVEL PELO SETOR CONTÁBIL

5.1.2.2.15.16 Ação Deliberação 200/1996 - Modelo 9 TESOUREIROS OU PAGADORES - TERMO DE TRANSFERÊNCIA DE RESPONSABILIDADE

5.1.2.2.15.17 Ação Deliberação 200/1996 - Modelo 10 TESOUREIROS OU PAGADORES - TERMO DE ENTREGA DE BENS E VALORES

5.1.2.2.16 Funcionalidade Nota Explicativa

5.1.2.2.16.1 Ação Incluir Nota Explicativa

5.1.2.2.16.2 Ação Alterar Nota Explicativa

5.1.2.2.16.3 Ação Excluir Nota Explicativa

5.1.2.3 Módulo Empenho

5.1.2.3.1 Funcionalidade Configuração

5.1.2.3.1.1 Ação Alterar Configuração

5.1.2.3.1.2 Ação Incluir Histórico

5.1.2.3.1.3 Ação Alterar Histórico

5.1.2.3.1.4 Ação Excluir Histórico

5.1.2.3.1.5 Ação Definir Permissão

5.1.2.3.2. Funcionalidade Autorização

5.1.2.3.2.1. Ação Incluir Autorização Diversos

5.1.2.3.2.2. Ação Emitir Autorização Folha de Pagamento

5.1.2.3.2.3. Ação Emitir Autorização Processo de Compra

5.1.2.3.2.4. Ação Alterar Autorização

5.1.2.3.2.5. Ação Anular Autorização

5.1.2.3.2.6. Ação Reemitir Autorização

5.1.2.3.2.7. Ação Consultar Autorização

5.1.2.3.2.8. Ação Duplicar Autorização

5.1.2.3.2.9. Ação Reemitir Anulação Autorização

5.1.2.3.3. Funcionalidade Empenho

5.1.2.3.3.1. Ação Emitir Empenho por Autorização

5.1.2.3.3.2. Ação Emitir Empenho Diversos

5.1.2.3.3.3. Ação Anular Empenho

5.1.2.3.3.4. Ação Reemitir Empenho

5.1.2.3.3.5. Ação Consultar Empenho

5.1.2.3.3.6. Ação Reemitir Anulação Empenho

5.1.2.3.4. Funcionalidade Liquidação

5.1.2.3.4.1. Ação Liquidar Empenho



- 5.1.2.3.4.2. Ação Anular Liquidação
- 5.1.2.3.4.3. Ação Reemitir Liquidação
- 5.1.2.3.4.4. Ação Consultar Liquidação
- 5.1.2.3.4.5. Ação Reemitir Anulação Liquidação
- 5.1.2.3.4.6. Ação Consultar Nota Fiscal
- 5.1.2.3.5. Funcionalidade Ordem de Pagamento
 - 5.1.2.3.5.1. Ação Emitir Ordem de Pagamento
 - 5.1.2.3.5.2. Ação Anular Ordem de Pagamento
 - 5.1.2.3.5.3. Ação Reemitir Ordem de Pagamento 2.3.5.4) Ação Alterar Ordem de Pagamento
 - 5.1.2.3.5.4. Ação Pagamento de O.P.
 - 5.1.2.3.5.5. Ação Estorno de Pagamento de O.P.
 - 5.1.2.3.5.6. Ação Reemitir Anulação O.P.
 - 5.1.2.3.5.7. Ação Consultar Ordem de Pagamento
- 5.1.2.3.6. Funcionalidade Controle de Adiantamentos
 - 5.1.2.3.6.1. Ação Prestação de Contas
 - 5.1.2.3.6.2. Ação Minha Prestação de Contas
 - 5.1.2.3.6.3. Ação Emitir Prestação de Contas
 - 5.1.2.3.6.4. Ação Consultar Prestação de Contas
 - 5.1.2.3.6.5. Ação Emitir Recibo de Devolução
 - 5.1.2.3.6.6. Ação Emitir Meu Recibo de Devolução
 - 5.1.2.3.6.7. Ação Reabrir Prestação de Contas
- 5.1.2.3.7. Funcionalidade Relatórios
 - 5.1.2.3.7.1. Ação Empenhos Empenhados, Pagos ou Liquidados
 - 5.1.2.3.7.2. Ação Empenhos a Pagar
 - 5.1.2.3.7.3. Ação Restos a Pagar Anulados
 - 5.1.2.3.7.4. Ação Restos a Pagar - Pagamentos ou Estornos
 - 5.1.2.3.7.5. Ação Empenhos do Exercício - Pagamentos ou Estornos
 - 5.1.2.3.7.6. Ação Restos a Pagar por Credor
 - 5.1.2.3.7.7. Ação Restos a Pagar - Relação
 - 5.1.2.3.7.8. Ação Razão Geral de Credores
 - 5.1.2.3.7.9. Ação Razão do Credor
 - 5.1.2.3.7.10. Ação Retenções do Credor
 - 5.1.2.3.7.11. Ação Ordens de Pagamento
 - 5.1.2.3.7.12. Ação Relação de Pagamentos de OPs
 - 5.1.2.3.7.13. Ação Relação de Estornos de Pagamentos de OPs
 - 5.1.2.3.7.14. Ação Situação do Empenho
 - 5.1.2.3.7.15. Ação Programação de Pagamentos
 - 5.1.2.3.7.16. Ação Retenções



- 5.1.2.3.7.17. Ação Relatório de Autorização de Empenho
- 5.1.2.3.7.18. Ação Relatório de Pagamento/por Nota fiscal
- 5.1.2.3.7.19. Ação Relatório de Prestação de Contas Adiantamento
- 5.1.2.4. Módulo Exportação
 - 5.1.2.4.2. Funcionalidade TCE-RJ
 - 5.1.2.4.2.1. Ação Arquivos Principais
 - 5.1.2.4.2.2. Ação Relacionamento Receita
 - 5.1.2.4.2.3. Ação Relacionamento Despesa
 - 5.1.2.4.2.4. Ação Relacionamento Recurso
 - 5.1.2.4.2.5. Ação Relacionamento Fundamento
 - 5.1.2.4.2.6. Ação Relacionamento Tipo Alteração
 - 5.1.2.4.2.7. Ação Parâmetros do Arquivo Empenho.txt
 - 5.1.2.4.2.8. Ação Parâmetros do Arquivo ContaCont.txt
 - 5.1.2.4.2.9. Ação Parâmetros do Arquivo Cargo.txt
 - 5.1.2.4.2.10. Ação Parâmetros do Arquivo ContaCont.txt
 - 5.1.2.4.2.11. Ação Parâmetros do Arquivo Programappa.txt
 - 5.1.2.4.2.12. Ação Parâmetros do Arquivo IndProg.txt
 - 5.1.2.4.2.13. Ação Parâmetros do Arquivo Orgao.txt
 - 5.1.2.4.2.14. Ação Parâmetros do Arquivo UnidOrca.txt
 - 5.1.2.4.2.15. Ação Parâmetros do Arquivo Programa.txt
 - 5.1.2.4.2.16. Ação Parâmetros do Arquivo ProjAtv.txt
 - 5.1.2.4.2.17. Ação Parâmetros do Arquivo EspRec.txt
 - 5.1.2.4.2.18. Ação Parâmetros do Arquivo EspDesp.txt
 - 5.1.2.4.2.19. Ação Parâmetros do Arquivo Fonte.txt
 - 5.1.2.4.2.20. Ação Parâmetros do Arquivo PrevRec.txt
 - 5.1.2.4.2.21. Ação Parâmetros do Arquivo Dotacao.txt
 - 5.1.2.4.2.22. Ação Parâmetros do Arquivo Licitaca.txt
 - 5.1.2.4.2.23. Ação Parâmetros do Arquivo ConvLic.txt
 - 5.1.2.4.2.24. Ação Parâmetros do Arquivo PubLic.txt
 - 5.1.2.4.2.25. Ação Parâmetros do Arquivo ItemLic.txt
 - 5.1.2.4.2.26. Ação Parâmetros do Arquivo PartLic.txt
 - 5.1.2.4.2.27. Ação Parâmetros do Arquivo CpartLic.txt
 - 5.1.2.4.2.28. Ação Parâmetros do Arquivo Cotacao.txt
 - 5.1.2.4.2.29. Ação Parâmetros do Arquivo Dispensa.txt
 - 5.1.2.4.2.30. Ação Parâmetros do Arquivo AltOrc.txt
 - 5.1.2.4.2.31. Ação Parâmetros do Arquivo RecLanc.txt
 - 5.1.2.4.2.32. Ação Parâmetros do Arquivo AprevRec.txt
 - 5.1.2.4.2.33. Ação Parâmetros do Arquivo MovConta.txt



- 5.1.2.4.2.34. Ação Parâmetros do Arquivo Concilia.txt
- 5.1.2.4.2.35. Ação Parâmetros do Arquivo Empenho.txt
- 5.1.2.4.2.36. Ação Parâmetros do Arquivo EstorEmp.txt
- 5.1.2.4.2.37. Ação Parâmetros do Arquivo LiqEmp.txt
- 5.1.2.4.2.38. Ação Parâmetros do Arquivo PagEmp.txt
- 5.1.2.4.2.39. Ação Parâmetros do Arquivo Retencao.txt
- 5.1.2.4.2.40. Ação Parâmetros do Arquivo NotaFisc.txt
- 5.1.2.4.2.41. Ação Parâmetros do Arquivo FolhaPgt.txt
- 5.1.2.4.2.42. Ação Parâmetros do Arquivo Diaria.txt
- 5.1.2.4.2.43. Ação Parâmetros do Arquivo DocDiver.txt
- 5.1.2.4.2.44. Ação Parâmetros do Arquivo Contrato.txt
- 5.1.2.4.2.45. Ação Parâmetros do Arquivo MaoObra.txt
- 5.1.2.4.2.46. Ação Parâmetros do Arquivo AdCont.txt
- 5.1.2.4.2.47. Ação Parâmetros do Arquivo DivFunda.txt
- 5.1.2.4.2.48. Ação Parâmetros do Arquivo MovDivid.txt
- 5.1.2.4.2.49. Ação Parâmetros do Arquivo Convenio.txt
- 5.1.2.4.2.50. Ação Parâmetros do Arquivo PartConv.txt
- 5.1.2.4.2.51. Ação Parâmetros do Arquivo AdConv.txt
- 5.1.2.4.2.52. Ação Parâmetros do Arquivo Bolsa.txt
- 5.1.2.4.2.53. Ação Parâmetros do Arquivo Concurso.txt
- 5.1.2.4.2.54. Ação Parâmetros do Arquivo Area.txt
- 5.1.2.4.2.55. Ação Parâmetros do Arquivo ResConc.txt
- 5.1.2.4.2.56. Ação Parâmetros do Arquivo Pessoal.txt
- 5.1.2.4.2.57. Ação Parâmetros do Arquivo BenetPen.txt
- 5.1.2.4.2.58. Ação Parâmetros do Arquivo ProvApo.txt
- 5.1.2.4.2.59. Ação Parâmetros do Arquivo Fiscal.txt
- 5.1.2.4.2.60. Ação Parâmetros do Arquivo Obra.txt
- 5.1.2.4.2.61. Ação Parâmetros do Arquivo ObraFis.txt
- 5.1.2.4.2.62. Ação Parâmetros do Arquivo Obramed.txt
- 5.1.2.4.2.63. Ação Parâmetros do Arquivo Contratamdo.txt
- 5.1.2.4.2.64. Ação Parâmetros do Arquivo Regulariza.txt
- 5.1.2.4.2.65. Ação Parâmetros do Arquivo Termoparc.txt
- 5.1.2.4.2.66. Ação Parâmetros do Arquivo prorrogparc.txt
- 5.1.2.4.2.67. Ação Parâmetros do Arquivo restosap.txt
- 5.1.2.4.2) Deliberação 247 (TCERJ)
- 5.1.2.4.2.1) Atividades Econômicas
- 5.1.2.4.2.2) Ação Parâmetros do Arquivo TAB_ATIVIDADES_ECONOMICAS.txt
- 5.1.2.4.2.3) Ação Parâmetros do Arquivo TAB_RAF.tx



5.1.2.4.2.4) Ação Parâmetros do Arquivo TAB_INFRACAO.txt

5.1.2.4.3) Deliberação 260 (TCERJ)

5.1.2.4.3.1) Ação Parâmetros do Arquivo AtoApos.txt

5.1.2.4.3.2) Ação Parâmetros do Arquivo AtoPensao.txt

5.1.2.4.3.3) Ação Parâmetros do Arquivo TempSerAntes.txt

5.1.2.4.3.4) Ação Parâmetros do Arquivo TempSerApos.txt

5.1.2.4.3.5) Ação Parâmetros do Arquivo Afastm.txt

5.1.2.4.3.6) Ação Parâmetros do Arquivo FicFer.txt

5.1.2.4.3.7) Ação Parâmetros do Arquivo FictoFer.txt

5.1.2.4.3.8) Ação Parâmetros do Arquivo UltRemun.txt

5.1.2.4.3.9) Ação Parâmetros do Arquivo SalContr.txt

5.1.2.4.3.10) Ação Parâmetros do Arquivo Provento.txt

5.1.2.4.3.11) Ação Parâmetros do Arquivo DemMagis.txt

5.1.2.4.3.12) Ação Parâmetros do Arquivo Acumula.txt

5.1.2.4.3.13) Ação Parâmetros do Arquivo Benefic.txt

5.1.2.5. Módulo Tesouraria

5.1.2.5.2. Funcionalidade Configuração

5.1.2.5.2.1. Ação Alterar Configuração

5.1.2.5.2.2. Ação Incluir Terminal e Usuários

5.1.2.5.2.3. Ação Alterar Terminal e Usuários

5.1.2.5.2.4. Ação Desativar Terminal e Usuários

5.1.2.5.2.5. Ação Consultar Terminal e Usuários

5.1.2.5.2.6. Ação Fechar Terminal de Caixa

5.1.2.5.2.7. Ação Reabrir Terminal de Caixa

5.1.2.5.2.8. Ação Classificar Receitas

5.1.2.5.2.9. Ação Implantar Saldos Iniciais

5.1.2.5.2.10. Ação Importar Saldos

5.1.2.5.2. Funcionalidade Boletim

5.1.2.5.1.1. Ação Abrir Boletim

5.1.2.5.1.2. Ação Fechar Boletim

5.1.2.5.1.3. Ação Reabrir Boletim

5.1.2.5.1.4. Ação Liberar Boletim

5.1.2.5.1.5. Ação Cancelar Liberação Boletim

5.1.2.5.1.6. Ação Reabrir Múltiplos Boletins

5.1.2.5.1.7. Ação Consultar Boletim

5.1.2.5.2. Funcionalidade Arrecadação

5.1.2.5.2.1. Ação Orçamentária - Arrecadações

5.1.2.5.2.2. Ação Orçamentária - Estornos



- 5.1.2.5.2.3. Ação Extra - Arrecadações
- 5.1.2.5.2.4. Ação Extra - Estornos
- 5.1.2.5.2.5. Ação Arrecadação via Banco
- 5.1.2.5.2.6. Ação Estorno de Arrecadação via Banco
- 5.1.2.5.3. Funcionalidade Pagamentos
 - 5.1.2.5.3.1. Ação Orçamentária - Pagamentos
 - 5.1.2.5.3.2. Ação Orçamentária - Estornos
 - 5.1.2.5.3.3. Ação Extra - Pagamentos
 - 5.1.2.5.3.4. Ação Extra - Estornos
 - 5.1.2.5.3.5. Ação Pagamentos - FEBRABAN
- 5.1.2.5.4. Funcionalidade Outras Operações
 - 5.1.2.5.4.1. Ação Depósitos/Retiradas
 - 5.1.2.5.4.2. Ação Aplicações
 - 5.1.2.5.4.3. Ação Resgates
- 5.1.2.5.5. Funcionalidade Conciliação Bancária
 - 5.1.2.5.5.1. Ação Conciliar Conta
- 5.1.2.5.6. Funcionalidade Recibo de Receita Extra
 - 5.1.2.5.6.1. Ação Emitir Recibo
 - 5.1.2.5.6.2. Ação Reemitir Recibo
 - 5.1.2.5.6.3. Ação Anular Recibo
- 5.1.2.5.7. Funcionalidade Recibo de Despesa Extra
 - 5.1.2.5.7.1. Ação Emitir Recibo
 - 5.1.2.5.7.2. Ação Reemitir Recibo
 - 5.1.2.5.7.3. Ação Anular Recibo
- 5.1.2.5.8. Funcionalidade Recibo de Transferência
 - 5.1.2.5.8.1. Ação Emitir Recibo
 - 5.1.2.5.8.2. Ação Reemitir Recibo
 - 5.1.2.5.8.3. Ação Anular Recibo
- 5.1.2.5.9. Funcionalidade Convênio Bancário
 - 5.1.2.5.9.1. Ação Incluir Convênio Bancário
 - 5.1.2.5.9.2. Ação Alterar Convênio Bancário
 - 5.1.2.5.9.3. Ação Excluir Convênio Bancário
 - 5.1.2.5.9.4. Ação Processar Movimentação
 - 5.1.2.5.9.5. Ação Gerar Arquivo
 - 5.1.2.5.9.6. Ação Relatório de Arquivo/Movimentação
- 5.1.2.5.10. Funcionalidade Relatórios
 - 5.1.2.5.10.1. Ação Boletim de Tesouraria
 - 5.1.2.5.10.2. Ação Extrato de Conta



- 5.1.2.5.10.3. Ação Resumo de Receitas
- 5.1.2.5.10.4. Ação Resumo de Despesas
- 5.1.2.5.10.5. Ação Transferências
- 5.1.2.5.10.6. Ação Demonstrativo de Saldos
- 5.1.2.5.10.7. Ação Recibos Extra
- 5.1.2.5.10.8. Ação Reemissão de Comprovantes
- 5.1.2.6. Módulo PPA
 - 5.1.2.6.1. Funcionalidade Configuração
 - 5.1.2.6.1.1. Ação Incluir PPA
 - 5.1.2.6.1.2. Ação Excluir PPA
 - 5.1.2.6.1.3. Ação Elaborar Estimativa da Receita
 - 5.1.2.6.1.4. Ação Homologar PPA
 - 5.1.2.6.2. Funcionalidade Regiões
 - 5.1.2.6.2.1. Ação Incluir Região
 - 5.1.2.6.2.2. Ação Alterar Região
 - 5.1.2.6.2.3. Ação Excluir Região
 - 5.1.2.6.3. Funcionalidade Produtos
 - 5.1.2.6.3.1. Ação Incluir Produto
 - 5.1.2.6.3.2. Ação Alterar Produto
 - 5.1.2.6.3.3. Ação Excluir Produto
 - 5.1.2.6.4. Funcionalidade Macro Objetivos
 - 5.1.2.6.4.1. Ação Incluir Macro Objetivos
 - 5.1.2.6.4.2. Ação Alterar Macro Objetivos
 - 5.1.2.6.4.3. Ação Excluir Macro Objetivos
 - 5.1.2.6.5. Funcionalidade Programas Setoriais
 - 5.1.2.6.5.1. Ação Incluir Programas Setoriais
 - 5.1.2.6.5.2. Ação Alterar Programas Setoriais
 - 5.1.2.6.5.3. Ação Excluir Programas Setoriais
 - 5.1.2.6.6. Funcionalidade Programas
 - 5.1.2.6.6.1. Ação Incluir Programa
 - 5.1.2.6.6.2. Ação Alterar Programa
 - 5.1.2.6.6.3. Ação Excluir Programa
 - 5.1.2.6.7. Funcionalidade Ações
 - 5.1.2.6.7.1. Ação Incluir Ação
 - 5.1.2.6.7.2. Ação Alterar Ação
 - 5.1.2.6.7.3. Ação Excluir Ação
 - 5.1.2.6.8. Funcionalidade Consultas
 - 5.1.2.6.8.1. Ação Consultar PPA



5.1.2.6.9. Funcionalidade Relatórios

5.1.2.6.9.1. Ação Programas por Macro Objetivo

5.1.2.6.9.2. Ação Despesas Previstas por Função

5.1.2.6.9.3. Ação Resumo das Despesas por Programas

5.1.2.6.9.4. Ação Ações Não Orçamentárias

5.1.2.6.9.5. Ação Despesa Por Fonte de Recurso

5.1.2.6.9.6. Ação Relatório de Programa/Por Ações

5.1.2.6.9.7. Ação Relatório de Estimativa da Receita

5.1.2.6.9.8. Ação Relatório de LDO Por Programa/Por ações

5.1.3. Gestão Patrimonial

5.1.3.1. Módulo Almoxarifado

5.1.3.1.1. Funcionalidade Almoxarifado

5.1.3.1.1.1. Ação Incluir Almoxarifado

5.1.3.1.1.2. Ação Alterar Almoxarifado

5.1.3.1.1.3. Ação Excluir Almoxarifado

5.1.3.1.2. Funcionalidade Almoxarife

5.1.3.1.2.1. Ação Incluir Almoxarife

5.1.3.1.2.2. Ação Alterar Almoxarife

5.1.3.1.2.3. Ação Excluir Almoxarife

5.1.3.1.3. Funcionalidade Marca

5.1.3.1.3.1. Ação Incluir Marca

5.1.3.1.3.2. Ação Alterar Marca

5.1.3.1.3.3. Ação Excluir Marca

5.1.3.1.4. Funcionalidade Catálogo

5.1.3.1.4.1. Ação Incluir Catálogo

5.1.3.1.4.2. Ação Alterar Catálogo

5.1.3.1.4.3. Ação Excluir Catálogo

5.1.3.1.4.4. Ação Incluir Classificação

5.1.3.1.4.5. Ação Alterar Classificação

5.1.3.1.4.6. Ação Excluir Classificação

5.1.3.1.4.7. Ação Incluir Item

5.1.3.1.4.8. Ação Alterar Item

5.1.3.1.4.9. Ação Excluir Item

5.1.3.1.4.10. Ação Consultar Item

5.1.3.1.5. Funcionalidade Localização

5.1.3.1.5.1. Ação Incluir Localização Física

5.1.3.1.5.2. Ação Alterar Localização Física



- 5.1.3.1.5.3. Ação Excluir Localização Física
- 5.1.3.1.5.4. Ação Alterar Localização Física do Item
- 5.1.3.1.6. Funcionalidade Centro de Custo
 - 5.1.3.1.6.1. Ação Incluir Centro de Custo
 - 5.1.3.1.6.2. Ação Alterar Centro de Custo
 - 5.1.3.1.6.3. Ação Excluir Centro de Custo
 - 5.1.3.1.6.4. Ação Consultar Centro de Custo
 - 5.1.3.1.6.5. Ação Alterar Mapa
 - 5.1.3.1.6.6. Ação Definir Permissão
- 5.1.3.1.7. Funcionalidade Implantação
 - 5.1.3.1.7.1. Ação Processar Implantação
 - 5.1.3.1.7.2. Ação Ajuste de Estoque
- 5.1.3.1.8. Funcionalidade Entrada
 - 5.1.3.1.8.1. Ação Devolução com Requisição
 - 5.1.3.1.8.2. Ação Entrada com Ordem de Compra
 - 5.1.3.1.8.3. Ação Reemissão de Nota de Entrada OC
 - 5.1.3.1.8.4. Ação Entrada por Transferência
 - 5.1.3.1.8.5. Ação Entradas Diversas
 - 5.1.3.1.8.6. Ação Reemissão de Nota de Entrada Diversa
 - 5.1.3.1.8.7. Ação Reemissão de Nota de Entrada por Doação
 - 5.1.3.1.8.8. Ação Reemissão de Nota Entrada p/ Transferência
 - 5.1.3.1.8.9. Ação Entrada por Doação
- 5.1.3.1.9. Funcionalidade Requisição
 - 5.1.3.1.9.1. Ação Incluir Requisição
 - 5.1.3.1.9.2. Ação Alterar Requisição
 - 5.1.3.1.9.3. Ação Excluir Requisição
 - 5.1.3.1.9.4. Ação Anular Requisição
 - 5.1.3.1.9.5. Ação Consultar Requisição
 - 5.1.3.1.9.6. Ação Reemitir Requisição
- 5.1.3.1.10. Funcionalidade Saída
 - 5.1.3.1.10.1. Ação Saída por Requisição
 - 5.1.3.1.10.2. Ação Reemissão de Nota de Saída por Requisição
 - 5.1.3.1.10.3. Ação Saída por Transferência
 - 5.1.3.1.10.4. Ação Reemissão de Nota Saída p/ Transferência
 - 5.1.3.1.10.5. Ação Estorno de Entrada com Ordem de Compra
- 5.1.3.1.11. Funcionalidade Nota de Transferência
 - 5.1.3.1.11.1. Ação Incluir Nota de Transferência
 - 5.1.3.1.11.2. Ação Alterar Nota de Transferência



- 5.1.3.1.11.3. Ação Anular Nota de Transferência
- 5.1.3.1.11.4. Ação Reemitir Nota de Transferência
- 5.1.3.1.11.5. Ação Consultar Nota de Transferência
- 5.1.3.1.12. Funcionalidade Relatórios TCE/RJ
 - 5.1.3.1.12.1. Ação Deliberação 277/2017 - Modelo 20 BENS EM ALMOXARIFADO - ARROLAMENTO DAS EXISTÊNCIAS
 - 5.1.3.1.12.2. Ação Deliberação 277/2017 - Modelo 21 BENS EM ALMOXARIFADO - DEMONSTRATIVO MENSAL DAS OPERAÇÕES
 - 5.1.3.1.12.3. Ação Deliberação 277/2017 - Modelo 22 BENS EM ALMOXARIFADO - TERMO DE VERIFICAÇÃO
 - 5.1.3.1.12.4. Ação Deliberação 277/2017 - Modelo 23 BENS EM ALMOXARIFADO - PRONUNCIAMENTO DO DIRIGENTE
 - 5.1.3.1.12.5. Ação Deliberação 277/2017 - Modelo 24 BENS EM ALMOXARIFADO - DECLARAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELO SETOR CONTÁBIL
 - 5.1.3.1.12.16. Ação Deliberação 277/2017 - Modelo 25 BENS EM ALMOXARIFADO - TERMO DE TRANSFERÊNCIA DE RESPONSABILIDADE
 - 5.1.3.1.12.17. Ação Deliberação 277/2017 - Modelo 26 BENS EM ALMOXARIFADO - TERMO DE ENTREGA DE BENS E VALORES
- 5.1.3.1.13. Funcionalidade Relatório
 - 5.1.3.1.13.1. Ação Relatório de Itens em Estoque
 - 5.1.3.1.13.2. Ação Relatório de Itens de Catálogo
 - 5.1.3.1.13.3. Ação Relatório de Movimentação
 - 5.1.3.1.13.4. Ação Relatório de Perecíveis
 - 5.1.3.1.13.5. Ação Relatório de Situação do Estoque
 - 5.1.3.1.13.6. Ação Relatório de Movimentação p/ Centro de Custo
 - 5.1.3.1.13.7. Ação Relatório de Movimentação Sintético
 - 5.1.1.13.8) Ação Relação de Centro de Custo
 - 5.1.3.1.13.8. Ação Relatório de Requisições
 - 5.1.3.1.13.9. Ação Relatório - Planilha de Inventário
- 5.1.3.1.14. Funcionalidade Consultas
 - 5.1.3.1.14.1. Ação Consultar Saldo Item
- 5.1.3.2. Módulo Patrimônio
 - 5.1.3.2.1. Funcionalidade Configuração
 - 5.1.3.2.1.1. Ação Incluir Natureza
 - 5.1.3.2.1.2. Ação Alterar Natureza
 - 5.1.3.2.1.3. Ação Excluir Natureza
 - 5.1.3.2.1.4. Ação Incluir Grupo
 - 5.1.3.2.1.5. Ação Alterar Grupo
 - 5.1.3.2.1.6. Ação Excluir Grupo
 - 5.1.3.2.1.7. Ação Incluir Espécie
 - 5.1.3.2.1.8. Ação Alterar Espécie



- 5.1.3.2.1.9. Ação Excluir Espécie
- 5.1.3.2.1.10. Ação Incluir Situação
- 5.1.3.2.1.11. Ação Alterar Situação
- 5.1.3.2.1.12. Ação Excluir Situação
- 5.1.3.2.2. Funcionalidade Bem
 - 5.1.3.2.2.1. Ação Incluir Bem
 - 5.1.3.2.2.2. Ação Alterar Bem
 - 5.1.3.2.2.3. Ação Excluir Bem
 - 5.1.3.2.2.4. Ação Incluir Bem em Lote
 - 5.1.3.2.2.5. Ação Baixar Bem
 - 5.1.3.2.2.6. Ação Excluir Baixa
 - 5.1.3.2.2.7. Ação Transferir Bem
 - 5.1.3.2.2.8. Ação Consultar Bem
 - 5.1.3.2.2.9. Ação Avaliar/Reavaliar Bem
 - 5.1.3.2.2.10. Ação Depreciar Bem
 - 5.1.3.2.2.11. Ação Excluir Depreciação
 - 5.1.3.2.2.12. Ação Cedência de Bem
- 5.1.3.2.3. Funcionalidade Manutenção
 - 5.1.3.2.3.1. Ação Agendar Manutenção
 - 5.1.3.2.3.2. Ação Alterar Agendamento
 - 5.1.3.2.3.3. Ação Incluir Manutenção
 - 5.1.3.2.3.4. Ação Excluir Manutenção
- 5.1.3.2.4. Funcionalidade Apólice
 - 5.1.3.2.4.1. Ação Incluir Apólice
 - 5.1.3.2.4.2. Ação Alterar Apólice
 - 5.1.3.2.4.3. Ação Excluir Apólice
- 5.1.3.2.5. Funcionalidade Bem Segurado
 - 5.1.3.2.5.1. Ação Bem Segurado
- 5.1.3.2.6. Funcionalidade Relatórios
 - 5.1.3.2.6.1. Ação Ficha Patrimonial
 - 5.1.3.2.6.2. Ação Posição Financeira por Natureza
 - 5.1.3.2.6.3. Ação Relatório de Apólice de Seguro
 - 5.1.3.2.6.4. Ação Apólice de Seguro a Vencer
 - 5.1.3.2.6.5. Ação Relatório de Manutenção
 - 5.1.3.2.6.6. Ação Relatório de Classificação
 - 5.1.3.2.6.7. Ação Relatório de Bens Baixados
 - 5.1.3.2.6.8. Ação Customizável
 - 5.1.3.2.6.9. Ação Relatório de Bens por Entidade



5.1.3.2.6.10. Ação Lista Patrimonial

5.1.3.2.6.11. Ação Relatório de Transferência de Bem

5.1.3.2.6.12. Ação Relatório de Cedência de Bens

5.1.3.2.6.13. Ação Relatório Financeiro de Patrimônio

5.1.3.2.7. Funcionalidade Relatórios TCE/RJ

5.1.3.2.7.1. Ação Deliberação 277/2017 - Modelo 11 BENS PATRIMONIAIS - ARROLAMENTO DAS EXISTÊNCIAS

5.1.3.2.7.2. Ação Deliberação 277/2017 - Modelo 12 BENS PATRIMONIAIS DEMONSTRATIVO DA MOVIMENTAÇÃO

5.1.3.2.7.3. Ação Deliberação 277/2017 - Modelo 13 BENS PATRIMONIAIS - TERMO DE CONFERÊNCIA ANUAL

5.1.3.2.7.4. Ação Deliberação 277/2017 - Modelo 14 BENS PATRIMONIAIS - PRONUNCIAMENTO DO DIRIGENTE

5.1.3.2.7.5. Ação Deliberação 277/2017 - Modelo 15 BENS PATRIMONIAIS DECLARAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELO SETOR CONTÁBIL

5.1.3.2.7.6. Ação Deliberação 277/2017 - Modelo 16 BENS PATRIMONIAIS – TERMO DE TRANSFERÊNCIA DE RESPONSABILIDADE

5.1.3.2.7.7. Ação Deliberação 277/2017 - Modelo 17 BENS PATRIMONIAIS – TERMO DE BAIXA DEFINITIVA

5.1.3.2.7.8. Ação Deliberação 277/2017 - Modelo 18 FICHA INDIVIDUAL DE BENS PATRIMONIAIS - FBP

5.1.3.2.7.9. Ação Deliberação 277/2017 - Modelo 19 BENS PATRIMONIAIS – TERMO DE ENTREGA DE BENS E VALORES

5.1.3.3. Módulo Frota

5.1.3.3.1. Funcionalidade Configuração

5.1.3.3.1.1. Ação Incluir Marca de Veículo

5.1.3.3.1.2. Ação Alterar Marca de Veículo

5.1.3.3.1.3. Ação Excluir Marca de Veículo

5.1.3.3.1.4. Ação Incluir Modelo de Veículo

5.1.3.3.1.5. Ação Alterar Modelo de Veículo

5.1.3.3.1.6. Ação Excluir Modelo de Veículo

5.1.3.3.1.7. Ação Incluir Tipo de Veículo

5.1.3.3.1.8. Ação Alterar Tipo de Veículo

5.1.3.3.1.9. Ação Excluir Tipo de Veículo

5.1.3.3.1.10. Ação Incluir Tipo de Combustível

5.1.3.3.1.11. Ação Alterar Tipo de Combustível

5.1.3.3.1.12. Ação Excluir Tipo de Combustível

5.1.3.3.2. Funcionalidade Veículo

5.1.3.3.2.1. Ação Incluir Veículo

5.1.3.3.2.2. Ação Alterar Veículo

5.1.3.3.2.3. Ação Excluir Veículo

5.1.3.3.2.4. Ação Baixar Veículo

5.1.3.3.2.5. Ação Excluir Baixa

5.1.3.3.2.6. Ação Retirar Veículo

5.1.3.3.2.7. Ação Retornar Veículo



- 5.1.3.3.2.8. Ação Anular Retirada
- 5.1.3.3.2.9. Ação Anular Retorno
- 5.1.3.3.2.10. Ação Consultar Veículo
- 5.1.3.3.3. Funcionalidade Motorista
 - 5.1.3.3.3.1. Ação Incluir Motorista
 - 5.1.3.3.3.2. Ação Alterar Motorista
 - 5.1.3.3.3.3. Ação Excluir Motorista
- 5.1.3.3.4. Funcionalidade Autorização de Abastecimento
 - 5.1.3.3.4.1. Ação Incluir Autorização
 - 5.1.3.3.4.2. Ação Alterar Autorização
 - 5.1.3.3.4.3. Ação Excluir Autorização
 - 5.1.3.3.4.4. Ação Reemitir Autorização
- 5.1.3.3.5. Funcionalidade Manutenção
 - 5.1.3.3.5.1. Ação Incluir Manutenção
 - 5.1.3.3.5.2. Ação Alterar Manutenção
 - 5.1.3.3.5.3. Ação Anular Manutenção
 - 5.1.3.3.5.4. Ação Consultar Manutenção
- 5.1.3.3.6. Funcionalidade Relatórios
 - 5.1.3.3.6.1. Ação Relatório de Veículo
 - 5.1.3.3.6.2. Ação Relatório de Utilização
 - 5.1.3.3.6.3. Ação Relatório de Motorista
 - 5.1.3.3.6.4. Ação Relatório de Manutenções Controle individualizado de bens/produtos utilizados nos veículos
 - 5.1.3.3.6.5. Ação Relatório de Abastecimentos Controle de quilometragem dos veículos
- 5.1.3.4. Módulo Compras
 - 5.1.3.4.1. Funcionalidade Configuração
 - 5.1.3.4.1.1. Ação Alterar Configuração
 - 5.1.3.4.1.2. Ação Incluir Objeto
 - 5.1.3.4.1.3. Ação Alterar Objeto
 - 5.1.3.4.1.4. Ação Excluir Objeto
 - 5.1.3.4.1.5. Ação Definir Permissão para Requisitante
 - 5.1.3.4.2. Funcionalidade Fornecedor
 - 5.1.3.4.2.1. Ação Incluir Fornecedor
 - 5.1.3.4.2.2. Ação Alterar Fornecedor
 - 5.1.3.4.2.3. Ação Excluir Fornecedor
 - 5.1.3.4.2.4. Ação Ativar / Inativar Fornecedor
 - 5.1.3.4.2.5. Ação Dados Bancários
 - 5.1.3.4.3. Funcionalidade Solicitante
 - 5.1.3.4.3.1. Ação Incluir Solicitante



- 5.1.3.4.3.2. Ação Alterar Solicitante
- 5.1.3.4.3.3. Ação Excluir Solicitante
- 5.1.3.4.4. Funcionalidade Solicitação de Compra
 - 5.1.3.4.4.1. Ação Incluir Solicitação
 - 5.1.3.4.4.2. Ação Consultar Solicitação
 - 5.1.3.4.4.3. Ação Alterar Solicitação
 - 5.1.3.4.4.4. Ação Anular Solicitação
 - 5.1.3.4.4.5. Ação Excluir Solicitação
 - 5.1.3.4.4.6. Ação Homologar Solicitação
 - 5.1.3.4.4.7. Ação Anular Homologação
 - 5.1.3.4.4.8. Ação Reemitir Solicitação
 - 5.1.3.4.4.9. Ação Despachar em Solicitação
 - 5.1.3.4.4.10. Ação Incluir Solicitação Registro Preço
 - 5.1.3.4.4.11. Ação Alterar Solicitação Registro Preço
 - 5.1.3.4.4.12. Ação Anular Solicitação Registro Preço
 - 5.1.3.4.4.13. Ação Excluir Solicitação Registro Preço
 - 5.1.3.4.4.14. Ação Reemitir Solicitação Registro Preço
 - 5.1.3.4.4.15. Ação Consultar Solicitação Registro Preço
- 5.1.3.4.5. Funcionalidade Mapa de Compras
 - 5.1.3.4.5.1. Ação Incluir Mapa
 - 5.1.3.4.5.2. Ação Anular Mapa
 - 5.1.3.4.5.3. Ação Excluir Mapa
 - 5.1.3.4.5.4. Ação Consultar Mapa
 - 5.1.3.4.5.5. Ação Reemitir Mapa
- 5.1.3.4.6. Funcionalidade Compra Direta
 - 5.1.3.4.6.1. Ação Incluir Compra Direta
 - 5.1.3.4.6.2. Ação Alterar Compra Direta
 - 5.1.3.4.6.3. Ação Anular Compra Direta
 - 5.1.3.4.6.4. Ação Reemitir Compra Direta
 - 5.1.3.4.6.5. Ação Consultar Compra Direta
 - 5.1.3.4.6.6. Ação Manutenção de Propostas
 - 5.1.3.4.6.7. Ação Julgamento das Propostas
 - 5.1.3.4.6.8. Ação Excluir Manutenção de Propostas
 - 5.1.3.4.6.9. Ação Excluir Julgamento de Propostas
- 5.1.3.4.7. Funcionalidade Compra via Registro de Preço
 - 5.1.3.4.7.1. Ação Incluir Compra via Registro de Preço
 - 5.1.3.4.7.2. Ação Alterar Compra via Registro de Preço
 - 5.1.3.4.7.3. Ação Anular Compra via Registro de Preço



5.1.3.4.7.4. Ação Consultar Compra via Registro de Preço

5.1.3.4.7.5. Ação Reemitir Compra via Registro de Preço

5.1.3.4.8. Funcionalidade Credenciamento

5.1.3.4.8.1. Ação Incluir Credenciamento

5.1.3.4.8.2. Ação Alterar Credenciamento

5.1.3.4.8.3. Ação Excluir Credenciamento

5.1.3.4.8.4. Ação Consultar Credenciamento

5.1.3.4.9. Funcionalidade Ordem de Compra

5.1.3.4.9.1. Ação Incluir Ordem de Compra

5.1.3.4.9.2. Ação Alterar Ordem de Compra

5.1.3.4.9.3. Ação Anular Ordem de Compra

5.1.3.4.9.4. Ação Consultar Ordem de Compra

5.1.3.4.9.5. Ação Reemitir Ordem de Compra

5.1.3.4.10. Funcionalidade Relatórios

5.1.3.4.10.1. Ação Situação da Ordem de Compra

5.1.3.4.10.2. Ação Relatório de Solicitação de Compras

5.1.3.4.10.3. Ação Relatório de Compra Direta

5.1.3.4.10.4. Ação Relatório de Mapa de Compras

5.1.3.4.10.5. Ação Relatório Gerencial de Compras

5.1.3.4.10.6. Ação Relatório Itens Desertos

5.1.3.4.10.7. Ação Relatório de Julgamento por Item

5.1.3.4.10.8. Ação Relatório de Fornecedores

5.1.3.4.10.9. Ação Solicitação de Compras por recurso

5.1.3.5. Módulo Licitação

5.1.3.5.1. Funcionalidade Comissão de Licitação

5.1.3.5.1.1. Ação Incluir Comissão/Membros

5.1.3.5.1.2. Ação Alterar Comissão/Membros

5.1.3.5.1.3. Ação Consultar Comissão/Membros

5.1.3.5.2. Funcionalidade Publicidade

5.1.3.5.2.1. Ação Incluir Veículos de Publicidade

5.1.3.5.2.2. Ação Excluir Veículos de Publicidade

5.1.3.5.2.3. Ação Consultar Veículos de Publicidade

5.1.3.5.3. Funcionalidade Documentos

5.1.3.5.3.1. Ação Incluir Documentos Exigidos

5.1.3.5.3.2. Ação Consultar Documentos Exigidos

5.1.3.5.3.3. Ação Excluir Documentos Exigidos

5.1.3.5.4. Funcionalidade Fornecedores

5.1.3.5.4.1. Ação Incluir Cadastro / Certificação



- 5.1.3.5.4.2. Ação Alterar Cadastro / Certificação
- 5.1.3.5.4.3. Ação Consultar Cadastro
- 5.1.3.5.4.4. Ação Incluir Penalidade a Fornecedor
- 5.1.3.5.4.5. Ação Alterar Penalidades de Fornecedor
- 5.1.3.5.4.6. Ação Reemitir Cadastro / Certificação
- 5.1.3.5.5. Funcionalidade Convênios
 - 5.1.3.5.5.1. Ação Incluir Convênio
 - 5.1.3.5.5.2. Ação Alterar Convênio
 - 5.1.3.5.5.3. Ação Anular Convênio
 - 5.1.3.5.5.4. Ação Consultar Convênio
 - 5.1.3.5.5.5. Ação Incluir Aditivo Convênio
 - 5.1.3.5.5.6. Ação Alterar Aditivo Convênio
 - 5.1.3.5.5.7. Ação Anular Aditivo Convênio
 - 5.1.3.5.5.8. Ação Rescindir Convênio
- 5.1.3.5.6. Funcionalidade Processo Licitatório
 - 5.1.3.5.6.1. Ação Incluir Processo Licitatório
 - 5.1.3.5.6.2. Ação Alterar Processo Licitatório
 - 5.1.3.5.6.3. Ação Excluir Processo Licitatório
 - 5.1.3.5.6.4. Ação Incluir Edital
 - 5.1.3.5.6.5. Ação Alterar Edital
 - 5.1.3.5.6.6. Ação Anular Edital
 - 5.1.3.5.6.7. Ação Gerenciar Edital
 - 5.1.3.5.6.8. Ação Publicação do Edital
 - 5.1.3.5.6.9. Ação Excluir Publicação Edital
 - 5.1.3.5.6.10. Ação Habilitar Participantes
 - 5.1.3.5.6.11. Ação Manutenção de Propostas
 - 5.1.3.5.6.12. Ação Excluir Manutenção de Propostas
 - 5.1.3.5.6.13. Ação Impugnar Edital
 - 5.1.3.5.6.14. Ação Anular Impugnação do Edital
 - 5.1.3.5.6.15. Ação Eventos e Documentos
- 5.1.3.5.7. Funcionalidade Registro de Preços
 - 5.1.3.5.7.1. Ação Incluir Pedido de Registro de Preços
 - 5.1.3.5.7.2. Ação Alterar Pedido de Registro de Preços
 - 5.1.3.5.7.3. Ação Excluir Pedido de Registro de Preços
 - 5.1.3.5.7.4. Ação Consultar Pedido de Registro Preços
 - 5.1.3.5.7.5. Ação Reemitir Pedido de Registro de Preços
 - 5.1.3.5.7.6. Ação Incluir Registro de Preços Externo
 - 5.1.3.5.7.7. Ação Alterar Registro de Preços Externo



- 5.1.3.5.7.8. Ação Excluir Registro de Preços Externo
- 5.1.3.5.7.9. Ação Consultar Registro de Preços Externo
- 5.1.3.5.7.10. Ação Consultar Registro de Preços
- 5.1.3.5.7.11. Ação Alterar data de Validade de RP
- 5.1.3.5.7.12. Ação Alterar Dados Item do Registro de Preços
- 5.1.3.5.7.13. Ação Incluir Ata
- 5.1.3.5.7.14. Ação Alterar Ata
- 5.1.3.5.7.15. Ação Excluir Ata
- 5.1.3.5.7.16. Ação Gerenciar Ata
- 5.1.3.5.8. Funcionalidade Adjudicação
- 5.1.3.5.8.1. Ação Manter Adjudicação
- 5.1.3.5.9. Funcionalidade Homologação
- 5.1.3.5.10. Funcionalidade Contrato
- 5.1.3.5.10.1. Ação Alterar Contrato
- 5.1.3.5.10.2. Ação Anular Contrato
- 5.1.3.5.10.3. Ação Consultar Contrato
- 5.1.3.5.10.4. Ação Publicação do Contrato
- 5.1.3.5.10.5. Ação Incluir Aditivo
- 5.1.3.5.10.6. Ação Alterar Aditivo
- 5.1.3.5.10.7. Ação Anular Aditivo
- 5.1.3.5.10.8. Ação Rescindir Contrato
- 5.1.3.5.11. Funcionalidade Obra
- 5.1.3.5.11.1. Ação Incluir Obra
- 5.1.3.5.11.2. Ação Alterar Obra
- 5.1.3.5.11.3. Ação Excluir Obra
- 5.1.3.5.11.4. Ação Consultar Obra
- 5.1.3.5.12. Funcionalidade Relatórios
- 5.1.3.5.12.1. Ação Relatório de Julgamento por Itens
- 5.1.3.5.12.2. Ação Relatório de Cotação de Itens
- 5.1.3.5.12.3. Ação Relatório de Licitações
- 5.1.3.5.12.4. Ação Controle de Contratos
- 5.1.3.5.12.5. Ação Relatório de Empenhamento de Contratos e Convênios
- 5.1.3.5.12.6. Ação Relatório Itens Desertos
- 5.1.3.5.12.7. Ação Controle de Registro de Preço
- 5.1.3.5.12.8. Ação Relatório de Certificados
- 5.1.3.5.13. Funcionalidade Forma de Empenhamento
- 5.1.3.5.13.1. Ação Forma de Empenhamento
- 5.1.4. Gestão Recursos Humanos**
- 5.1.4.1. Módulo Concurso
- 5.1.4.1.1. Funcionalidade Configuração
- 5.1.4.1.2. Funcionalidade Concurso



- 5.1.4.1.2.1. Ação Consultar Concurso
- 5.1.4.1.2.2. Ação Alterar Concurso
- 5.1.4.1.2.3. Ação Prorrogar Concurso
- 5.1.4.1.3. Funcionalidade Candidato
 - 5.1.4.1.3.1. Ação Incluir Candidato
 - 5.1.4.1.3.2. Ação Classificar candidato
 - 5.1.4.1.3.3. Ação Consultar Candidato
 - 5.1.4.1.3.4. Ação Reclassificar Candidato
- 5.1.4.1.4. Funcionalidade Relatório
 - 5.1.4.1.4.1. Ação Emitir Documentos
- 5.1.4.2. Módulo Calendário
 - 5.1.4.2.1. Funcionalidade Feriados
 - 5.1.4.2.1.1. Ação Consultar Feriado
 - 5.1.4.2.1.2. Ação Alterar Feriado
 - 5.1.4.2.1.3. Ação Excluir Feriado
 - 5.1.4.2.2. Funcionalidade Ponto Facultativo
 - 5.1.4.2.2.1. Ação Incluir Ponto Facultativo
 - 5.1.4.2.2.2. Ação Alterar Ponto Facultativo
 - 5.1.4.2.2.3. Ação Excluir Ponto Facultativo
 - 5.1.4.2.2.4. Ação Consultar Ponto Facultativo
 - 5.1.4.2.3. Funcionalidade Dia Compensado
 - 5.1.4.2.3.1. Ação Incluir Dia Compensado
 - 5.1.4.2.3.2. Ação Alterar Dia Compensado
 - 5.1.4.2.3.3. Ação Excluir Dia Compensado
 - 5.1.4.2.3.4. Ação Consultar Dia Compensado
 - 5.1.4.2.4. Funcionalidade Calendário
 - 5.1.4.2.4.1. Ação Incluir Calendário
 - 5.1.4.2.4.2. Ação Alterar calendário
 - 5.1.4.2.4.3. Ação Consultar Calendário
 - 5.1.4.2.4.4. Ação Excluir Calendário
 - 5.1.4.2.5. Funcionalidade Relatórios
 - 5.1.4.2.5.1. Ação Relatório de Feriados
 - 5.1.4.2.5.2. Ação Relatório de calendários
- 5.1.4.3. Módulo Pessoal
 - 5.1.4.3.1. Funcionalidade Configuração
 - 5.1.4.3.1.1. Ação Alterar Configuração
 - 5.1.4.3.1.2. Ação Configuração de 1/3 automático
 - 5.1.4.3.2. Funcionalidade Regime
 - 5.1.4.3.2.1. Ação Excluir Regime
 - 5.1.4.3.3. Funcionalidade Cargo
 - 5.1.4.3.3.1. Ação Incluir Cargo
 - 5.1.4.3.3.2. Ação Alterar Cargo
 - 5.1.4.3.3.3. Ação Excluir Cargo
 - 5.1.4.3.4. Funcionalidade Servidor
 - 5.1.4.3.4.1. Ação Incluir Servidor



- 5.1.4.3.4.2. Ação Alterar Servidor
- 5.1.4.3.4.3. Ação Excluir Servidor
- 5.1.4.3.4.4. Ação Alterar Identificação do Servidor
- 5.1.4.3.4.5. Ação Alterar Documentação do Servidor
- 5.1.4.3.4.6. Ação Alterar Contrato do Servidor
- 5.1.4.3.4.7. Ação Alterar Previdência do Servidor
- 5.1.4.3.4.8. Ação Alterar Dependentes do Servidor
- 5.1.4.3.4.9. Ação Alterar Atributo do Servidor
- 5.1.4.3.4.10. Ação Controlar Pensão Alimentícia
- 5.1.4.3.4.11. Ação Incluir Aposentadoria
- 5.1.4.3.4.12. Ação Alterar Aposentadoria
- 5.1.4.3.4.13. Ação Excluir Aposentadoria
- 5.1.4.3.4.14. Ação Consultar Aposentadoria
- 5.1.4.3.4.15. Ação Consultar Servidor
- 5.1.4.3.5. Funcionalidade Assentamento
 - 5.1.4.3.5.1. Ação Incluir Classificação
 - 5.1.4.3.5.2. Ação Alterar Classificação
 - 5.1.4.3.5.3. Ação Excluir Classificação
 - 5.1.4.3.5.4. Ação Incluir Assentamento
 - 5.1.4.3.5.5. Ação Alterar Assentamento
 - 5.1.4.3.5.6. Ação Excluir Assentamento
 - 5.1.4.3.5.7. Ação Definir Condições Averbação/Protelação
 - 5.1.4.3.5.8. Ação Alterar Condições Averbação/Protelação
 - 5.1.4.3.5.9. Ação Incluir Movimentação da SEFIP
 - 5.1.4.3.5.10. Ação Alterar Movimentação da SEFIP
 - 5.1.4.3.5.11. Ação Excluir Movimentação da SEFIP
 - 5.1.4.3.5.12. Ação Gerar Assentamento
 - 5.1.4.3.5.13. Ação Alterar Assentamento Gerado
 - 5.1.4.3.5.14. Ação Excluir Agência
 - 5.1.4.3.5.15. Ação Consultar Assentamento Gerado
 - 5.1.4.3.5.16. Ação Excluir Assentamento Gerado
- 5.1.4.3.6. Funcionalidade Causa de Rescisão
 - 5.1.4.3.6.1. Ação Incluir Causa
 - 5.1.4.3.6.2. Ação Alterar Causa
 - 5.1.4.3.6.3. Ação Excluir Causa
- 5.1.4.3.7. Funcionalidade Conselho
 - 5.1.4.3.7.1. Ação Incluir Conselho
 - 5.1.4.3.7.2. Ação Alterar Conselho
 - 5.1.4.3.7.3. Ação Excluir Conselho
- 5.1.4.3.8. Funcionalidade Grade de Horário
 - 5.1.4.3.8.1. Ação Incluir Grade
 - 5.1.4.3.8.2. Ação Alterar Grade
 - 5.1.4.3.8.3. Ação Excluir Grade
- 5.1.4.3.9. Funcionalidade Rescisão de Contrato
 - 5.1.4.3.9.1. Ação Rescindir Contrato



- 5.1.4.3.9.2. Ação Excluir Rescisão de Contrato
- 5.1.4.3.9.3. Ação Excluir Movimentação
- 5.1.4.3.9.4. Ação Consultar Movimentação
- 5.1.4.3.10. Funcionalidade CID
 - 5.1.4.3.10.1. Ação Incluir CID
 - 5.1.4.3.10.2. Ação Alterar CID
 - 5.1.4.3.10.3. Ação Excluir CID
- 5.1.4.3.11. Funcionalidade Férias
 - 5.1.4.3.11.1. Ação Conceder Férias
 - 5.1.4.3.11.2. Ação Consultar Férias
 - 5.1.4.3.11.3. Ação Cancelar Férias
 - 5.1.4.3.11.4. Ação Emitir Aviso de Férias
 - 5.1.4.3.11.5. Ação Recomposição Registro Evento de Férias
 - 5.1.4.3.11.6. Ação 1/3 Automático
 - 5.1.4.3.11.7. Ação Manutenção de férias
 - 5.1.4.3.11.8. Ação Incluir Férias Manuais
- 5.1.4.3.12. Funcionalidade Pensionista
 - 5.1.4.3.12.1. Ação Incluir Pensionista
 - 5.1.4.3.12.2. Ação Alterar Pensionista
 - 5.1.4.3.12.3. Ação Excluir Pensionista
- 5.1.4.3.13. Funcionalidade Relatórios
 - 5.1.4.3.13.1. Ação Cargos
 - 5.1.4.3.13.2. Ação Servidores
 - 5.1.4.3.13.3. Ação Relatório de Férias Vencidas
 - 5.1.4.3.13.4. Ação Relatório de Histórico de Férias
 - 5.1.4.3.13.5. Ação Protocolo de Entrega
 - 5.1.4.3.13.6. Ação Definível de Servidor
 - 5.1.4.3.13.7. Ação Cadastro de Pensão Judicial
 - 5.1.4.3.13.8. Ação Ficha Cadastral
 - 5.1.4.3.13.9. Ação Controle Licenças Prêmio
 - 5.1.4.3.13.10. Ação Assentamentos
 - 5.1.4.3.13.11. Ação Certidão Tempo Serviço
 - 5.1.4.3.13.12. Ação Relatório de Efetividade
 - 5.1.4.3.13.13. Ação Relatório de Férias Competência
 - 5.1.4.3.13.14. Ação Relatório de Cadastro de Assentamentos
- 5.1.4.3.14. Funcionalidade Lotação Orçamentária
 - 5.1.4.3.14.1. Ação Incluir Lotação Orçamentária
 - 5.1.4.3.14.2. Ação Alterar Lotação Orçamentária
 - 5.1.4.3.14.3. Ação Excluir Lotação Orçamentária
- 5.1.4.3.15. Funcionalidade IPERGS
 - 5.1.4.3.15.1. Ação Incluir IPERGS Servidor
 - 5.1.4.3.15.2. Ação Alterar IPERGS Servidor
 - 5.1.4.3.15.3. Ação Excluir IPERGS Servidor
- 5.1.4.4. Módulo Benefícios
 - 5.1.4.4.1. Funcionalidade Fornecedor



- 5.1.4.4.1.1. Ação Incluir Fornecedor
- 5.1.4.4.1.2. Ação Consultar fornecedor
- 5.1.4.4.1.3. Ação Excluir Fornecedor
- 5.1.4.4.2. Funcionalidade Faixa de Desconto
 - 5.1.4.4.2.1. Ação Incluir Faixa de Desconto
 - 5.1.4.4.2.2. Ação Consultar Faixa de Desconto
 - 5.1.4.4.2.3. Ação Excluir Faixa de Desconto
- 5.1.4.4.3. Funcionalidade VT
 - 5.1.4.4.3.1. Ação Incluir Linha
 - 5.1.4.4.3.2. Ação Alterar Linha
 - 5.1.4.4.3.3. Ação Excluir Linha
 - 5.1.4.4.3.4. Ação Incluir Vale-transporte
 - 5.1.4.4.3.5. Ação Alterar Vale-transporte
 - 5.1.4.4.3.6. Ação Consultar Vale-transporte
 - 5.1.4.4.3.7. Ação Excluir Vale-transporte
- 5.1.4.4.4. Funcionalidade VT Servidor
 - 5.1.4.4.4.1. Ação Incluir Concessão de Vale-transporte
 - 5.1.4.4.4.2. Ação Alterar Concessão de Vale-transporte
 - 5.1.4.4.4.3. Ação Excluir Concessão de Vale-transporte
 - 5.1.4.4.4.4. Ação Inicializar Concessão de VT
 - 5.1.4.4.4.5. Ação Excluir Inicialização da Concessão de VT
- 5.1.4.4.5. Funcionalidade Relatórios
 - 5.1.4.4.5.1. Ação Relatório de Totais por Fornecedor
 - 5.1.4.4.5.2. Ação Relatório de Vale-Transporte Servidor
- 5.1.4.5. Módulo Folha de Pagamento
 - 5.1.4.5.1. Funcionalidade Configuração
 - 5.1.4.5.1.1. Ação Alterar Configuração
 - 5.1.4.5.1.2. Ação Incluir Sequência de Cálculo
 - 5.1.4.5.1.3. Ação Alterar Sequência de Cálculo
 - 5.1.4.5.1.4. Ação Excluir Sequência de Cálculo
 - 5.1.4.5.1.5. Ação Configurar Cálculo da Pensão Alimentícia
 - 5.1.4.5.1.6. Ação Configurar Cálculo de Benefícios
 - 5.1.4.5.1.7. Ação Configurar Férias
 - 5.1.4.5.1.8. Ação Configurar Cálculo de 13o Salário
 - 5.1.4.5.1.9. Ação Configurar Autorização Empenho
 - 5.1.4.5.1.10. Ação Configurar Eventos Desconto Externo
 - 5.1.4.5.1.11. Ação Configurar Contracheque
 - 5.1.4.5.1.12. Ação Incluir Valores Diversos
 - 5.1.4.5.1.13. Ação Alterar Valores Diversos
 - 5.1.4.5.1.14. Ação Excluir Valores Diversos
 - 5.1.4.5.1.15. Ação Incluir IPERS
 - 5.1.4.5.1.16. Ação Alterar IPERS
 - 5.1.4.5.1.17. Ação Excluir IPERS
 - 5.1.4.5.1.18. Ação Totais da Folha
 - 5.1.4.5.1.19. Ação Manutenção Relatório Descontos Consignáveis



5.1.4.5.2. Funcionalidade Rotina Mensal

5.1.4.5.2.1. Ação Abrir Período de Movimentação

5.1.4.5.2.2. Ação Cancelar Abertura de Período

5.1.4.5.2.3. Ação Autorização de Empenho

5.1.4.5.2.4. Ação Excluir Reajustes Salariais

5.1.4.5.3. Funcionalidade Folha Salário

5.1.4.5.3.1. Ação Fechar/Reabrir Folha de Salário

5.1.4.5.3.2. Ação Registrar Evento por Contrato

5.1.4.5.3.3. Ação Calcular Salário

5.1.4.5.3.4. Ação Consultar Ficha Financeira

5.1.4.5.3.5. Ação Consultar Registros de Evento

5.1.4.5.3.6. Ação Registrar/Importar Lote Eventos/Matrículas

5.1.4.5.3.7. Ação Consultar Servidor

5.1.4.5.4. Funcionalidade Folha Complementar

5.1.4.5.4.1. Ação Abrir/Fechar Folha Complementar

5.1.4.5.4.2. Ação Registrar Evento na Complementar por Contrato

5.1.4.5.4.3. Ação Calcular Folha Complementar

5.1.4.5.4.4. Ação Consultar Ficha Financeira

5.1.4.5.4.5. Ação Consultar Registro de Evento na Complementar

5.1.4.5.4.6. Ação Consultar Servidor

5.1.4.5.5. Funcionalidade Folha de Férias

5.1.4.5.5.1. Ação Registrar Evento de Férias por Contrato

5.1.4.5.5.2. Ação Consultar Registros de Evento de Férias

5.1.4.5.5.3. Ação Calcular Férias

5.1.4.5.5.4. Ação Consultar Ficha Financeira

5.1.4.5.6. Funcionalidade Evento

5.1.4.5.6.1. Ação Incluir Evento

5.1.4.5.6.2. Ação Alterar Evento

5.1.4.5.6.3. Ação Excluir Evento

5.1.4.5.7. Funcionalidade Folha Rescisão

5.1.4.5.7.1. Ação Registrar Evento de Rescisão por Contrato

5.1.4.5.7.2. Ação Alterar Padrão

5.1.4.5.7.3. Ação Calcular Rescisão

5.1.4.5.7.4. Ação Consultar Ficha Financeira

5.1.4.5.8. Funcionalidade Previdência

5.1.4.5.8.1. Ação Incluir Previdência

5.1.4.5.8.2. Ação Alterar Previdência

5.1.4.5.8.3. Ação Excluir Previdência

5.1.4.5.8.4. Ação Incluir Desconto Externo

5.1.4.5.8.5. Ação Alterar Desconto Externo

5.1.4.5.8.6. Ação Excluir Desconto Externo

5.1.4.5.8.7. Ação Configurar Entidade Previdência

5.1.4.5.9. Funcionalidade Salário Família

5.1.4.5.9.1. Ação Incluir Configuração Salário Família

5.1.4.5.9.2. Ação Alterar Configuração Salário Família



- 5.1.4.5.9.3. Ação Excluir Configuração Salário Família
- 5.1.4.5.10. Funcionalidade IRRF
 - 5.1.4.5.10.1. Ação Incluir Tabela de IRRF
 - 5.1.4.5.10.2. Ação Alterar Tabela de IRRF
 - 5.1.4.5.10.3. Ação Excluir Tabela de IRRF
 - 5.1.4.5.10.4. Ação Incluir Desconto Externo
 - 5.1.4.5.10.5. Ação Alterar Desconto Externo
 - 5.1.4.5.10.6. Ação Excluir Desconto Externo
- 5.1.4.5.11. Funcionalidade FGTS
 - 5.1.4.5.11.1. Ação Configurar FGTS
 - 5.1.4.5.11.2. Ação Alterar Configuração do FGTS
- 5.1.4.5.12. Funcionalidade Sindicatos
 - 5.1.4.5.12.1. Ação Incluir Sindicato
 - 5.1.4.5.12.2. Ação Consultar Sindicato
 - 5.1.4.5.12.3. Ação Excluir Sindicato
- 5.1.4.5.13. Funcionalidade Folha 13º Salário
 - 5.1.4.5.13.1. Ação Conceder 13º Salário
 - 5.1.4.5.13.2. Ação Cancelar 13º Salário
 - 5.1.4.5.13.3. Ação Calcular 13º Salário
 - 5.1.4.5.13.4. Ação Consultar Ficha Financeira
 - 5.1.4.5.13.5. Ação Consultar Registros de Evento de 13º Salário
 - 5.1.4.5.13.6. Ação Consultar Servidor
- 5.1.4.5.14. Funcionalidade Bases
 - 5.1.4.5.14.1. Ação Incluir Base
 - 5.1.4.5.14.2. Ação Alterar Base
 - 5.1.4.5.14.3. Ação Excluir Base
- 5.1.4.5.15. Funcionalidade Relatórios
 - 5.1.4.5.15.1. Ação Relatório de Eventos por Contrato
 - 5.1.4.5.15.2. Ação Relatório de Ficha Financeira
 - 5.1.4.5.15.3. Ação Relatório de Eventos
 - 5.1.4.5.15.4. Ação Relatório de Folha Analítica/Sintética
 - 5.1.4.5.15.5. Ação Customizável de Eventos
 - 5.1.4.5.15.6. Ação Relação de Eventos e Rubricas
 - 5.1.4.5.15.7. Ação Relatório de FGTS
 - 5.1.4.5.15.8. Ação Relatório de Contribuição Previdenciária
 - 5.1.4.5.15.9. Ação IRRF
 - 5.1.4.5.15.10. Ação Contracheque
 - 5.1.4.5.15.11. Ação Termo de Rescisão
 - 5.1.4.5.15.12. Ação Informações Mensais
 - 5.1.4.5.15.13. Ação Recibo de Férias
 - 5.1.4.5.15.14. Ação Bancário de Pensão Judicial



- 5.1.4.5.15.15. Ação Comprovante de Rendimentos IRRF
- 5.1.4.5.15.16. Ação Resumo Obrigações Sociais
- 5.1.4.5.15.17. Ação Recibo de Pensão Judicial
- 5.1.4.5.15.18. Ação Totais da Folha
- 5.1.4.5.15.19. Ação Valores Diversos
- 5.1.4.5.15.20. Ação Relatório de Ajustes de IRRF
- 5.1.4.5.15.21. Ação Relatório Pagamento em Cheque
- 5.1.4.5.15.22. Ação Termo de Encerramento
- 5.1.4.5.15.23. Ação Relatório de Eventos Incidentes em Base
- 5.1.4.5.15.24. Ação Relatório de Bases Incidentes em Evento
- 5.1.4.5.15.25. Ação Relatório Servidores Não Calculados
- 5.1.4.5.15.26. Ação Relatório de Descontos Consignáveis
- 5.1.4.5.15.27. Ação Relatório Inclusão IPERGS
- 5.1.4.5.15.28. Ação Relatório Servidores Sem Previdência
- 5.1.4.5.15.29. Ação Padrões e Progressões
- 5.1.4.5.15.30. Ação Relatório de Execução do Cálculo
- 5.1.4.5.16. Funcionalidade Gerador de Cálculo
 - 5.1.4.5.16.1. Ação Incluir Função
 - 5.1.4.5.16.2. Ação Alterar Função
 - 5.1.4.5.16.3. Ação Excluir Função
 - 5.1.4.5.16.4. Ação Copiar Função
 - 5.1.4.5.16.5. Ação Exportar Função
 - 5.1.4.5.16.6. Ação Configurar Gerador
- 5.1.4.6. Módulo Estágio
 - 5.1.4.6.1. Funcionalidade Instituições de Ensino
 - 5.1.4.6.1.1. Ação Incluir Instituição de Ensino
 - 5.1.4.6.1.2. Ação Alterar Instituição de Ensino
 - 5.1.4.6.1.3. Ação Excluir Instituição de Ensino
 - 5.1.4.6.2. Funcionalidade Entidades Intermediadoras
 - 5.1.4.6.2.1. Ação Incluir Entidade Intermediadora
 - 5.1.4.6.2.2. Ação Alterar Entidade Intermediadora
 - 5.1.4.6.2.3. Ação Excluir Entidade Intermediadora
 - 5.1.4.6.3. Funcionalidade Estagiários
 - 5.1.4.6.3.1. Ação Incluir Estagiário
 - 5.1.4.6.3.2. Ação Alterar Estagiário
 - 5.1.4.6.3.3. Ação Excluir Estagiário
 - 5.1.4.6.4. Funcionalidade Curso
 - 5.1.4.6.4.1. Ação Incluir Curso



- 5.1.4.6.4.2. Ação Alterar Curso
- 5.1.4.6.4.3. Ação Excluir Curso
- 5.1.4.6.5. Funcionalidade Relatórios
 - 5.1.4.6.5.1. Ação Pagamento de Estagiários
 - 5.1.4.6.5.2. Ação Estagiários
 - 5.1.4.6.5.3. Ação Recibo de Pagamento
 - 5.1.4.6.5.4. Ação Efetividade
- 5.1.4.6.6. Funcionalidade Contrato
 - 5.1.4.6.6.1. Ação Emitir Contrato
- 5.1.4.6.7. Funcionalidade Efetividade
 - 5.1.4.6.7.1. Ação Excluir Efetividade
- 5.1.4.7. Módulo IMA
 - 5.1.4.7.1. Funcionalidade Configuração
 - 5.1.4.7.1.1. Ação Exportação Banco Brasil
 - 5.1.4.7.1.2. Ação SEFIP
 - 5.1.4.7.1.3. Ação Exportação TCM/BA
 - 5.1.4.7.1.4. Ação Exportação Banco BESC
 - 5.1.4.7.1.5. Ação Exportação Banco Caixa Econômica Federal
 - 5.1.4.7.1.6. Ação Exportação Banco Banrisul
 - 5.1.4.7.1.7. Ação Incluir Configuração RAIS
 - 5.1.4.7.1.8. Ação Alterar Configuração RAIS
 - 5.1.4.7.1.9. Ação Excluir Configuração RAIS
 - 5.1.4.7.1.10. Ação Incluir Configuração DIRF
 - 5.1.4.7.1.11. Ação Alterar Configuração DIRF
 - 5.1.4.7.1.12. Ação Excluir Configuração DIRF
 - 5.1.4.7.1.13. Ação Incluir Configuração BanPará
 - 5.1.4.7.1.14. Ação Alterar Configuração BanPará
 - 5.1.4.7.1.15. Ação Excluir Configuração BanPará
 - 5.1.4.7.1.16. Ação Exportação CAGED
 - 5.1.4.7.1.17. Ação Exportação Banco Bradesco
 - 5.1.4.7.1.18. Ação Exportação PASEP
 - 5.1.4.7.1.19. Ação Consignação Banrisul
 - 5.1.4.7.1.20. Ação Exportação Banco Santander Banespa
 - 5.1.4.7.1.21. Ação Exportação Banco Itaú
 - 5.1.4.7.1.22. Ação Configurar Perfil
 - 5.1.4.7.1.23. Ação Configurar Porcentagem de Margem
 - 5.1.4.7.1.24. Ação Alterar Porcentagem de Margem
 - 5.1.4.7.1.25. Ação Configurar Perfil de Margem ASMV



5.1.4.7.1.26. Ação Configurar Porcentagem de Margem ASMV

5.1.4.7.1.27. Ação Alterar Porcentagem de Margem ASMV

5.1.4.7.2. Funcionalidade Exportar Pagamentos

5.1.4.7.2.1. Ação Banco do Brasil

5.1.4.7.2.2. Ação Banco BESC

5.1.4.7.2.3. Ação Banco Caixa Econômica Federal

5.1.4.7.2.4. Ação Remessa BanPará

5.1.4.7.2.5. Ação Banco Bradesco

5.1.4.7.2.6. Ação Banco Santander Banespa

5.1.4.7.2.7. Ação Banco Itaú

5.1.4.7.3. Funcionalidade SEFIP

5.1.4.7.3.1. Ação Gerar Arquivo

5.1.4.7.4. Funcionalidade TCM - BA

5.1.4.7.5. Funcionalidade RAIS

5.1.4.7.6. Funcionalidade DIRF

5.1.4.7.7. Funcionalidade CAGED

5.1.4.7.8. Funcionalidade PASEP

5.1.4.7.9. Funcionalidade Consignação

5.1.4.7.9.1. Ação Importar Consignados/Convênios

5.1.4.7.9.2. Ação Emitir Margem-Consignados

5.1.4.7.9.3. Ação Emitir Margem ASMV

5.1.4.7.9.4. Ação Importar Consignados/Convênios

5.1.4.7.9.5. Ação Cancelar Importação

5.1.4.7.9.6. Ação Emitir Retorno-Consignados

5.1.4.7.10. Funcionalidade IPERS

5.1.4.7.10.1. Ação Exportar Arquivo IPERS

5.1.4.7.11. Funcionalidade Relatórios

5.1.4.7.12. Funcionalidade Cálculo Atuarial

5.1.4.8. Módulo Diárias

5.1.4.8.1. Funcionalidade Configuração

5.1.4.8.2. Funcionalidade Concessão

5.1.4.8.2.1. Ação Consultar Diárias

5.1.4.8.3. Funcionalidade Relatórios

5.1.4.8.3.1. Ação Relação de Diárias

5.1.4.9. Módulo Relógio Ponto

5.1.4.9.1. Funcionalidade Configuração

5.1.4.9.1.1. Ação Incluir Configuração Ponto

5.1.4.9.1.2. Ação Alterar Configuração Ponto

5.1.4.9.1.3. Ação Excluir Configuração Ponto

5.1.4.9.1.4. Ação Incluir Formato de Exportação

5.1.4.9.1.5. Ação Alterar Formato de Exportação

5.1.4.9.1.6. Ação Excluir Formato de Exportação

5.1.4.9.2. Funcionalidade Justificativas

5.1.4.9.2.1. Ação Incluir Justificativa



- 5.1.4.9.2.2. Ação Alterar Justificativa
- 5.1.4.9.2.3. Ação Excluir Justificativa
- 5.1.4.9.3. Funcionalidade Escalas de Horário
 - 5.1.4.9.3.1. Ação Incluir Escalas
 - 5.1.4.9.3.2. Ação Alterar Escalas
 - 5.1.4.9.3.3. Ação Excluir Escalas
 - 5.1.4.9.3.4. Ação Vincular Escala
 - 5.1.4.9.3.5. Ação Consultar Escalas Vinculadas
 - 5.1.4.9.3.6. Ação Excluir Vínculo Escala/Servidor
- 5.1.4.9.4. Funcionalidade Importação
 - 5.1.4.9.4.1. Ação Importar Pontos
- 5.1.4.9.5. Funcionalidade Exportação
- 5.1.4.9.6. Funcionalidade Compensações
 - 5.1.4.9.6.1. Ação Alterar Compensação de Horas
 - 5.1.4.9.6.2. Ação Consultar Compensação de Horas
 - 5.1.4.9.6.3. Ação Excluir Compensação de Horas
- 5.1.4.9.7. Funcionalidade Manutenção
 - 5.1.4.9.7.1. Ação Alterar Ponto
- 5.1.4.9.8. Funcionalidade Relatórios
 - 5.1.4.9.8.1. Ação Grade de Horários
 - 5.1.4.9.8.2. Ação Banco de Horas
- 5.1.4.10. Módulo Portal Servidor
 - 5.1.4.10.1. Funcionalidade Contracheque
 - 5.1.4.10.1.1. Ação Emitir Contracheque Servidor

5.1.5. Gestão Tributária

- 5.1.5.1. Módulo Cadastro Imobiliário
 - 5.1.5.1.1. Funcionalidade Hierarquia
 - 5.1.5.1.1.1. Ação Alterar Vigência
 - 5.1.5.1.1.2. Ação Excluir Vigência
 - 5.1.5.1.1.3. Ação Incluir Nível
 - 5.1.5.1.1.4. Ação Alterar Nível
 - 5.1.5.1.1.5. Ação Excluir Nível
 - 5.1.5.1.2. Funcionalidade Localização
 - 5.1.5.1.2.1. Ação Incluir Localização
 - 5.1.5.1.2.2. Ação Alterar Localização
 - 5.1.5.1.2.3. Ação Excluir Localização
 - 5.1.5.1.2.4. Ação Baixar Localização
 - 5.1.5.1.2.5. Ação Reativar Localização
 - 5.1.5.1.2.6. Ação Alterar Características
 - 5.1.5.1.2.7. Ação Consultar Localização
 - 5.1.5.1.3. Funcionalidade Bairro
 - 5.1.5.1.3.1. Ação Incluir Bairro
 - 5.1.5.1.3.2. Ação Alterar Bairro
 - 5.1.5.1.3.3. Ação Consultar Bairro



- 5.1.5.1.4. Funcionalidade Logradouro
 - 5.1.5.1.4.1. Ação Incluir Logradouro
 - 5.1.5.1.4.2. Ação Alterar Logradouro
 - 5.1.5.1.4.3. Ação Excluir Logradouro
 - 5.1.5.1.4.4. Ação Consultar Logradouro
 - 5.1.5.1.4.5. Ação Alterar Características
- 5.1.5.1.5. Funcionalidade Trecho
 - 5.1.5.1.5.1. Ação Incluir Trecho
 - 5.1.5.1.5.2. Ação Alterar Trecho
 - 5.1.5.1.5.3. Ação Excluir Trecho
 - 5.1.5.1.5.4. Ação Baixar Trecho
 - 5.1.5.1.5.5. Ação Reativar Trecho
 - 5.1.5.1.5.6. Ação Alterar Características
 - 5.1.5.1.5.7. Ação Consultar Trecho
- 5.1.5.1.6. Funcionalidade Face de Quadra
 - 5.1.5.1.6.1. Ação Incluir Face
 - 5.1.5.1.6.2. Ação Alterar Face
 - 5.1.5.1.6.3. Ação Excluir Face
 - 5.1.5.1.6.4. Ação Baixar Face
 - 5.1.5.1.6.5. Ação Reativar Face de Quadra
 - 5.1.5.1.6.6. Ação Alterar Características
- 5.1.5.1.7. Funcionalidade Lote Urbano
 - 5.1.5.1.7.1. Ação Incluir Lote
 - 5.1.5.1.7.2. Ação Alterar Lote
 - 5.1.5.1.7.3. Ação Excluir Lote
 - 5.1.5.1.7.4. Ação Baixar Lote
 - 5.1.5.1.7.5. Ação Reativar Lote
 - 5.1.5.1.7.6. Ação Alterar Características
 - 5.1.5.1.7.7. Ação Aglutinar Lotes
 - 5.1.5.1.7.8. Ação Desmembrar Lote
 - 5.1.5.1.7.9. Ação Validar Lote Desmembrado
 - 5.1.5.1.7.10. Ação Alterar Localização Lote
- 5.1.5.1.8. Funcionalidade Lote Rural
 - 5.1.5.1.8.1. Ação Incluir Lote
 - 5.1.5.1.8.2. Ação Alterar Lote
 - 5.1.5.1.8.3. Ação Excluir Lote
 - 5.1.5.1.8.4. Ação Baixar Lote
 - 5.1.5.1.8.5. Ação Reativar Lote
 - 5.1.5.1.8.6. Ação Alterar Características
 - 5.1.5.1.8.7. Ação Aglutinar Lotes



- 5.1.5.1.8.8. Ação Desmembrar Lote
- 5.1.5.1.8.9. Ação Validar Lote Desmembrado
- 5.1.5.1.9. Funcionalidade Imóvel
 - 5.1.5.1.9.1. Ação Incluir Imóvel
 - 5.1.5.1.9.2. Ação Alterar Imóvel
 - 5.1.5.1.9.3. Ação Excluir Imóvel
 - 5.1.5.1.9.4. Ação Baixar Imóvel
 - 5.1.5.1.9.5. Ação Reativar Imóvel
 - 5.1.5.1.9.6. Ação Alterar Características
 - 5.1.5.1.9.7. Ação Alterar Lote do Imóvel
- 5.1.5.1.10. Funcionalidade Tipo de Edificação
 - 5.1.5.1.10.1. Ação Incluir Tipo
 - 5.1.5.1.10.2. Ação Alterar Tipo
 - 5.1.5.1.10.3. Ação Excluir Tipo
 - 5.1.5.1.10.4. Ação Consultar Tipo
- 5.1.5.1.11. Funcionalidade Edificação
 - 5.1.5.1.11.1. Ação Incluir Edificação
 - 5.1.5.1.11.2. Ação Alterar Edificação
 - 5.1.5.1.11.3. Ação Excluir Edificação
 - 5.1.5.1.11.4. Ação Baixar Edificação
 - 5.1.5.1.11.5. Ação Reativar Edificação
 - 5.1.5.1.11.6. Ação Incluir Reforma
 - 5.1.5.1.11.7. Ação Alterar Características
- 5.1.5.1.12. Funcionalidade Construção
 - 5.1.5.1.12.1. Ação Incluir Construção
 - 5.1.5.1.12.2. Ação Alterar Construção
 - 5.1.5.1.12.3. Ação Excluir Construção
 - 5.1.5.1.12.4. Ação Baixar Construção
 - 5.1.5.1.12.5. Ação Reativar Construção
 - 5.1.5.1.12.6. Ação Incluir Reforma
 - 5.1.5.1.12.7. Ação Alterar Características
- 5.1.5.1.13. Funcionalidade Corretagem
 - 5.1.5.1.13.1. Ação Incluir Corretagem
 - 5.1.5.1.13.2. Ação Alterar Corretagem
 - 5.1.5.1.13.3. Ação Excluir Corretagem
- 5.1.5.1.14. Funcionalidade Condomínio
 - 5.1.5.1.14.1. Ação Incluir Condomínio
 - 5.1.5.1.14.2. Ação Alterar Condomínio
 - 5.1.5.1.14.3. Ação Excluir Condomínio
 - 5.1.5.1.14.4. Ação Incluir Reforma



- 5.1.5.1.14.5. Ação Alterar Características
- 5.1.5.1.15. Funcionalidade Loteamento
 - 5.1.5.1.15.1. Ação Incluir Loteamento
 - 5.1.5.1.15.2. Ação Alterar Loteamento
 - 5.1.5.1.15.3. Ação Excluir Loteamento
- 5.1.5.1.16. Funcionalidade Natureza de Transferência
 - 5.1.5.1.16.1. Ação Incluir Natureza
 - 5.1.5.1.16.2. Ação Alterar Natureza
 - 5.1.5.1.16.3. Ação Excluir Natureza
- 5.1.5.1.17. Funcionalidade Transferência de Propriedade
 - 5.1.5.1.17.1. Ação Cadastrar Transferência
 - 5.1.5.1.17.2. Ação Alterar Transferência
 - 5.1.5.1.17.3. Ação Efetivar Transferência
 - 5.1.5.1.17.4. Ação Cancelar Transferência
- 5.1.5.1.18. Funcionalidade Consultas
 - 5.1.5.1.18.1. Ação Consultar Cadastro Imobiliário
- 5.1.5.1.19. Funcionalidade Relatórios
 - 5.1.5.1.19.1. Ação Logradouros
 - 5.1.5.1.19.2. Ação Corretagem
 - 5.1.5.1.19.3. Ação Trechos
 - 5.1.5.1.19.4. Ação Cadastro Imobiliário
 - 5.1.5.1.19.5. Ação Alteração Cadastral
 - 5.1.5.1.19.6. Ação Relatório de Atributos
 - 5.1.5.1.19.7. Ação Demonstrativo de Cálculo
 - 5.1.5.1.19.8. Ação Cadastro Imobiliário/Posição do Cadastro Imobiliário
- 5.1.5.1.20. Funcionalidade Cartório/Tabelionato
 - 5.1.5.1.20.1. Ação Incluir Cartório/Tabelionato
 - 5.1.5.1.20.2. Ação Alterar Cartório/Tabelionato
 - 5.1.5.1.20.3. Ação Excluir Cartório/Tabelionato
- 5.1.5.2. Módulo Cadastro Econômico
 - 5.1.5.2.1. Funcionalidade Configuração
 - 5.1.5.2.1.1. Ação Alterar Configuração
 - 5.1.5.2.2. Funcionalidade Responsável Técnico
 - 5.1.5.2.2.1. Ação Alterar Responsável
 - 5.1.5.2.2.2. Ação Excluir Responsável
 - 5.1.5.2.3. Funcionalidade Natureza Jurídica
 - 5.1.5.2.3.1. Ação Incluir Natureza
 - 5.1.5.2.3.2. Ação Alterar Natureza
 - 5.1.5.2.3.3. Ação Excluir Natureza
 - 5.1.5.2.3.4. Ação Baixar Natureza



- 5.1.5.2.4. Funcionalidade Categoria
 - 5.1.5.2.4.1. Ação Incluir Categoria
 - 5.1.5.2.4.2. Ação Alterar Categoria
 - 5.1.5.2.4.3. Ação Excluir Categoria
- 5.1.5.2.5. Funcionalidade Hierarquia de Serviço
 - 5.1.5.2.5.1. Ação Incluir Vigência
 - 5.1.5.2.5.2. Ação Alterar Vigência
 - 5.1.5.2.5.3. Ação Excluir Vigência
 - 5.1.5.2.5.4. Ação Incluir Nível
 - 5.1.5.2.5.5. Ação Alterar Nível
 - 5.1.5.2.5.6. Ação Excluir Nível
- 5.1.5.2.6. Funcionalidade Serviço
 - 5.1.5.2.6.1. Ação Incluir Serviço
 - 5.1.5.2.6.2. Ação Alterar Serviço
 - 5.1.5.2.6.3. Ação Excluir Serviço
 - 5.1.5.2.6.4. Ação Alterar Alíquota
- 5.1.5.2.7. Funcionalidade Hierarquia de Atividade
 - 5.1.5.2.7.1. Ação Incluir Vigência
 - 5.1.5.2.7.2. Ação Alterar Vigência
 - 5.1.5.2.7.3. Ação Excluir Vigência
 - 5.1.5.2.7.4. Ação Incluir Nível
 - 5.1.5.2.7.5. Ação Alterar Nível
 - 5.1.5.2.7.6. Ação Excluir Nível
- 5.1.5.2.8. Funcionalidade Atividade Econômica
 - 5.1.5.2.8.1. Ação Incluir Atividade
 - 5.1.5.2.8.2. Ação Alterar Atividade
 - 5.1.5.2.8.3. Ação Excluir Atividade
- 5.1.5.2.9. Funcionalidade Tipo de Licença
 - 5.1.5.2.9.1. Ação Incluir Tipo de Licença
 - 5.1.5.2.9.2. Ação Alterar Tipo de Licença
 - 5.1.5.2.9.3. Ação Excluir Tipo de Licença
- 5.1.5.2.10. Funcionalidade Licença
 - 5.1.5.2.10.1. Ação Conceder Licença para Atividade
 - 5.1.5.2.10.2. Ação Conceder Licença em Horário Especial
 - 5.1.5.2.10.3. Ação Conceder Outras Licenças
 - 5.1.5.2.10.4. Ação Alterar Elementos da Licença
 - 5.1.5.2.10.5. Ação Alterar Licença para Atividade
 - 5.1.5.2.10.6. Ação Alterar Licença em Horário Especial
 - 5.1.5.2.10.7. Ação Alterar Licença Geral
 - 5.1.5.2.10.8. Ação Baixar Licença



- 5.1.5.2.10.9. Ação Suspender Licença
- 5.1.5.2.10.10. Ação Cancelar Suspensão
- 5.1.5.2.10.11. Ação Cassar Licença
- 5.1.5.2.11. Funcionalidade Inscrição Econômica
 - 5.1.5.2.11.1. Ação Incluir Inscrição Econômica
 - 5.1.5.2.11.2. Ação Alterar Inscrição Econômica
 - 5.1.5.2.11.3. Ação Excluir Inscrição Econômica
 - 5.1.5.2.11.4. Ação Baixar Inscrição Econômica
 - 5.1.5.2.11.5. Ação Baixar Inscrição de Ofício
 - 5.1.5.2.11.6. Ação Reativar Inscrição Econômica
 - 5.1.5.2.11.7. Ação Definir Atividades
 - 5.1.5.2.11.8. Ação Definir Responsáveis
 - 5.1.5.2.11.9. Ação Alterar Domicílio Fiscal
 - 5.1.5.2.11.10. Ação Converter para Empresa de Direito
 - 5.1.5.2.11.11. Ação Converter para Autônomo
 - 5.1.5.2.11.12. Ação Definir Atividades Exclusão
- 5.1.5.2.12. Funcionalidade Consultas
 - 5.1.5.2.12.1. Ação Consultar Cadastro Econômico
- 5.1.5.2.13. Funcionalidade Relatórios
 - 5.1.5.2.13.1. Ação Atividades
 - 5.1.5.2.13.2. Ação Serviços
 - 5.1.5.2.13.3. Ação Relatório de Licenças concedidas
 - 5.1.5.2.13.4. Ação Cadastro Econômico
 - 5.1.5.2.13.5. Ação Histórico de Alterações
 - 5.1.5.2.13.6. Ação Licenças
- 5.1.5.3. Módulo Arrecadação
 - 5.1.5.3.1. Funcionalidade Configuração
 - 5.1.5.3.1.1. Ação Alterar Configuração Geral
 - 5.1.5.3.1.2. Ação Alterar Configurações para Grupos de Créditos
 - 5.1.5.3.2. Funcionalidade Grupos de Créditos
 - 5.1.5.3.2.1. Ação Agrupar Créditos
 - 5.1.5.3.2.2. Ação Alterar Grupo de Créditos
 - 5.1.5.3.2.3. Ação Excluir Grupo de Créditos
 - 5.1.5.3.2.4. Ação Definir Permissões
 - 5.1.5.3.3. Funcionalidade Calendário Fiscal
 - 5.1.5.3.3.1. Ação Definir Calendário
 - 5.1.5.3.3.2. Ação Alterar Calendário
 - 5.1.5.3.3.3. Ação Excluir Calendário
 - 5.1.5.3.3.4. Ação Definir Vencimentos
 - 5.1.5.3.3.5. Ação Consultar Calendário



- 5.1.5.3.4. Funcionalidade Desoneração
 - 5.1.5.3.4.1. Ação Definir Desoneração
 - 5.1.5.3.4.2. Ação Alterar Desoneração
 - 5.1.5.3.4.3. Ação Excluir Desoneração
 - 5.1.5.3.4.4. Ação Conceder Desoneração
 - 5.1.5.3.4.5. Ação Alterar Concessão de Desoneração
 - 5.1.5.3.4.6. Ação Revogar Desoneração
 - 5.1.5.3.4.7. Ação Consulta de Desoneração
 - 5.1.5.3.4.8. Ação Incluir Tipo de Concessão
 - 5.1.5.3.4.9. Ação Alterar Tipo de Concessão
 - 5.1.5.3.4.10. Ação Excluir Tipo de Concessão
 - 5.1.5.3.4.11. Ação Consultar Tipo de Concessão
- 5.1.5.3.5. Funcionalidade Cálculo
 - 5.1.5.3.5.1. Ação Definir Parâmetros
 - 5.1.5.3.5.2. Ação Executar Cálculo
 - 5.1.5.3.5.3. Ação Efetuar Lançamentos
 - 5.1.5.3.5.4. Ação Lançar Imposto de Transferência
- 5.1.5.3.6. Funcionalidade Movimentações
 - 5.1.5.3.6.1. Ação Avaliação Imobiliária
 - 5.1.5.3.6.2. Ação Lançamento de Receitas
 - 5.1.5.3.6.3. Ação Definir Permissão para Avaliação Imobiliária
- 5.1.5.3.7. Funcionalidade Tipo de Suspensão
 - 5.1.5.3.7.1. Ação Incluir Tipo de Suspensão
 - 5.1.5.3.7.2. Ação Alterar Tipo de Suspensão
 - 5.1.5.3.7.3. Ação Excluir Tipo de Suspensão
- 5.1.5.3.8. Funcionalidade Suspensão
 - 5.1.5.3.8.1. Ação Suspender Créditos
 - 5.1.5.3.8.2. Ação Alterar Suspensão
- 5.1.5.3.9. Funcionalidade Tipos de Baixa Manual
 - 5.1.5.3.9.1. Ação Incluir Tipo de Baixa
 - 5.1.5.3.9.2. Ação Alterar Tipo de Baixa
 - 5.1.5.3.9.3. Ação Excluir Tipo de Baixa
- 5.1.5.3.10. Funcionalidade Baixa de Débitos
 - 5.1.5.3.10.1. Ação Baixa Manual de Débito
 - 5.1.5.3.10.2. Ação Fechamento de Baixa Manual
 - 5.1.5.3.10.3. Ação Estorno de Baixa Manual
 - 5.1.5.3.10.4. Ação Baixa Automática de Débito
 - 5.1.5.3.10.5. Ação Cancelamento de Débito
- 5.1.5.3.11. Funcionalidade Tipos de Aluguel
 - 5.1.5.3.11.1. Ação Incluir Tipo de Aluguel



- 5.1.5.3.11.2. Ação Alterar Tipo de Aluguel
- 5.1.5.3.11.3. Ação Excluir Tipo de Aluguel
- 5.1.5.3.12. Funcionalidade Aluguel
 - 5.1.5.3.12.1. Ação Incluir Aluguel
 - 5.1.5.3.12.2. Ação Alterar Aluguel
 - 5.1.5.3.12.3. Ação Consultar Aluguel
- 5.1.5.3.13. Funcionalidade Simples Nacional
 - 5.1.5.3.13.1. Ação Processar DAF607
 - 5.1.5.3.13.2. Ação Reemissão DAF607
 - 5.1.5.3.13.3. Ação Consultar Processamento
 - 5.1.5.3.13.4. Ação Parcelar Créditos
- 5.1.5.3.14. Funcionalidade Documentos
 - 5.1.5.3.14.1. Ação Emissão Geral de Carnês
 - 5.1.5.3.14.2. Ação Emissão de Carnês
 - 5.1.5.3.14.3. Ação Consulta Financeira de Imóvel
 - 5.1.5.3.14.4. Ação Emitir Certidão
 - 5.1.5.3.14.5. Ação Reemitir Certidão
 - 5.1.5.3.14.6. Ação Emitir Notificação
 - 5.1.5.3.14.7. Ação Reemitir Notificação
 - 5.1.5.3.14.8. Ação Certidão de Débitos
 - 5.1.5.3.14.9. Ação Certidão de Débitos ODT
- 5.1.5.3.15. Funcionalidade Relatórios
 - 5.1.5.3.15.1. Ação Relatório de Arrecadação Analítico
 - 5.1.5.3.15.2. Ação Relatório de Arrecadação Sintético
 - 5.1.5.3.15.3. Ação Relatório de posição do IPTU
 - 5.1.5.3.15.4. Ação Relatório de Desoneração
 - 5.1.5.3.15.5. Ação Relatório de lançamentos de IPTU por CGM
 - 5.1.5.3.15.6. Ação Relatório de posição de IPTU por bairro
 - 5.1.5.3.15.7. Ação Relatório de Consolidação
 - 5.1.5.3.15.8. Ação Relatório de Débitos Cancelados
 - 5.1.5.3.15.9. Ação Relatório Maiores Devedores
 - 5.1.5.3.15.10. Ação Relatório Transações de ITBI
- 5.1.5.4. Módulo Cadastro Monetário
 - 5.1.5.4.1. Funcionalidade Banco
 - 5.1.5.4.1.1. Ação Consultar Banco
 - 5.1.5.4.2. Funcionalidade Agência Bancária
 - 5.1.5.4.2.1. Ação Incluir Agência
 - 5.1.5.4.2.2. Ação Alterar Agência
 - 5.1.5.4.2.4. Ação Consultar Agência
 - 5.1.5.4.3. Funcionalidade Conta Corrente



- 5.1.5.4.3.1. Ação Incluir Conta Corrente
- 5.1.5.4.3.2. Ação Alterar Conta Corrente
- 5.1.5.4.3.3. Ação Excluir Conta Corrente
- 5.1.5.4.3.4. Ação Consultar Conta Corrente
- 5.1.5.4.4. Funcionalidade Convênio
- 5.1.5.4.4.1. Ação Incluir Convênio
- 5.1.5.4.4.2. Ação Alterar Convênio
- 5.1.5.4.4.3. Ação Excluir Convênio
- 5.1.5.4.5. Funcionalidade Carteira
- 5.1.5.4.5.1. Ação Incluir Carteira
- 5.1.5.4.5.2. Ação Alterar Carteira
- 5.1.5.4.5.3. Ação Excluir Carteira
- 5.1.5.4.6. Funcionalidade Moeda
- 5.1.5.4.6.1. Ação Incluir Moeda
- 5.1.5.4.6.2. Ação Alterar Moeda
- 5.1.5.4.6.3. Ação Excluir Moeda
- 5.1.5.4.7. Funcionalidade Indicador Econômico
- 5.1.5.4.7.1. Ação Incluir Indicador
- 5.1.5.4.7.2. Ação Alterar Indicador
- 5.1.5.4.7.3. Ação Excluir Indicador
- 5.1.5.4.7.4) Ação Alterar Fórmula de Cálculo
- 5.1.5.4.7.5) Ação Definir Valor
- 5.1.5.4.8. Funcionalidade Espécie
- 5.1.5.4.8.1. Ação Incluir Espécie
- 5.1.5.4.8.2. Ação Alterar Espécie
- 5.1.5.4.8.3. Ação Excluir Espécie
- 5.1.5.4.8.4. Ação Consultar Espécie
- 5.1.5.4.9. Funcionalidade Crédito
- 5.1.5.4.9.1. Ação Incluir Crédito
- 5.1.5.4.9.2. Ação Alterar Crédito
- 5.1.5.4.9.3. Ação Excluir Crédito
- 5.1.5.4.9.4. Ação Consultar Crédito
- 5.1.5.4.10. Funcionalidade Acréscimo
- 5.1.5.4.10.1. Ação Incluir Acréscimo
- 5.1.5.4.10.2. Ação Alterar Acréscimo
- 5.1.5.4.10.3. Ação Excluir Acréscimo
- 5.1.5.4.10.4. Ação Alterar Fórmula de Cálculo
- 5.1.5.4.10.5. Ação Definir Valor
- 5.1.5.4.10.6. Ação Consultar Acréscimo
- 5.1.5.4.11. Funcionalidade Relatórios



- 5.1.5.4.11.1. Ação Relatório de Bancos/CC
- 5.1.5.4.11.2. Ação Relatório de Créditos
- 5.1.5.4.11.3. Ação Consultar Cadastro Monetário
- 5.1.5.5. Módulo Dívida Ativa
 - 5.1.5.5.1. Funcionalidade Configuração
 - 5.1.5.5.1.1. Ação Configurar Livro
 - 5.1.5.5.1.2. Ação Configurar Inscrição
 - 5.1.5.5.1.3. Ação Configurar Certidão
 - 5.1.5.5.1.4. Ação Configurar Parcelamento Certidão
 - 5.1.5.5.2. Funcionalidade Autoridade
 - 5.1.5.5.2.1. Ação Incluir Autoridade
 - 5.1.5.5.2.2. Ação Alterar Autoridade
 - 5.1.5.5.2.3. Ação Excluir Autoridade
 - 5.1.5.5.3. Funcionalidade Modalidade
 - 5.1.5.5.3.1. Ação Incluir Modalidade
 - 5.1.5.5.3.2. Ação Alterar Modalidade
 - 5.1.5.5.3.3. Ação Excluir Modalidade
 - 5.1.5.5.4. Funcionalidade Inscrição em Dívida Ativa
 - 5.1.5.5.4.1. Ação Inscrever em Dívida Ativa
 - 5.1.5.5.4.2. Ação Cancelar Dívida Ativa
 - 5.1.5.5.4.3. Ação Estornar Dívida Ativa
 - 5.1.5.5.5. Funcionalidade Emissão de Documentos
 - 5.1.5.5.5.1. Ação Emitir Documentos
 - 5.1.5.5.5.2. Ação Gerar Notificação
 - 5.1.5.5.5.3. Ação Gerar Notificação por Bairro
 - 5.1.5.5.5.4. Ação Emitir Notificação
 - 5.1.5.5.5.5. Ação Emitir Etiqueta de Notificação
 - 5.1.5.5.6. Funcionalidade Parcelamento
 - 5.1.5.5.6.1. Ação Parcelar
 - 5.1.5.5.6.2. Ação Emitir Carnê
 - 5.1.5.5.6.3. Ação Alterar Parcela
 - 5.1.5.5.7. Funcionalidade Certidão
 - 5.1.5.5.7.1. Ação Gerar
 - 5.1.5.5.7.2. Ação Emitir
 - 5.1.5.5.7.3. Ação Estornar
 - 5.1.5.5.7.4. Ação Alterar Certidão
 - 5.1.5.5.7.5. Ação Emitir Demonstrativo
 - 5.1.5.5.7.6. Ação Atualizar Certidão, incluir solidário ou até mesmo valores (incluir)
 - 5.1.5.5.8. Funcionalidade Certidão Parcelamento
 - 5.1.5.5.8.1. Ação Gerar



- 5.1.5.5.8.2. Ação Emitir
- 5.1.5.5.8.3. Ação Estornar
- 5.1.5.5.9. Funcionalidade Parcelamento Certidão
 - 5.1.5.5.9.1. Ação Parcelar
 - 5.1.5.5.9.2. Ação Emitir Termo
 - 5.1.5.5.9.3. Ação Gerar Carnê
- 5.1.5.5.10. Funcionalidade Consultas
 - 5.1.5.5.10.1. Ação Consultar Inscrição em Dívida
 - 5.1.5.5.10.2. Ação Consultar Parcelamento de Certidão
- 5.1.5.5.11. Funcionalidade Relatórios
 - 5.1.5.5.11.1. Ação Dívida Ativa
 - 5.1.5.5.11.2. Ação Livro da Dívida Ativa
 - 5.1.5.5.11.3. Ação Relatório de Dívida Ativa
 - 5.1.5.5.11.4. Ação Relatório de CDA
 - 5.1.5.5.11.5. Ação Relatório de Débitos Parcelados
- 5.1.5.6. Módulo Fiscalização
 - 5.1.5.6.1. Funcionalidade Configuração
 - 5.1.5.6.1.1. Ação Alterar Configuração
 - 5.1.5.6.2. Funcionalidade Tipo de Fiscalização
 - 5.1.5.6.2.1. Ação Alterar Tipo de Fiscalização
 - 5.1.5.6.2.2. Ação Excluir Tipo de Fiscalização
 - 5.1.5.6.3. Funcionalidade Fiscal
 - 5.1.5.6.3.1. Ação Incluir Fiscal
 - 5.1.5.6.3.2. Ação Alterar Fiscal
 - 5.1.5.6.3.3. Ação Excluir Fiscal
 - 5.1.5.6.4. Funcionalidade Natureza de Fiscalização
 - 5.1.5.6.4.1. Ação Incluir Natureza de Fiscalização
 - 5.1.5.6.4.2. Ação Alterar Natureza de Fiscalização
 - 5.1.5.6.4.3. Ação Excluir Natureza de Fiscalização
 - 5.1.5.6.5. Funcionalidade Processo Fiscal
 - 5.1.5.6.5.1. Ação Criar Processo Fiscal
 - 5.1.5.6.5.2. Ação Alterar Processo Fiscal
 - 5.1.5.6.5.3. Ação Despachar em Processo Fiscal
 - 5.1.5.6.5.4. Ação Anular Processo Fiscal
 - 5.1.5.6.5.5. Ação Cancelar Anulação de Processo Fiscal
 - 5.1.5.6.5.6. Ação Definir Permissões
 - 5.1.5.6.5.7. Ação Consultar Processo Fiscal
 - 5.1.5.6.5.8. Ação Gerar Documento
 - 5.1.5.6.6. Funcionalidade Auto de Infração
 - 5.1.5.6.6.1. Ação Criar Auto de Infração



- 5.1.5.6.6.2. Ação Alterar Auto de Infração
- 5.1.5.6.6.3. Ação Anular Auto de Infração
- 5.1.5.6.6.4. Ação Cancelar Anulação do Auto de Infração
- 5.1.5.6.6.5. Ação Gerar Documento
- 5.1.5.7. Módulo Cemitério
 - 5.1.5.7.1. Funcionalidade Cemitério
 - 5.1.5.7.1.1. Ação Incluir Cemitério
 - 5.1.5.7.1.2. Ação Alterar Cemitério
 - 5.1.5.7.1.3. Ação Excluir Cemitério
 - 5.1.5.7.2. Funcionalidade Categoria
 - 5.1.5.7.2.1. Ação Incluir Categoria
 - 5.1.5.7.2.2. Ação Alterar Categoria
 - 5.1.5.7.2.3. Ação Excluir Categoria
 - 5.1.5.7.3. Funcionalidade Localização
 - 5.1.5.7.3.1. Ação Incluir Nível
 - 5.1.5.7.3.2. Ação Alterar Nível
 - 5.1.5.7.3.3. Ação Excluir Nível
 - 5.1.5.7.3.4. Ação Incluir Localização
 - 5.1.5.7.3.5. Ação Alterar Localização
 - 5.1.5.7.3.6. Ação Excluir Localização
 - 5.1.5.7.4. Funcionalidade Falecido
 - 5.1.5.7.4.1. Ação Incluir Falecido
 - 5.1.5.7.4.2. Ação Alterar Falecido
 - 5.1.5.7.4.3. Ação Excluir Falecido
- 5.1.5.8. Módulo Convênio Tribunal de Justiça do Estado do RJ
 - 5.1.5.8.1. Configuração
 - 5.1.5.8.1.1. Tabela de Varas Judiciais
 - 5.1.5.8.1.2. Tabela de Cartórios
 - 5.1.5.8.1.3. Tabela das Naturezas das Dívidas
 - 5.1.5.8.1.4. Tabela de Tipo de Mandado
 - 5.1.5.8.1.5. Tabela de Tipos de Andamento
 - 5.1.5.8.1.6. Tabela de Destinatários
 - 5.1.5.8.1.7. Tabela de Tipos de Logradouros
 - 5.1.5.8.1.8. Tabela de Cidades
 - 5.1.5.8.1.9. Exporta Dividas – Remessa TJ
 - 5.1.5.8.1.10. Remessa Itaú
 - 5.1.5.8.1.11. Carrega Arquivo Retorno
 - 5.1.5.8.1.12. Administração de Geral de usuários
 - 5.1.5.8.1.13. Envio de Arquivo de Dívida Paga para o TJ (incluir)
 - 5.1.5.8.1.14. Aplicar Custas (incluir)



5.1.5.8.1.15. Excluir Custas (incluir)

5.1.5.8.2. Relatórios

5.1.5.8.2.1. Relatório de Abertura de Processos

5.1.5.8.2.2. Relatório Processos

5.1.5.8.2.3. Relatório processos Pagos

5.1.5.8.2.4. Relatório de processos a pagar

5.1.5.8.2.5. Relatório de pagamentos enviados a TJ (incluir)

5.1.5.8.3. Consultas

5.1.5.8.3.1. Consultar Dívida – Parcelamentos

5.1.5.8.3.2. Consultar Processos Eletrônicos

5.1.9. SIOPE - (incluir)

5.1.9.1. Relatórios e Importação

5.1.9.1.2. Receita Total: Previsão Atualizada/ Receitas Realizadas / Receitas Orçadas do ano seguintes

5.1.9.1.3. Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino

5.1.9.1.3.1. Dotação atualizada / despesas empenhadas / despesas liquidadas / despesas pagas / despesas orçadas do ao seguinte; Por subfunção Por fonte de recursos: Próprias – FUNDEB Despesas custeadas com recursos vinculados: Ação judicial FUNDEF – Precatórios PNAE – PNATE -PDDE

Transferências de Convênio Educação Outras transferência do recurso FNDE Outros recursos destinados a educação Vinculadas a contribuição social do salário educação

5.1.9.1.4. Informações Complementares

5.1.9.1.4.1. Remuneração dos profissionais da educação: mensal (importação e relatório)

5.1.10. SIOPS - (incluir)

5.1.10.1 Relatórios

5.1.10.1.1. Tabela 1: Disponibilidade de caixa (saldo anterior e atual) dos últimos 5 exercícios

5.1.10.1.2. Tabela 2: Despesa por fonte (fundo)

5.1.10.1.3. Tabela 3: Despesa por fonte (consórcio)

5.1.10.1.4. Tabela 4: Restos a pagar inscritos em 2018 e inscritos nos últimos 5 exercícios (por ano de inscrição)

5.1.10.1.5. Tabela 5: Restos a pagar pagos em 2018 referentes a 2017, 2016, 2015, 2014 e anos anteriores

5.1.10.1.6. Tabela 5.1 Valores acumulados de Restos a pagar pagos até 2017 referentes a 2016, 2015, 2014, 2013 e anos anteriores

5.1.10.1.7. Tabela 6 Restos a pagar cancelados em 2018 referentes a 2017, 2016, 2015, 2014 e anos anteriores

5.1.10.1.8. CRUZAMENTO FONTE/SUBFUNÇÃO E DESPESA POR CATEGORIA ECONÔMICA

5.1.10.2. DO CONSÓRCIO PÚBLICO MEDIANTE CONTRATO DE RATEIO

5.1.10.3. DESPESA POR SUBFUNÇÃO

5.1.10.4. Módulo fiscalização ISSQN de acesso para contribuintes

5.1.10.4.1. Módulo para operações administrativas dos contribuintes

5.1.10.4.2. Módulo para Declarações Mensais de Serviços

5.1.10.4.3. Módulo para Declarações Mensais de Serviços de Instituições Financeiras.

5.1.10.4.4. Módulo para emissão de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica



- 5.1.10.4.5. Módulo para emissão de Cupom Fiscal de Serviços.
- 5.1.10.4.6. Módulo para gestão de servidores municipais.
- 5.1.10.4.7. Módulo para gestão administrativa
- 5.1.10.4.8. Módulo para gestão das Declarações Mensais de Serviços
- 5.1.10.4.9. Módulo para gestão das fiscalizações
- 5.1.10.4.10. Módulo para gestão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica
- 5.1.10.4.11. Módulo para gestão de fiscalizações especializadas em Instituições Financeiras
- 5.1.10.4.12. Módulo para gestão do Cupom Fiscal de Serviços
- 5.1.10.4.13. Módulo para gestão de fiscalizações especializadas no Simples Nacional.
- 5.1.10.4.14. Módulo para integração via Webservice
- 5.1.10.4.15. Módulo para emissão de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica
- 5.1.10.4.16. Módulo para emissão de Cupom Fiscal de Serviços
- 5.1.10.4.17. Módulo para Declarações Mensais de Serviços

ADMINISTRADOR ACESSO

1. FUNÇÕES

- 2. Acesso**
- 3. Acesso Contribuinte**
- 4. Ajuda Web Service**
- 5. Ambiente de Homologação**
- 6. Arquivos**
- 7. Autenticidade de Documentos**
- 8. Avançado**
- 9. Cadastrar Usuário**
- 10. Cadastro de Obras**
- 11. Cadastros**
- 12. Caixa Postal**
- 13. Certificado Digital**
- 14. Compensações**
- 15. Configuração de Questionários**
- 16. Consulta de Contribuintes**
- 17. Consultas**
- 18. Contribuinte**
- 19. Dados Contribuinte Ativo**
- 20. DAM Gerados**
- 21. Débitos**
- 22. Declaração de Faturamento**
- 23. Declaração de Materiais**
- 24. Declarações de Sociedade Uniprofissional**
- 25. Download Arquivos**
- 26. Editar meu Cadastro**
- 27. Fechamento de Competência**
- 28. Funções**



- 29. Geração de Boleto**
- 30. Geração de DAM**
- 31. Gerenciar Tributos Federais**
- 32. Lista de Atividades**
- 33. Lista de Compensação**
- 34. Lista de Usuários**
- 35. Manuais do Sistema**
- 36. Meus Aparelhos de Acesso**
- 37. Operações Fiscais**
- 38. Pesquisa de Contribuintes**
- 39. Questionários Preenchidos**
- 40. Questionários Preenchidos**
- 41. Relatórios**
- 42. Sistema**
- 43. Solicitação de cadastro ao CPOM**
- 44. Suporte**
- 45. Usuários**
- 46. Vincular Contribuintes**
- 47. Vincular Desenvolvedor Credenciado**
- 48. Vincular Logomarca**
- 49. Acesso**
- 50. Alíquotas Simples Nacional**
- 51. Arquivo de Retorno**
- 52. Arrecadação**
- 53. Arrecadação de ISS Retido**
- 54. Arrecadação por Atividade**
- 55. Arrecadação por Contribuinte**
- 56. Atualização de Cadastros Duplicados**
- 57. Baixa de débitos**
- 58. Benefícios**
- 59. Cadastro de Contribuinte**
- 60. Cadastro de Instituições Financeiras**
- 61. Cadastro de Obras**
- 62. Cadastro Interno**
- 63. Cancelamento de Documentos**
- 64. Cargos**
- 65. Cidades**
- 66. Classificações de Construção**
- 67. CNAE**
- 68. Comparativo de Arrecadação**
- 69. Compensação / Abatimento**
- 70. Comunicados**
- 71. Config. Declaração de Sociedade**
- 72. Configurações**
- 73. Consolidação de Declarações**



- 74.** Consulta de Divergências
- 75.** Contatos
- 76.** Contribuintes
- 77.** Controle de Acesso
- 78.** Convênio Bancário
- 79.** Criptografar senhas de usuários
- 80.** Débitos de Dívida Ativa
- 81.** Declarações de Sociedade Uniprofissional
- 82.** Descriptografar senhas de usuários
- 83.** E-mail do Sistema
- 84.** Envio de E-mail
- 85.** Esqueci Minha Senha
- 86.** Exportação de Dados
- 87.** Fechar Competência Aberta
- 88.** Feriados e Recessos
- 89.** Fiscalização
- 90.** Gerencial
- 91.** Grupo de Atividade
- 92.** Grupos e Permissões
- 93.** Histórico acesso detalhado
- 94.** Histórico de Acesso
- 95.** Histórico de Acessos
- 96.** Impressão de Débitos
- 97.** ISS Fixo
- 98.** Iss Fixo Vencimento
- 99.** Juros
- 100.** Lista de erros e alertas
- 101.** Manutenção de E-mails
- 102.** Manutenção do Sistema
- 103.** Manutenções
- 104.** Mensagens para Contribuintes
- 105.** Menus Adicionais
- 106.** Meus Dados
- 107.** Módulos
- 108.** Multas
- 109.** Notas Fiscais
- 110.** Notas Fiscais por Bloco
- 111.** Notas Recebidas Rejeitadas
- 112.** Parâmetros Des-If
- 113.** Parâmetros do Sistema
- 114.** Porte de contribuintes
- 115.** Prefeitura
- 116.** Prioridades das Ocorrências
- 117.** Relatórios
- 118.** Relatórios BI



- 119.** Relatórios Customizados
- 120.** RFB
- 121.** Selo Fiscal
- 122.** Serviços
- 123.** Serviços Prestados (Agrupado)
- 124.** Setores
- 125.** Simples Nacional
- 126.** Sistema
- 127.** Solicitações de usuário
- 128.** Subcadastro
- 129.** Tabela de Índices
- 130.** Time line Arrecadação
- 131.** Tipo Abatimento/Compensação
- 132.** Tipo de Acessos
- 133.** Tipo de Cadastro
- 134.** Tipo de Contribuinte
- 135.** Tipo de Débito
- 136.** Tipo de Documento
- 137.** Tipo de Regime Tributário
- 138.** Tipo de Situação de Cadastro
- 139.** Tipos de Declarações
- 140.** Transferência de Débitos
- 141.** Troca de Usuário
- 142.** Tutoriais
- 143.** Valor de Referência
- 144.** Valores Sociedade Uniprofissional
- 145.** Versão de arquivo IF

DECLARAÇÃO MENSAL DE SERVIÇOS

- 1. FUNÇÕES**
- 2. Acesso Contador
- 3. Arquivos importados
- 4. Consulta de AIDF's
- 5. Consulta de Inutilização
- 6. Consulta de Notas Fiscais
- 7. Consulta de RPA
- 8. Consultas
- 9. Consultas
- 10. Contador
- 11. Débitos
- 12. Declaração de Serviço Prestado
- 13. Declaração de Serviço Tomado
- 14. Declaração Mensal de Serviços
- 15. Declarações
- 16. Declarações periódicas



17. Demonstrativo de Retenção
18. Editar Meu Cadastro
19. Emissões
20. Geral
21. Gráficas
22. Importação Arquivo DMS
23. Importações
24. Importar Serviços Tomados - TXT
25. Inutilização de Faixa de Numeração
26. Inutilização
27. Meus Clientes
28. Meus Contribuintes
29. Recolhimento por regime especial
30. Resumo de Transmissões
31. RPAs
32. Serviços Tomados - Recebidos
33. Solicitações de Cancelamento
34. Suporte ao Desenvolvedor
35. Vincular Contador
36. AIDF
37. Cadastro de Optantes
38. Contadores
39. Contribuintes
40. Débitos
41. Declarações de Notas Avulsas
42. Declarações periódicas
43. Exclusão de Notas em Lote
44. Faixa de Numeração Inutilizada
45. Gráficas
46. Importações de Arquivo
47. Orientações Solicitação Cancelamento
48. Orientações Solicitação Credenciamento
49. Pedido de Atualização
50. Resumo de Operações
51. Revogação / Cancelamento de Notas
52. Revogação de Homologação
53. Serviços Prestados
54. Serviços Tomados
55. Solicitações de Cancelamento
56. Tipo de inutilização de notas

DECLARAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

1. **FUNÇÕES:**
2. Apuração Mensal do ISS
3. Arquivos



4. Arquivos importados
5. Arrecadação de Remuneração Variável
6. Arrecadação de Tarifas
7. Arrecadação Pacotes de Serviços
8. Balancete Analítico Mensal
9. Demonstrativo Contábil
10. Demonstrativo de Apuração do ISS
11. DES-IF
12. Exportar NFS-e
13. Exportar NFS-e Recebidas
14. Importações
15. Importar Arquivo
16. Impressão de NFS-e
17. Informações Adicionais
18. Informações Comuns
19. Movimentação de Correntistas
20. Orientações da DES-IF
21. Outros Produtos e Serviços
22. Pacotes de Serviços
23. Partidas de Lançamentos Contábeis
24. Plano Geral de Contas
25. Rateio de Resultado Internos
26. Recibo Declaração
27. Serviços de Remuneração Variável
28. Acompanhamento das Declarações
29. Agendamento de Atividades
30. Análise do Balancete Mensal
31. Arrecadação de Instituições Financeiras
32. Arrecadação de Remuneração Variável
33. Cadastro de Agências
34. Cadastro de Termos
35. Calendário Fiscal
36. Consolidação de Declarações
37. Consulta de Divergências
38. Contribuintes
39. Débitos
40. DES-IF
41. Importações de Arquivo
42. Informações comuns com alertas
43. Monitoramento de Contas
44. Pedido de Atualização
45. Recibos de Declaração
46. Serviços Prestados
47. Serviços Tomados
48. Tabela de Código de Tributação



49. Tabela de COSIF

Módulo para emissão de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica

1. FUNÇÕES:

2. Acesso Contador
3. Arquivos importados
4. Autenticidade de Documentos
5. Autenticidade de Documentos
6. Consulta de Notas Fiscais
7. Consulta de RPS
8. Consulta de RPS
9. Consultas
10. Contador
11. Declaração de Serviço Tomado
12. Declarações
13. Declarações periódicas
14. Demonstrativo de Retenção
15. Editar Meu Cadastro
16. Emitir NFS-e
17. Emitir NFS-e Eventual
18. Emitir NFS-e Simplificada
19. Exportar NFS-e
20. Exportar NFS-e Recebidas
21. Geral
22. Importar Lote de RPS
23. Importar RPS - TXT
24. Impressão de NFS-e
25. Meus Clientes
26. Meus Contribuintes
27. Meus Serviços Padrão
28. NFS-e
29. NFS-e Emitidas
30. NFS-e Rejeitadas
31. Nota Fiscal Eletrônica (NFS-e)
32. Processamento Lote de RPS
33. Resumo de Transmissões
34. RPA
35. RPA Emitidas
36. RPA Rejeitadas
37. RPAs
38. RPAs Rejeitadas pelo Tomador
39. Serviços Tomados
40. Solicitações de Cancelamento
41. Suporte ao Desenvolvedor
42. Vincular Contador



43. Autenticação com divergências
44. Cadastro de Optantes
45. Clientes
46. Configurações de Substituição de NFS-e
47. Contadores
48. Contribuintes
49. Cronograma Implantação
50. Débitos
51. Declarações de Notas Avulsas
52. Declarações periódicas
53. Denúncias e Divergências
54. Emitir RPA
55. Gráficas
56. Importações de Arquivo
57. Imprimir RPA
58. NFS-e
59. Orientações Solicitação Cancelamento
60. Orientações Solicitação Credenciamento
61. Orientações Solicitação Emissão
62. Pedido de Atualização
63. Resumo de Operações
64. Revogação / Cancelamento de Notas
65. Revogação de Homologação
66. Serviços Prestados
67. Serviços Tomados
68. Solicitação de Substituição de NFS-e
69. Solicitações de Cancelamento
70. Solicitações de Credenciamento
71. Solicitações de Emissão

Módulo para emissão de Cupom Fiscal de Serviços.

1. **FUNÇÕES:**
2. Acesso Contador
3. Autorização para Emissão de CFS
4. Consulta Cupons Fiscais
5. Consulta de Processamento
6. Consulta de Terminais
7. Contador
8. Cupom Fiscal
9. Cupom Fiscal de Serviço
10. Cupom Fiscal de Serviço (CFS)
11. Declarações Sem Movimento
12. Editar Meu Cadastro
13. Emissão de Cupom Fiscal
14. Exportar NFS-e



15. Exportar NFS-e Recebidas
16. Homologação Técnica CFS
17. Importar Lote de Cfs-e
18. Impressão de NFS-e
19. Manutenção de Terminal
20. Meus Contribuintes
21. Suporte ao Desenvolvedor
22. Vincular Contador
23. Vincular Desenvolvedor CFS
24. Cadastro de Optantes
25. CFS
26. Consulta Cupons Fiscais
27. Consulta de Divergências
28. Consulta de Terminais de Emissão
29. Consulta Processamento
30. Contadores
31. Contribuintes
32. Cronograma Implantação
33. Data de Homologação Técnica
34. Débitos
35. Declarações periódicas
36. Declarações Sem Movimento
37. Orientações Solicitação Credenciamento
38. Pedido de Atualização
39. Resumo de Operações
40. Solicitações de Credenciamento
41. Solicitações de Emissão

Módulo para gestão de fiscalizações especializadas no Simples Nacional.

1. **FUNÇÕES:**
2. Extrato Simples Nacional
3. Acompanhamento
4. Acompanhamento de Arrecadação
5. Agendamentos Opções Simples Nacional
6. Alíquota por contribuinte
7. Arquivo de retorno (DAF 607)
8. Cadastro de MEI
9. Cadastro de Optantes
10. Comunicados
11. Config. Eventos Simples Nacional
12. Consulta Compensação
13. Consulta de Divergências
14. Contribuintes sem Alvará
15. DASN-SIMEI
16. Débitos pendentes



17. Documento de Arrecadação (DAS)
18. Exclusão do Simples Nacional
19. Extrato
20. Gerar guia DAS impedido
21. Limites e Sub Limites de Faturamento
22. Modelos de Mensagens para DTE-SN
23. Omissões de declarações
24. Pagamentos do Simples Nacional
25. Pagamentos sem Alvará
26. Parcelamentos
27. PGDAS-D
28. PGMEI
29. Processamento de Arquivos
30. Processamento de Divergências
31. Processamento em lote
32. Receita Bruta Acumulada
33. Repasses Pendentes

Módulo para gestão das fiscalizações

1. FUNÇÕES:

2. Advertência
3. Agendamentos de Processamentos
4. Baixas de Divergências
5. Cadastrar Processo
6. Cadastro de Optantes
7. Cadastros Base
8. Cards Tela Inicial
9. Consulta de Processos
10. Contribuintes
11. Contribuintes não Fiscalizados
12. Cronograma de Férias
13. Débitos
14. Declarações de Notas Avulsas
15. Declarações periódicas
16. DECRED
17. Devolução de Documentos
18. Documentos para Fiscalização
19. Faixa de Numeração Inutilizada
20. Faturamento de optantes do Simples
21. Fiscais
22. Fundamentação Legal
23. Instrumento Legal
24. Mensagens DTE
25. Notificações em lote
26. Parâmetros de Fiscalização



27. Pré-selecionados
28. Procedimentos de Fiscalização
29. Processamentos de Notificação em Lote
30. Receber Documentos
31. Recolhimento Regime Especial
32. Resumo de Operações
33. Serviços Prestados
34. Serviços Tomados
35. Solicitações de Cancelamento
36. Solicitações Prorrogação de Prazo
37. Textos favoritos
38. Tipo de Advertência
39. Tipo de divergência
40. Tipo de Relatório Fiscal
41. Tipo Encaminhamento
42. Tipos de Encerramento de Processos
43. Tipos de Processos

6. DAS CONDIÇÕES PARA A EXECUÇÃO DO CONTRATO

A empresa vencedora do certame deverá fornecer declaração de capacidade técnica, com as seguintes informações: Informação que comprove o conhecimento técnico em desenvolvimento/suporte/manutenção de sistemas para municípios com mais de 40.000 habitantes, utilizando metodologia de Orientação a Objetos (OO), normalização do banco de dados (mínimo terceira forma normal) e ferramenta de programação PHP ou similar; Informação acerca de quadro técnico, próprio ou contratado, para os serviços de manutenção Bacharel ou técnico em Contabilidade e Bacharel em Direito, Tecnologia da Informação ou áreas a fins; corretiva e qualitativa.

6.1. Suporte Técnico

Trata-se de atendimento por profissional devidamente credenciado pela LICITANTE ou eventuais credenciados, a ser prestado em dias úteis, de segunda à sexta feira, das 08:00 às 17:00 horas, para dar assistência técnica e manutenção aos sistemas contratados, inclusive ministrar treinamentos aos servidores do Município, com a finalidade de acompanhar o sistema, bem como esclarecer e solucionar dúvidas e problemas de operação e funcionamento do sistema. Os atendimentos de suporte técnico poderão ser remoto e/ou presencial conforme avaliada a necessidade e prioridade;

6.2. Tempo de Atendimento:

Os chamados para suporte da garantia e manutenção serão realizados através de telefone, e-mail ou chat on-line e deverão ser atendidos pela proponente, conforme especificações e níveis de serviço abaixo discriminados:

6.2.1. A empresa CONTRATADA deve disponibilizar sistema de abertura e acompanhamento de chamados que possibilitem a abertura de Tickets de serviço.

6.2.2. O sistema de tickets deve permitir a impressão de comprovante ou enviar o comprovante de abertura por e-mail, além de permitir o acompanhamento do andamento do chamado aberto.

6.2.3. Todos os chamados devem ser classificados pela seguinte prioridades:

6.2.3.1. Críticos – aqueles originados de erros que impedem a execução de qualquer funcionalidade ou que geram valores errados e que não podem ser corrigidos manualmente no sistema.

6.2.3.2. Urgentes - aqueles originados de erros que geram valores errados, mas que podem ser corrigidos manualmente no sistema, ou que atrapalham ou retardam o processamento, ou que dificultam a execução de alguma funcionalidade do sistema.



6.2.3.3. Rotina – aqueles que foram derivados de erros apenas estético ou que não atrapalham a execução do sistema.

6.2.4. Chamados classificados como "Críticos" deverão ser resolvidos em até 24 horas corridas, contadas a partir da data de abertura do ticket. Esse prazo de atendimento deve ocorrer em dias úteis. Após essas 24 horas, será cobrada uma multa de 0,05% por período adicional de 24 horas ou fração deste;

6.2.5. Solicitações "urgentes" serão resolvidas em até 48 horas corridas, contadas a partir da data de abertura do ticket. Esse prazo de atendimento deve ocorrer em dias úteis.

6.2.6. Solicitações "Rotina" serão resolvidas em até 72 horas corridas, contadas a partir da data de abertura do ticket. Esse prazo de atendimento deve ocorrer em dias úteis.

7 – DA ESTRATÉGIA DE SUPRIMENTO

7.1 A execução do contrato observará as cláusulas do respectivo instrumento e o disposto no item 5 deste Termo de Referência.

8 – DOS CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

8.1 - A CONTRATADA obrigar-se-á a manter a mais absoluta confidencialidade a respeito de quaisquer informações, dados, processos, fórmulas, códigos, cadastros, fluxogramas, diagramas lógicos, dispositivos, modelos ou outros materiais de propriedade da CONTRATANTE, aos quais tiver acesso em decorrência da prestação de serviços relacionados ao presente Termo de Referência, ficando terminantemente proibida de fazer uso ou revelação destes, sob qualquer justificativa, conforme termos de confidencialidade constantes do Anexo IV deste Termo, que deverá ser assinado pela CONTRATADA no ato de assinatura do contrato.

8.2. DA Prova de Capacidade Técnica –

8.2.1. A apresentação deverá seguir o roteiro abaixo, dentro do atual sistema do Município, onde sua ordem não poderá ser alterada sem a autorização da Comissão de Avaliação da Demonstração.

8.2.2. Um ou mais itens avaliados como “não atendidos” implicará na imediata desqualificação da licitante

9. DO RECEBIMENTO DO SERVIÇOS

9.1. O objeto será recebido:

a) provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da ordem de serviço;

b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;

9.2. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

9.3. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

10. DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

10.1. Para fins de licitação, utilizar-se-á o critério de julgamento menor preço (por item ou global, devendo este último ser justificado).

11. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

11.1. A contratante deverá disponibilizar os equipamentos de informática, computadores, servidor de dados, rede física, sistema operacional, portal WEB, internet banda larga e demais equipamentos ou softwares necessários ao funcionamento dos sistemas.



11.2. Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, através de um Grupo de Trabalho designado. Verificar o cumprimento das obrigações assumidas pela prestadora, inclusive quanto à continuidade da prestação dos serviços que, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pela Contratante, não devem ser interrompidas;

11.3. Fornecer as informações e documentos indispensáveis para a elaboração dos produtos mencionados;

11.4. Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados;

11.5. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da Contratada;

11.6. Emitir, por intermédio do Gestor do Contrato, relatórios sobre os atos relativos à execução do Contrato, quanto ao acompanhamento e fiscalização da prestação dos serviços, à exigência de condições estabelecidas e à proposta de aplicação de sanções;

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. A empresa Contratada assumirá as seguintes obrigações:

12.2. A contratada deverá disponibilizar equipe com técnicos especializados nos diversos módulos para atendimento de chamados de suporte via telefone e/ou acesso remoto, conforme o caso.

12.3. Cumprir rigorosamente com todas as programações e atividades do objeto deste Contrato;

12.4. Levar, imediatamente, ao conhecimento do Gestor do Contrato, qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a execução dos serviços, para adoção de medidas cabíveis, bem como, comunicar, por escrito e de forma detalhada.

12.5. Apresentar os produtos definidos na qualidade e prazos definidos pela Contratante;

12.6. Fornecer todas as informações e esclarecimentos solicitados pela Contratante;

12.7. Facilitar a supervisão e acompanhamento dos trabalhos pela Contratante, fornecendo, sempre que solicitados, informações e documentos relacionados com a execução do objeto do presente edital;

12.8. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus técnicos não terão vínculo empregatício com a Contratante;

12.9. Obedecer às normas e rotinas da Contratante, principalmente as que disserem respeito à segurança, à guarda, à manutenção e à integridade das informações existentes ou geradas durante a execução dos serviços;

12.10. Guardar o mais absoluto sigilo em relação às informações ou documentos de qualquer natureza a que venham tomar conhecimento, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e / ou incorreta ou descuidada utilização;

12.11. Responsabilizar-se por todos os ônus referentes aos serviços contratados, inclusive, alimentação e transporte, compreendendo-se o deslocamento do empregado do seu endereço residencial até o local de trabalho, bem assim do local de trabalho até sua residência, quando em serviço, bem como tudo que as leis trabalhistas e previdenciárias preveem e demais exigências legais para o exercício da atividade objeto da licitação;

12.12. Prover o pessoal necessário para garantir a execução dos serviços, nos regimes contratados, sem interrupção seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, falta ao serviço, demissão e outros análogos, obedecidas às disposições da legislação trabalhista vigente;

12.13. Responsabilizar-se pela conformidade e qualidade dos serviços e bens, bem como de cada material, matéria-prima ou componente individualmente considerado, mesmo que não sejam de sua fabricação, garantindo seu perfeito desempenho;

12.14. Em nenhuma hipótese veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades, sem prévia autorização da Contratante;

12.15. Fornecer toda e qualquer documentação, projetos, manuais, etc., produzidos durante a execução do objeto do Contrato, de forma convencional e em meio magnético (CD Rom ou pen-drive);

13. DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DO CONTRATO



13.1. A fiscalização do contrato será exercida por três representantes da CONTRATANTE, devidamente designados pela *Secretaria Municipal de Finanças*, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato e exercer em toda sua plenitude a ação fiscalizadora que trata a Lei Nº 8.666/93, nos termos do Decreto Municipal nº 5.267/2021.

13.2. A fiscalização que trata a cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por quaisquer irregularidades e, na ocorrência destas, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos.

13.3. A CONTRATANTE se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte os serviços prestados, se considerados em desacordo ou insuficientes, conforme os termos discriminados na proposta da CONTRATADA.

14. DO PRAZO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

14.1. A vigência do contrato será de 12 meses a partir da data de assinatura, admitindo-se sua renovação nos termos do art. 57 da Lei Federal nº 8.666/1993.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Na hipótese de a CONTRATADA inadimplir as obrigações assumidas, no todo ou em parte, ficará sujeita às seguintes sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/1993:

15.1.1. Advertência;

15.1.2. Multa:

a) de 5% (cinco por cento) sobre o valor a ser pago mensalmente à CONTRATADA, pelo atraso injustificado na execução do objeto contratual;

b) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato pela inexecução parcial ou total do objeto contratado;

15.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar pela Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

15.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

15.2. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções serão assegurados à CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa.

15.3. A aplicação das sanções observará o disposto no Decreto Municipal nº 5.267/2021.

16. DO PAGAMENTO

16.1. O pagamento será realizado mensalmente (conforme Art. 40, inciso XIV, da Lei Federal nº 8.666/93), de acordo com a prestação dos serviços, sendo encaminhado o pedido de pagamento através de nota fiscal emitida pela contratada, que necessariamente será confirmada e atestada por 03 (três) servidores, conforme determina a legislação municipal.

16.2. O procedimento para pagamento observará o disposto no Decreto Municipal nº 4.481/2017.

17. DA RESERVA ORÇAMENTARIA E FONTE DE RECURSO



17.1. As reservas orçamentárias serão realizadas de acordo com a indicação dos recursos estabelecidos neste Termo de Referência.

Elemento de Despesa	Cód. Reduzido
3.3.90.39.05.00.00.00	2533

Origem dos Recursos	
100	RECURSO PRÓPRIO

Programa de Trabalho	Descrição
6	ADMINISTRAÇÃO GOVERNAMENTAL

18. DAS INFORMAÇÕES DO ÓRGÃO REQUISITANTE

18.1. Secretaria Municipal de Finanças

18.2. Endereço: Rua Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro – CEP. 26.600-000 - Paracambi RJ

18.3. Horário de expediente: 8hs às 17hs

18.4. Fone: Ramal:

18.5. E-mail:

Paracambi, 16/09/2022.

Responsável pela Elaboração
ALEX SANDRO FERREIRA RODRIGUES

Superintendente do Centro de Processamento de Dados e Manutenção

Aprovo termo de referência.

Paracambi, 16/09/2022

CARLOS GUTTENBERG CHAVES VICTORINO

Secretaria Municipal de Finanças

MATRÍCULA: 14512

ANEXO 7

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº ____/____.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MANUTENÇÃO CORRETIVA E EVOLUTIVA NOS PROGRAMAS, FONTES DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE PARACAMBI. (SISTEMA DE GESTÃO).

QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PARACAMBI E
_____.

O **MUNICÍPIO DE PARACAMBI**, pessoa jurídica de direito público interno, cuja Prefeitura tem sede na Rua Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro - Paracambi-RJ, inscrito no CNPJ nº 29.138.294-0001-02, doravante denominado **MUNICÍPIO**, representado neste ato pelo Sr. Carlos Guttenberg Chaves Victorino, Secretário Municipal de Finanças, matrícula 14.512, e a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, situada na _____ (endereço completo), inscrita no CNPJ sob o nº _____, representada, nesta ato, por _____ (qualificação completa do representante da contratada) doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente contrato para a **OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MANUTENÇÃO CORRETIVA E EVOLUTIVA NOS PROGRAMAS, FONTES**



DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE PARACAMBI. (SISTEMA DE GESTÃO), de acordo com o processo administrativo nº **6829/2022** e o Termo de Dispensa/Inexigibilidade de Licitação nº _____, observando-se as normas gerais da Lei Federal nº 8.666/1993, Decreto Municipal nº 4.481/2017 e Decreto Municipal nº 5.267/2021.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto: **OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MANUTENÇÃO CORRETIVA E EVOLUTIVA NOS PROGRAMAS, FONTES DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE PARACAMBI. (SISTEMA DE GESTÃO)**, de acordo com os quantitativos indicados abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
------	-----------	------	-------	-----------------------	--------------------

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses a contar de sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

Constituem obrigações do **MUNICÍPIO**:

- I. realizar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;
- II. fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir, pertinentes à execução do presente contrato;
- III. exercer a fiscalização do contrato;
- IV. receber provisória e definitivamente o objeto do contrato nas formas definidas no parágrafo oitavo da cláusula oitava deste contrato;
- V. emitir e ou requerer todas as licenças necessárias para o cumprimento do objeto do contrato

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

- I. fornecer o objeto contratado observando todas as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência, bem como as instruções e determinações expedidas pela fiscalização do Município;
- II. executar o objeto com zelo, diligência e economia, procedendo sempre de acordo com a melhor técnica aplicável a fornecimentos dessa natureza;
- III. efetuar, sem qualquer ônus para o **MUNICÍPIO**, no tempo determinado por este, as correções e revisões de falhas ou defeitos verificados nos bens fornecidos, sempre que a ela imputáveis;
- IV. quaisquer erros ou imperícias na execução do contrato, constatados pelo **MUNICÍPIO** obrigarão a contratada, à sua conta e risco, a repor as parcelas de fornecimento impugnadas;
- V. obedecer estrita e rigorosamente aos prazos estabelecidos neste Contrato e no Edital, cabendo ao Município, no caso de inadimplemento, o direito de suspender a execução do contrato ou de aplicar as penalidades cabíveis, sem que assista à contratada qualquer direito a indenização;
- VI. requerer, junto aos órgãos competentes, a autorização para execução de quaisquer atividades envolvidas neste contrato, responsabilizando-se pelo cumprimento dos mesmo e pela fiel observância da legislação aplicável;
- VII. permitir ao Município, por todos os meios ao seu alcance, o mais amplo exercício da fiscalização, proporcionando-lhe pleno acesso a suas dependências, bem como, atendendo, prontamente, às determinações que lhe forem feitas, com o propósito de melhor atender as obrigações pactuadas;
- VIII. substituir, às suas custas, os funcionários que, a critério do **MUNICÍPIO**, apresentarem comportamento inadequado, ou, em algum momento, desrespeitarem as condições a eles inerentes;



IX. disponibilizar o pessoal necessário à execução do objeto deste contrato, sob sua inteira responsabilidade, obrigando-se a observar, rigorosamente, todas as prescrições relativas às leis trabalhistas, previdenciárias, assistenciais, securitárias e sindicais, sendo considerada, nesse particular, como única empregadora;

X. comparecer espontaneamente em juízo, na hipótese de qualquer reclamação trabalhista intentada ou ajuizada por seus empregados contra o Município, reconhecendo sua verdadeira condição de empregadora, substituindo o Município no processo, até o final do julgamento, arcando com todas as despesas decorrentes de eventual condenação;

XI. arcar com ônus decorrentes de incidência de todos os tributos federais, estaduais e municipais que possam decorrer dos serviços objeto deste contrato, responsabilizando-se pelo cumprimento de todas as exigências das repartições públicas competentes, com total isenção do Município;

XII. arcar com todas as despesas de alocação e transporte de sua equipe necessárias à plena execução do objeto contratado;

XIII. arcar com todas as despesas decorrentes de eventuais serviços realizados em horários extraordinários (diurno, noturno, domingos e feriados) que forem necessários ao exato cumprimento das obrigações pactuadas;

XIV. aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial, atualizado, do contrato, conforme estabelece o § 1º, do art. 65, da Lei Federal nº 8.666/1993;

XV. responsabilizar-se por quaisquer danos ocasionados ao **MUNICÍPIO** ou a terceiros em decorrências de atos ou omissões perpetrados quando da execução do objeto do contrato;

XVI. responder por violação ao direito de uso de materiais, métodos ou processo de execução protegidos por marcas ou patentes, arcando com indenizações, taxas e/ou comissões que forem devidas;

XVII. manter-se durante toda a execução do contrato em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, no que tange às condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, nos termos do art. 55, inciso XIII, da Lei Federal n.º 8.666/1993;

XVIII. apresentar ao Município, sempre que solicitado, os comprovantes dos recolhimentos devidos ao INSS e FGTS, mediante cópia autenticada, assim como comprovante de pagamento dos salários e demais parcelas trabalhistas aos empregados utilizados para a consecução do objeto contratual;

XIX. comunicar à fiscalização do contrato, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, os motivos de força maior que possam justificar a prestação de serviços;

XX. Correrão por conta, responsabilidade e risco da **CONTRATADA** as consequências de imprudência, negligência ou imperícia sua e de seus empregados ou prepostos, notadamente:

- a) má qualidade dos serviços prestados;
- b) violação do direito de propriedade industrial;
- c) furto, perda, roubo, deterioração ou avarias de materiais ou equipamentos;
- d) ato ilícito seu e de seus empregados ou prepostos que tenham reflexos danosos para o cumprimento da execução contratual;
- e) acidentes de qualquer natureza com materiais ou equipamentos, com seus empregados ou terceiros, na execução dos serviços necessários à execução contratual ou em decorrência da execução deles.

CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO CONTRATUAL

O valor total previsto para este contrato é de **R\$** _____ (_____), passível de alteração apenas pela ocorrência de eventos supervenientes que alterem o equilíbrio econômico-financeiro, nos moldes do art. 65 e parágrafos da Lei Federal nº 8.666/1993.

Parágrafo primeiro. Consideram-se incluídos no preço previsto no caput desta cláusula todas as despesas relativas ao objeto do contrato, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, tributos, remunerações, encargos sociais e financeiros e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto contratual.



Parágrafo segundo. Os preços que vierem a ser contratualmente pactuados serão irrevogáveis pelo período de **12 (doze) meses** a contar da data base utilizada para formulação da proposta. Os eventuais reajustes seguintes que sejam necessários só poderão ocorrer, mediante expresse requerimento do contratado, com periodicidade anual e deverão utilizar o índice _____ (índice de reajuste), na forma do art.3º da Lei Federal nº10.192/2001.

Parágrafo terceiro. A revisão dos valores poderá ser realizada a qualquer tempo, em virtude de eventos supervenientes, a fim de assegurar manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, desde que devidamente justificada nos termos do art.65 da Lei Federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato, conforme nota de empenho acostadas aos autos do processo administrativo, correrão à conta das dotações orçamentárias abaixo classificadas:

ORIGEM DOS RECURSOS:

PROGRAMA DE TRABALHO:

ELEMENTO DE DESPESA:

Parágrafo único. As despesas previstas para o exercício seguinte correrão à conta da dotação orçamentária própria, sempre precedida do empenho.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXECUÇÃO

O Contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Parágrafo único. A **CONTRATADA** iniciará a execução contratual no prazo máximo indicado na ordem de fornecimento.

CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização do cumprimento do objeto do presente contrato ficará a cargo da Comissão de Fiscalização designada pela autoridade requisitante, que será responsável por:

- I. fazer cumprir a especificação do objeto e demais condições constantes deste contrato;
- II. notificar a **CONTRATADA** acerca da prática de infrações que ensejem a aplicação das sanções previstas na cláusula décima quarta;
- III. suspender a execução do fornecimento julgado inadequado;
- IV. sustar o pagamento das faturas no caso de inobservância pela **CONTRATADA** de qualquer obrigação prevista neste contrato;
- V. exigir a substituição de qualquer empregado da **CONTRATADA**, cuja atuação, permanência ou comportamento seja julgado prejudicial, inconveniente ou insatisfatório à disciplina ou ao interesse do objeto contratado, sem que essa decisão acarrete qualquer ônus ao **MUNICÍPIO**.

Parágrafo primeiro. Cabe recurso das determinações previstas no caput desta cláusula, no prazo de 5 (cinco) dias úteis previsto no art. 109, II, da Lei Federal nº 8.666/1993, exceto no caso da aplicação de sanções, para as quais se observará o prazo previsto na cláusula décima quarta.

Parágrafo segundo. A **CONTRATADA** facilitará, por todos os meios ao seu alcance, a ampla fiscalização do **MUNICÍPIO**, promovendo o fácil acesso às suas dependências, podendo, inclusive, lhe ser exigido o fornecimento de veículo necessário à diligência da fiscalização.

Parágrafo terceiro. A **CONTRATADA** atenderá prontamente às observações e exigências que lhes forem apresentadas pela fiscalização.

Parágrafo quarto. A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a lhes fornecer todos os dados, elementos,



explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

Parágrafo quinto. A instituição e a atuação da fiscalização do **MUNICÍPIO** não excluem ou atenuam a responsabilidade da **CONTRATADA** nem a exime de manter fiscalização própria.

Parágrafo sexto. A fiscalização do contrato, sob pena de responsabilização administrativa, anotarà em registro próprio as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados ou comunicando o fato à autoridade superior, em 10 (dez) dias, para ratificação, no que exceder à sua competência.

Parágrafo sétimo. Quaisquer entendimentos entre a fiscalização e a **CONTRATADA**, desde que não infrinjam nenhuma cláusula contratual, serão feitos por escrito, não sendo tomadas em consideração quaisquer alegações da **CONTRATADA** com fundamento em ordens ou declarações verbais.

Parágrafo oitavo. O recebimento se dará em tantas parcelas quantas forem as solicitações do material, na seguinte forma:

- I. provisoriamente, confirmando-se no prazo de 10 (dez) dias, contados do fornecimento do material, a adequação às especificações técnicas e à quantidade exigida em parecer circunstanciado da fiscalização do contrato;
- II. definitivamente, após parecer circunstanciado da fiscalização do contrato, após decorrido o prazo de 30 (trinta) dias de observação e vistoria que comprove o exato cumprimento das obrigações contratuais.

CLÁUSULA NONA - DA RESPONSABILIDADE

O objeto do presente contrato será executado sob a direção e responsabilidade técnica da **CONTRATADA**.

Parágrafo primeiro. A **CONTRATADA** é responsável por danos causados ao **MUNICÍPIO** ou a terceiros, não excluía ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

Parágrafo segundo. A **CONTRATADA** é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será realizado por meio de depósito em conta bancária a ser indicada pela **CONTRATADA**, observando-se os valores e as periodicidades de cada etapa.

Parágrafo primeiro. Para fins de pagamento prevalecerá o valor correspondente à prestação efetiva do serviço objeto da licitação, nos exatos termos exigidos pelas diretrizes fixadas no termo de referência e no termo de dispensa/inexigibilidade de licitação.

Parágrafo segundo. Eventuais discrepâncias nos serviços prestados poderão acarretar glosa no valor da solicitação de pagamento.

Parágrafo terceiro. O pagamento será procedido nos termos do Decreto Municipal nº 4.481/2017.

Parágrafo quarto. O prazo para pagamento é de até 30 (trinta) dias, contados da data final do período de adimplemento da obrigação, devendo a **CONTRATADA** apresentar solicitação formal de pagamento, instruída com os documentos exigidos pelo Decreto Municipal nº 4.481/2017.

Parágrafo quinto. Caso se faça necessária à representação de qualquer fatura por culpa da **CONTRATADA**, o prazo de 30 (trinta) dias, ficará suspenso, voltando a contar de onde parou a partir da data da respectiva reapresentação.

Parágrafo sexto. Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à **CONTRATADA**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo _____ (índice de atualização financeira) e serão acrescidos de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de atraso, a título de compensação financeira, a serem calculados sobre a parcela devida.

Parágrafo sétimo. Os pagamentos realizados pelo Município em prazo inferior ao estabelecido serão realizados mediante desconto de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de antecipação.



Parágrafo oitavo. No caso de atraso de pagamento por motivo atribuível ao Município, será devido o pagamento de 0,1% (um décimo por cento) ao mês, caso inexistir justificativa adequada para a ocorrência do atraso.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA

A **CONTRATADA** deverá oferecer garantia do **OBJETO**, conforme prevê o Termo de Referência - **ANEXO 6**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

O Contrato poderá ser modificado pelo **MUNICÍPIO**, sendo mantidas suas demais cláusulas, na forma prevista no artigo 58, inciso I e seus §§ 1º e 2º e/ou no artigo 65 e seus respectivos parágrafos, ambos da Lei Federal nº 8.666/1993, mediante a assinatura de Termo Aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO

Constitui cláusula de observância obrigatória por parte da **CONTRATADA**, a impossibilidade de opor perante o Município a exceção de inadimplemento como fundamento para a interrupção unilateral do fornecimento.

Parágrafo único. A suspensão do contrato, a que se refere o art. 78, XIV e XV da Lei Federal nº 8.666/1993, se não for objeto de prévia autorização da Administração, deverá ser requerida judicialmente, mediante demonstração dos riscos decorrentes da continuidade da execução do contrato, sendo vedada sua suspensão por decisão unilateral da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

A inexecução total ou parcial, execução imperfeita, mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeita a **CONTRATADA**, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa, as seguintes penalidades:

I. advertência;

II. multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor da parcela em atraso;

III. multa de 5% (cinco por cento) incidirá sobre o valor total do contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento);

IV. multa de 20% (vinte por cento) do valor total em caso de rescisão por culpa da **CONTRATADA**;

V. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo máximo de 02 (dois) anos;

VI. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade prevista no subitem anterior, que será concedida sempre que a empresa ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso V.

Parágrafo Primeiro - A imposição de multa até o valor de 250 UFIR/RJ é de competência do Secretário(a) Municipal Titular da Pasta ou autoridade equiparada, assegurados a ampla defesa e o contraditório. A aplicação das demais sanções será da competência do Chefe do Poder Executivo, conforme Decreto Municipal nº 5.267/2021.

Parágrafo Segundo - A penalidade de advertência poderá ser aplicada pela comissão de fiscalização, nos moldes do Decreto Municipal nº 5.267/2021.

Parágrafo Terceiro - A empresa será notificada sobre a anotação da infração e terá 5 (cinco) dias úteis para apresentar sua defesa, contados da data do recebimento da notificação sendo o prazo ampliado para 10 (dez) dias na hipótese prevista no inciso VI do caput deste item.

Parágrafo Quarto - Cada uma das sanções previstas nos incisos I, V e VI do *caput* poderão ser aplicadas juntamente com as constantes na letra II, III e IV.

Parágrafo Quinto - Os valores das multas serão deduzidos da garantia prestada, mas caso essa não tenha sido verificada ou sendo insuficiente, será promovido desconto correspondente sobre o primeiro documento de cobrança apresentado pela contratada após aplicação da sanção, permanecendo o desconto sobre os pagamentos sucessivos até completa quitação.

Parágrafo Sexto - A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.



Parágrafo Sétimo - A aplicação das sanções prevista neste item observará o disposto no Decreto Municipal nº 5.267/2021.

Parágrafo Oitavo - O prazo do impedimento, da suspensão ou da declaração de inidoneidade será fixado de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida, observado o princípio da proporcionalidade e os limites dispostos no art. 7º, da Lei Federal nº 10.520/2002 e no art. 87, III, da Lei Federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA** ou de perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente, caso sejam superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face do **MUNICÍPIO**.

Parágrafo único. Caso o **MUNICÍPIO** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido nos termos dos artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666/93.

Parágrafo primeiro. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado à **CONTRATADA** o direito ao contraditório e à prévia e ampla defesa.

Parágrafo segundo. A declaração de rescisão deste contrato operará seus efeitos a partir da publicação no órgão oficial de divulgação do Município de Paracambi.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, dentro do prazo previsto na legislação pertinente, no veículo de publicação oficial do Município, correndo os encargos por conta do **MUNICÍPIO**.

Parágrafo primeiro. O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, número do empenho e fundamento do ato.

Parágrafo segundo. O **MUNICÍPIO** encaminhará cópia deste contrato ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, para conhecimento, após assinatura das partes.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

As partes se vinculam aos termos do presente contrato, às regras previstas no edital de licitação e ao termo de referência, bem como à proposta da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS CASOS OMISSOS

As circunstâncias ocorridas durante a execução do contrato que não foram previstas no presente instrumento serão resolvidas a partir da aplicação da Lei Federal nº 8.666/1993 e os princípios de Direito Público.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA CONTAGEM DOS PRAZOS

Na contagem dos prazos estabelecidos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário, conforme art. 110 e parágrafo único da Lei Federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO DE ELEIÇÃO

Fica eleito o Foro da Comarca de Paracambi, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação - CPL

MUNICÍPIO

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1 - _____
CPF:

1 - _____
CPF: